

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Kayo Rodrigo Vicente

Trabalho, desenvolvimento e superexploração: juventude em um país de economia dependente

Maringá

2023

KAYO RODRIGO VICENTE

Trabalho, desenvolvimento e superexploração: juventude em um país de economia dependente

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia na Área de concentração: Desenvolvimento Humano e Processos Educativos

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Zaira Fátima de Rezende Gonzalez Leal

Maringá

2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

V633t

Vicente, Kayo Rodrigo

Trabalho, desenvolvimento e superexploração : juventude em um país de economia dependente / Kayo Rodrigo Vicente. -- Maringá, PR, 2023.
121 f.: il., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Zaira Fátima de Rezende Gonzalez Leal.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2023.

1. Psicologia histórico-cultural. 2. Juventude. 3. Superexploração. 4. Trabalho. 5. Capitalismo dependente. I. Leal, Zaira Fátima de Rezende Gonzalez, orient. II.

CDD 23.ed. 150.23

KAYO RODRIGO VICENTE


Trabalho, desenvolvimento e superexploração: juventude em um país de economia dependente

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

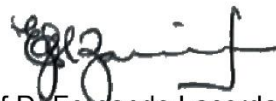
COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. Marcos Leandro Klipan
Presidente



Profa. Dra. Sonia Mari Shima Barroco
Primeira Examinadora



Prof. Dr. Fernando Lacerda Júnior
Segundo Examinador

Aprovado em: 23 de fevereiro de 2023.
Defesa realizada na sala de vídeo do Bloco 118.

À juventude trabalhadora, a qual há de derrubar o reino da necessidade e erigir o reino da liberdade.

AGRADECIMENTOS

Tenho para mim que os agradecimentos sejam mais do que uma mera formalidade, mas sim, na medida do possível, um reconhecimento para tantas pessoas que, direta ou indiretamente, tornam este sonho/pesquisa possível. Sendo assim, toda honraria é válida.

À minha mãe, mulher inabalável que nunca deixou faltar nada a mim, mesmo sob a pena de deixar de viver os seus momentos. A sua vida é a prova de muito do que está escrito aqui. Eu me lembro.

Aos meus avós, que sempre acreditaram no meu sonho e financiaram, principalmente com amor, mas, também com dinheiro, o meu caminho acadêmico. Vô, há muitas coisas que gostaria que tivesse visto, mas sei que estaria orgulhoso. Eu me lembro.

À minha melhor amiga, companheira, namorada e esposa. Nada na minha vida foi tão correto quanto escolher você. Seu apoio foi fundamental para ter concluído essa dissertação. Obrigado por ficar acordada, mesmo com sono, para me ouvir. Eu me lembro.

A todos os meus professores, que hoje são amigos de profissão e da vida, por sempre cobrarem, mas ensinarem bem. Se hoje eu sou um professor, foi porque me espelhei em vocês.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a. Zaira Fátima de Rezende Gonzalez Leal, por toda dedicação, cobrança e paciência em me orientar.

Aos professores Prof.^a Dr.^a Sonia Mari Shima Barroco e Prof. Dr. Fernando Lacerda Júnior por aceitarem compor a minha banca de mestrado. Suas reflexões e ponderações foram fundamentais para chegar até aqui.

Aos meus colegas de trabalho. Que durante muitas vezes me questionaram sobre o andamento da pesquisa e, também, contribuíram diretamente com a tradução do meu texto.

À Maia, Núv e Tots, que sempre fizeram eu me sentir amado e recarregavam as minhas energias.

A todos e a todas que participaram direta e indiretamente da construção desta pesquisa, faltam-me palavras de agradecimento.

“O verdadeiro é o todo. Mas o todo é somente a essência que se implementa através de seu desenvolvimento”.

(Hegel, 1807/2003, p. 36)

“Em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações”.

(Marx, 1939/2011, p. 59)

VICENTE, K. R. (2023). *Trabalho, desenvolvimento e superexploração: juventude em um país de economia dependente*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, PR.

RESUMO

A Psicologia Histórico-Cultural possui seu arcabouço teórico voltado à compreensão do desenvolvimento do psiquismo humano, entendendo-o na íntima relação com a realidade concreta e com o contexto econômico-social. Objetivou-se nesse trabalho, portanto, investigar as possíveis implicações do capitalismo dependente no desenvolvimento do psiquismo do jovem proveniente da classe trabalhadora, levando em consideração a sua concreta situação social de desenvolvimento no que tange à nova morfologia de trabalho. Tendo como sua atividade dominante a atividade produtiva, é no trabalho que este encontrará sua principal forma de contato com a realidade. Contudo, leva-se em consideração que, nos marcos do desenvolvimento capitalista nos países centrais, nos países dependentes foi engendrada uma forma particular, o capitalismo dependente. A dependência está fundada na superexploração do trabalho, ou seja, no sobredesgaste da força vital do trabalhador. Sendo assim, parte-se da periodização do desenvolvimento proposto pela Psicologia Histórico-Cultural, ressaltando-se a importância da situação social de desenvolvimento, para melhor apreendermos o processo de formação da consciência da juventude sob a conjuntura político-econômica do capitalismo dependente. Essa conjuntura vem agudizando sobremaneira as transformações do mundo do trabalho no Brasil com os fenômenos da desregulamentação, do desemprego, da flexibilização, da terceirização e, como síntese da desertificação neoliberal, da uberização dos postos de trabalho. Doravante, por mediação de uma compreensão materialista histórico-dialética da realidade, podemos perceber que a dependência no século XXI tem a sua objetivação por mediação da nova morfologia do trabalho, engendrada pelos processos de reestruturação produtiva do capital. Portanto, além de influir sobre a situação social de desenvolvimento do jovem trabalhador no que se relaciona ao sobredesgaste do seu corpo, também influi em uma atividade produtiva alienada, incapaz de promover o pleno desenvolvimento de suas capacidades humanas colocando dificuldades para o seu vir a ser político consciente e no seu reconhecimento como pertencente à classe trabalhadora.

Palavras-chave: Psicologia Histórico-Cultural. Juventude. Superexploração. Trabalho. Capitalismo dependente.

VICENTE, K. R. (2023). *Labor, development and super-exploitation: youth in a country with a dependent economy*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, PR.

ABSTRACT

Cultural-historical psychology has its theoretical framework built on the understanding of the human psychism through its close relation to concrete reality and the social-economic context. The objective of this dissertation is to investigate the possible implications of dependent capitalism on the development of the psyche of youths from the working class, taking into account their concrete social development situation in terms of the new morphology of labour. Given that their predominant activity is their labour, their work environment will be their main form of contact with reality. However, it must be taken into consideration that, during the capitalist historical process in central countries, a particular form of capitalism was engendered in dependent countries, called dependent capitalism. The source of this dependency is the super-exploitation of labour, or, in other words, the exhaustion of the worker's life force. With that being said, the understanding of the development of youth consciousness in the political-economic context of dependent capitalism comes through the periodization defined by cultural-historical psychology, focusing on the importance of the individual's social situation. This socio-economic background exacerbates the already fickle labour conditions in Brazil, given the growing deregulation, unemployment, flexibilization, outsourcing, and, as a product of neoliberal policies, the "Uberization" of labour. Through the historical and dialectical materialist reading of reality, it is apparent that, dependency in the 21st century has engendered a new morphology of labour by means of the reorganization of the production of capital. Its influence not only encompasses the socio-economic context that the young work force resides in by its relation to the over-exhaustion of their means, but also in their alienation, making it difficult for them to develop to their full potential due to the barriers imposed on their political consciousness and ability to recognize that they belong to the working class.

Keywords: Cultural-historical psychology. Youth. Super-exploitation. Labour. Work. Dependent capitalism.

LISTA DE SIGLAS

CAT	Comunicações de Acidentes de Trabalho
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEI	Microempreendedor Individual
PHC	Psicologia Histórico-Cultural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SMN	Salário Mínimo Necessário
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TMD	Teoria Marxista da Dependência

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 O TRABALHO COMO ATIVIDADE HISTÓRICA IMANENTE DA CONSTITUIÇÃO HUMANA	18
2.1 O papel do trabalho no salto ontológico do ser natural para o ser social	19
2.2 Trabalho e consciência	24
2.3 O processo de trabalho	32
3 DEPENDÊNCIA: AS CONDIÇÕES HISTÓRICO-SOCIAIS DO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	34
3.1 A gênese histórica da dependência e a divisão internacional do trabalho.....	38
3.2 A superexploração do trabalho: categoria central de uma economia dependente.....	44
3.2.1 Pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor	45
3.2.2 Prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais.....	47
3.2.3 Aumento da intensidade do trabalho além dos limites normais.....	49
3.2.4 Hiato entre o pagamento da força de trabalho e o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho	52
3.3 A cisão do ciclo do capital	54
3.4 A reestruturação produtiva brasileira e a nova morfologia do trabalho: a uberização do trabalho	57
4 O DESENVOLVIMENTO DO PSIQUISMO E AS PARTICULARIDADES DA JUVENTUDE	73
4.1 A estrutura da atividade e o seu papel no desenvolvimento do psiquismo	78
4.2 O processo de transição entre as atividades dominantes	82
4.3 Juventude e trabalho	87

5 AS CONSEQUÊNCIAS DA DEPENDÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO JOVEM TRABALHADOR	94
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS	109

1 Introdução

A Psicologia Histórico-Cultural (PHC) possui seu arcabouço teórico voltado à compreensão da gênese e desenvolvimento do psiquismo humano, entendendo-o em íntima relação com a realidade concreta e com o plano social. Partindo disto, pretendemos, com esta pesquisa, *fazer uma investigação das possíveis implicações do capitalismo dependente no desenvolvimento do psiquismo do jovem proveniente da classe trabalhadora, levando em consideração a sua concreta situação social de desenvolvimento no que tange à nova morfologia de trabalho*. Parte-se da concepção de periodização do desenvolvimento proposto pela PHC, *ressaltando a importância da atividade produtiva do trabalho enquanto atividade principal e sua dominância em função da determinação que este sujeito histórico ocupa em relação aos meios de produção*. Destarte, buscaremos compreender o processo de formação da personalidade consciente deste sob a conjuntura político-econômica do capitalismo dependente. Tendo como princípio basilar uma compreensão materialista histórico-dialética da realidade, também proporemos uma interpretação concreta da realidade brasileira pelos instrumentos teóricos da Teoria Marxista da Dependência (TMD) para compor a apreensão do drama no qual se desenrola o desenvolvimento psíquico do jovem trabalhador.

Este objeto de pesquisa foi se construindo para mim a partir do momento em que tive acesso aos primeiros estudos sobre a TMD em conjunto com os estudos da PHC na graduação. Meu primeiro contato com a TMD foi em grupo de estudos marxista que buscava estudar a América Latina. Ingressei neste grupo sob o convite de uma das professoras que me acompanhou no ensino público, no nível médio. Durante os primeiros contatos com os textos da TMD foi ficando compreensível para mim que a minha própria condição enquanto sujeito era, em parte, balizada pela dependência. A partir disso, decidi que queria estudar com mais afinco este tema em conjunto com a PHC, ou seja, queria entender as implicações da formação econômica dependente no psiquismo dos indivíduos. Ao ingressar no mestrado e ter mais contato com a periodização do desenvolvimento, me identifiquei mais uma vez com os estudos sobre o período da juventude. Isso porque, enquanto um jovem da classe trabalhadora, vivi as dificuldades a que o modo de produção capitalista nos submete. Em vários momentos, tive que fazer escolhas entre ter que trabalhar ou dar continuidade aos estudos, mas pude contar com a ajuda da família para conseguir concluir a minha graduação. Após a graduação, vivi o *drama* do desemprego e o subemprego para manter a subsistência. Desta forma, foi ficando cada vez mais evidente que o que estava pesquisando era, na verdade, a minha própria realidade. Nos últimos anos o debate sobre o subemprego, sobre a precarização e sobre a uberização do

trabalho se intensificaram e, a partir de então, pude perceber que havia muito mais para além da aparência desses fenômenos e como a dependência poderia engendrar particularidades que deveriam ser analisadas à luz da ciência. Desta forma, o meu objeto de pesquisa emergiu diante da minha própria realidade objetiva, constituindo-se no objetivo deste trabalho: fazer uma investigação das possíveis implicações do capitalismo dependente no desenvolvimento do psiquismo do jovem proveniente da classe trabalhadora, levando em consideração a sua concreta situação social de desenvolvimento no que tange à nova morfologia de trabalho.

Para tal objetivo, planejamos discorrer sobre o fenômeno do desenvolvimento humano, levando em consideração suas mediações com a realidade, suas contradições e crises, enfocando de maneira especial o período da juventude. Sobre esse período, almejamos discorrer sobre a unidade contraditória entre as atividades de estudo profissionalizante e a atividade produtiva a fim de justificar a escolha do recorte desta pesquisa. De forma ideal, a sua relação com o trabalho deveria ser para o jovem trabalhador o começo de sua autonomia e a possibilidade de exercer uma atividade socialmente útil. Entendemos por atividade a “. . . forma de relação viva através da qual se estabelece um vínculo real entre a pessoa e o mundo que a rodeia. Por meio da atividade o indivíduo atua sobre a natureza, sobre as coisas e sobre as pessoas” (Petrovski, 1985, p. 142).

Porém, as condições da vida material na qual este jovem da classe trabalhadora encontra-se inserido não comporta as condições necessárias para que seu desenvolvimento ocorra de forma omnilateral. Em comparação aos países desenvolvidos, na América Latina e, devido ao escopo da presente pesquisa, no Brasil, encontra-se uma forma particular de capitalismo, denominado *capitalismo dependente*, que resulta no subdesenvolvimento do país e na superexploração da força de trabalho. Este subdesenvolvimento se expressa em diversas dimensões da sociedade, como por exemplo, nas formas de organização do trabalho.

Sendo o trabalho um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento ideal do jovem, pretendemos discorrer sobre a relação entre as condições do trabalho precarizado dentro das particularidades do capitalismo dependente e, conseqüentemente, o processo de desenvolvimento do psiquismo do jovem trabalhador brasileiro.

Com base no exposto, consideramos que a presente pesquisa tem potencialidade de contribuir de alguma forma com a ciência psicológica e também com a sociedade como um todo, uma vez que, cada vez mais, a psicologia tem se preocupado em compreender a complexa relação entre indivíduo e sociedade. Tendo o cuidado de não dicotomizar tal relação, entendemos que as descobertas de novas particularidades que medeiam o psiquismo singular e a sociedade contemporânea podem ajudar a dar maior concreticidade aos fenômenos estudados.

Partindo do pressuposto de que é no singular que o universal se realiza, e tendo como nexos as mediações da particularidade, quanto mais categorias forem sendo apreendidas, melhor será a reprodução ideal do movimento do real. Ademais, também é nosso objetivo promover um movimento que nos permita compreender melhor a complexidade da universalidade manifesta na singularidade. Para alcançar essa compreensão, devemos atentar para as relações sociais particulares. Novamente, a implicação dessa abordagem é superar a visão dualista e dicotômica da relação entre indivíduo e sociedade. Se considerarmos que o particular expressa a universalidade e é um determinante da singularidade, é exatamente nessa particularidade que encontramos a oportunidade de elucidar a manifestação de um aspecto no outro. Portanto, quanto mais aspectos específicos conseguirmos revelar, maior e mais aprofundada será nossa compreensão do objeto em questão (Pasqualine & Martins, 2015). É nesse ponto que nossa pesquisa se concentra.

Com base no princípio de que o trabalho não é uma categoria a-histórica, fora de uma totalidade, queremos entendê-lo como expressão concreta da dependência econômica brasileira. Tendo alcançado este objetivo, poderemos apreender, mesmo que preliminarmente, as influências de tal dependência para com a atividade dominante que engendra a principal forma de vinculação do jovem com a realidade que o cerca. Esta tentativa poderá trazer novos elementos para compreender tais fenômenos dentro de um todo complexo maior, mais abstrato, possibilitando, assim, novas sínteses para a compreensão do desenvolvimento humano e suas relações com o trabalho e a educação.

Além de novas possibilidades científicas, partimos do entendimento de que nossa pesquisa possa ajudar na produção de novos elementos para a compreensão da constituição do sujeito e da dinâmica social. Esses novos elementos podem abrir novas perspectivas para pensar as já existentes formas de luta pela emancipação humana. Não pretendemos com isso, evidentemente, dizer que nosso trabalho será fundamental para tal, mas sim que toda contribuição é válida, e que esta estará notadamente voltada para o reconhecimento da vigência das lutas de classes e na perspectiva da classe trabalhadora.

Destarte, como dito anteriormente, o psiquismo humano tem como característica fundamental o fato de se desenvolver por meio da atividade social (Leontiev, 1974/2021; Vygotski, (1931/2000). Todavia, ao longo da história da Psicologia, o processo de desenvolvimento do psiquismo humano é tratado de diferentes formas, por diversas abordagens metodológicas. Vygotski (1934/2006) fala sobre o problema da periodização das idades no desenvolvimento infantil, destacando que as bases teóricas da periodização se dividem em três grupos, sendo o primeiro grupo baseado em princípios biogenéticos, o segundo na eleição de

algum indício específico para compreender o desenvolvimento e o terceiro na concepção evolucionista do próprio desenvolvimento infantil. Tais abordagens são insuficientes para responder ao processo de desenvolvimento do psiquismo humano, pois são concepções anti-dialéticas e dualistas do desenvolvimento infantil. Além disso, essas metodologias elegem arbitrariamente um elemento como princípio do desenvolvimento, sendo incapazes de apreender o fenômeno em sua totalidade. Por esta razão, iremos partir dos fundamentos metodológicos propostos por Vigotski e associados para discorrer sobre o conceito de desenvolvimento. Acreditamos que sua abordagem abrange o fenômeno em sua totalidade, considerando suas contradições e, principalmente, expondo a sua historicidade.

Segundo Leontiev (2017), em cada etapa do desenvolvimento, uma atividade irá se destacar das outras exercidas pela criança. São aquelas de maior importância para os próximos estágios do desenvolvimento e a principal forma de a criança se relacionar com a realidade. A atividade principal, como é chamada, é a atividade responsável pelas “. . . mudanças mais importantes nos processos psíquicos e nos traços psicológicos da personalidade da criança, em um certo estágio de seu desenvolvimento” (p. 65). Desta forma, é por meio destas atividades principais que a criança passa a se relacionar com o mundo, formar sua personalidade e desenvolver seu psiquismo. Como conceito essencial para a psicologia e no centro de diversas contribuições históricas, o conceito de personalidade é entendido aqui como uma “. . . autoconstrução da individualidade por conquista de sua genericidade, ou seja, síntese de processos biológicos e psicológicos que em interação dialética com o meio transforma o indivíduo de maneira criadora e autocriadora graças à ação e consciência” (Martins, 2004, p. 86).

A cada estágio do desenvolvimento formam-se novas necessidades específicas, determinadas socialmente, pois, os elementos da cultura humana estabelecem relação intrínseca ao conteúdo e motivação na vida da criança, desencadeando uma nova atividade principal. É importante ressaltar que existe um movimento dialético entre as atividades no desenvolvimento da criança, pois, a atividade dominante em um determinado período não deixa de existir e não é simplesmente substituída pela nova atividade principal. Ela continua existindo, porém, assume um lugar de menor destaque.

É necessário destacarmos também a importância da *situação social de desenvolvimento* e como esta engendra a nova estrutura da consciência da criança. Vygotski (1934/2006, p. 265¹) descreve a situação social de desenvolvimento como um “. . . sistema de relações da criança de

¹ As traduções aqui apresentadas são todas de nossa autoria.

uma dada idade e a realidade social; se na criança houve uma transformação radical, é inevitável que essas relações se reestruturem”. Sendo assim, este é o ponto de partida para a idade seguinte, ou seja, para as mudanças dinâmicas que se produzem no desenvolvimento durante um período para o outro. Além disso, ela define as formas e as trajetórias que permitem à criança adquirir novas propriedades da personalidade, já que a realidade social é a verdadeira fonte de desenvolvimento, em outras palavras, a possibilidade de que o social se transforme em individual. Por esta razão, a situação social de desenvolvimento constitui o conteúdo principal das idades de crise (Vigotski, 1934/2006).

Em relação à periodização das idades, consideramos que o desenvolvimento do psiquismo humano não ocorre somente na infância, ele continua na juventude, na vida adulta e também na velhice, sendo que cada etapa possui suas particularidades e especificidades, e são tão importantes quanto a infância no processo de formação da personalidade do indivíduo.

Elkonin (1987) organizou as principais atividades pelas quais os sujeitos passam em cada estágio do seu desenvolvimento. Em cada período há uma atividade principal que guia o desenvolvimento: a) primeiro ano: comunicação emocional direta; b) primeira infância: atividade objetual manipulatória; c) idade pré-escolar: jogos de papéis; d) idade escolar: atividade de estudo; e) adolescência inicial: comunicação íntima pessoal e) adolescência: atividade profissional de estudo. A adolescência possui grande importância no processo de desenvolvimento do psiquismo, pois, é somente nesta que ocorre a formação de conceitos propriamente ditos e o desenvolvimento do pensamento teórico. É somente na adolescência que encontramos esse grau de domínio sobre os processos de comportamento.

Abrantes e Bulhões (2016, p. 247) evidenciam que a etapa seguinte no processo de desenvolvimento equivale “. . . a faixa etária dos 18 aos 24 anos [que] corresponde ao período da juventude, momento em que tem início a vida autônoma do sujeito, que é demarcada por sua entrada no mundo do trabalho”. Neste período, a atividade dominante do desenvolvimento do jovem constitui uma “. . . *unidade contraditória entre a atividade de estudo profissionalizante e a atividade produtiva*, destacando que a predominância de uma delas ocorre pela determinação da posição que o jovem ocupa em relação aos meios de produção” (Abrantes & Bulhões, 2016, p. 247, grifo nosso). Esta determinação é fundamental para entendermos o objeto de nosso trabalho. Estamos considerando como recorte de pesquisa os jovens provenientes da classe trabalhadora, alienados dos meios de produção que, desde muito cedo, precisam integrar o mercado de trabalho na tentativa de garantir o seu sustento e o de sua família. Jovens que, em muitos casos, precisam abandonar os estudos para sobreviverem vendendo sua força de trabalho.

Para Leontiev (1959/2004), o jovem, ao se tornar um trabalhador, passa a desempenhar um novo papel na sociedade, pois, a sua vida adquire uma nova dimensão, e, assim, passa a ver o mundo sob uma nova perspectiva. Para que o trabalho na vida do jovem tenha sentido, a forma ideal de desenvolvimento deste seria que ele tivesse acesso às condições de vida necessárias para que esta atividade propiciasse o pleno desenvolvimento de sua personalidade, enriquecendo seu desenvolvimento e dando a ele as condições materiais para a apropriação de tudo aquilo que foi produzido socialmente.

A relação do jovem com o mundo do trabalho, contudo, não está desprendida do modo de produção vigente. Ela passa por uma série de cisões e percalços que impossibilitam que a atividade dominante desta idade se realize de forma omnilateral.

Doravante, a qualidade fundamental do psiquismo humano é, para a PHC, o social e este não é, portanto, apenas mais uma dimensão do psiquismo, como se superposta àquilo que poderia ser chamado de propriamente psíquico, mas sim, a sua essência (Shuare, 2017). Logo, ao se analisar as contradições, os nexos, as multideterminações e as possibilidades do desenvolvimento do jovem brasileiro, é necessário compreender a particularidade da trama social onde o seu desenvolvimento transcorre. Em outras palavras, é desvelar a concretude das relações materiais de produção, as quais delineiam a situação social de desenvolvimento do sujeito.

Para tal tarefa, lançamos mão da TMD, corrente teórica que busca interpretar a dependência latino-americana à luz do materialismo histórico-dialético. Segundo Katz (2020), as teorias que buscaram compreender a dependência nasceram e atingiram o seu apogeu nos anos de 1970. Após o seu declínio nos anos posteriores, elas voltam a ser objeto de estudos novamente. Dentre as correntes que mais se destacaram durante estes anos, três são mais proeminentes. Como afirma Katz (2020, p. 5), “. . . diferentes modalidades de marxismo, liberalismo e desenvolvimentismo compartilharam a mesma autodenominação ao criar um parentesco efêmero entre abordagens conflitantes”. Contudo, somente a variante marxista, a que estamos propondo aqui como base teórica, sobreviveu e se desenvolveu com coerência. Ruy Mauro Marini (1932-1997), Theotonio Santos (1936-2018) e Vania Bambirra (1940-2015) foram seus principais expoentes. Luce (2018, p. 9) aponta que “. . . a TMD é a síntese do encontro profícuo entre a teoria do valor de Marx e a teoria marxista do imperialismo, esta última formulada, entre outros, por Lenin”.

Esta teoria parte do pressuposto que, em relação à organização do modo de produção capitalista no centro do capital, ou seja, em países desenvolvidos, a conjuntura latino-americana de caráter periférico apresenta suas peculiaridades. Na visão dialética da dependência, por mais

que se constate um subdesenvolvimento das relações capitalistas, esse desenvolvimento jamais poderá se concretizar devido à estrutura global. Com relação às economias capitalistas chamadas de avançadas, tem-se aqui algo diferente, não um pré-capitalismo, imaturo, mas sim um capitalismo particular que só pode ser entendido se analisarmos o sistema como um conjunto, tanto do nível nacional como do internacional (Marini, 1969/2017a; 1973/2017b).

Para Marini (1969/2017a), à medida em que a economia dos países dependentes se cristaliza enquanto economia de caráter exportador e com a especialização de alguns poucos bens primários, a mais-valia aqui produzida passa a ser transferida para os países do capitalismo central devido às práticas financeiras impostas por essas economias, a intervenção de agentes financeiros externos nos campos da produção e a estrutura dos preços no mercado mundial. As classes dominantes locais, na tentativa de ressarcir a perda do valor absoluto, exploram ainda mais os trabalhadores, submetendo-os a uma situação de *superexploração*. A expressão da superexploração é entendida aqui, preliminarmente, como uma condição de baixos salários, analfabetismo, repressão policial, falta de oportunidade de empregos e subnutrição. É na categoria de superexploração do trabalhador que se constitui o princípio basilar de uma economia dependente como a brasileira, logo, como veremos adiante, esta é a unidade chave para entender a dinâmica da precarização do trabalho e da manutenção da subalternidade nestas nações. Esta categoria, destarte, não pode ser meramente reduzida à categoria de *exploração* para a teoria marxista. A exploração é entendida como o controle de uma classe sobre a outra no que tange ao excedente da produção. Ou seja, o produto do trabalho de toda a sociedade que passa a ser apropriado apenas por uma parte dela, a sua classe dominante. A forma da exploração e seus agentes, contudo, dependem do modo de produção de determinada sociedade. No capitalismo, a exploração toma a forma da mais-valia, a classe dominante é a burguesia e a dominada é o proletariado (Bottomore, 2012). Veremos mais sobre essas duas categorias adiante.

Marx (1939/2011, p. 59) assevera que “. . . em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações.”. Partindo disto, segundo Rummert e Ventura (2007), a integração subalterna do Brasil ao capitalismo mundial também resultou em profundas reformas políticas de cunho neoliberal a partir dos anos 90. Essas reformas visavam a liberalização da economia brasileira e a redução da participação e controle do Estado como determinado pela Constituição de 1988. Estas reformas respondiam à exigência estadunidense

elaborada no Consenso de Washington² para possibilitar a concessão de cooperação financeira externa (Raposo, 2020). Em outros termos, na tentativa infrutífera de superar as consequências da dependência, se submete ainda mais à subalternidade. Estas reestruturações das políticas e mecanismos do Estado brasileiro intencionavam, principalmente, a desregulamentação do trabalho, subcontratação (terceirização) e a informalização das relações de trabalho. São os princípios da desertificação neoliberal no país (Antunes, 2018). A redução aguda dos postos de trabalhos formais obrigou a um êxodo dos trabalhadores para os setores de serviços e a futura “uberização” dos postos de trabalho já despontava no horizonte.

Com o exposto até aqui, podemos começar a ter um panorama de como o capitalismo dependente brasileiro reestrutura e organiza toda uma série de fenômenos dentro do cotidiano das pessoas que vivem sob sua influência. A plataformização do trabalho, o desemprego, o subemprego, a terceirização e a pauperização, além dos fenômenos recentes de sua agudização, podem e devem ser entendidos como um complexo de complexos que fazem parte de um todo maior, passível de serem analisados e apreendidos em sua totalidade. São nesses pontos de contato que podemos analisar as profundas relações da dependência com o psiquismo do jovem trabalhador.

Pretendemos, com esta pesquisa, por intermédio de uma análise histórico-dialética, compreender as implicações no desenvolvimento do jovem proveniente da classe trabalhadora brasileira inserido em um mercado de trabalho marcado pela superexploração. Ademais, o entendimento do fenômeno da uberização do trabalho será de fundamental importância para apreender em quais condições ele venderá a sua força de trabalho e, conseqüentemente, as condições da apropriação deste jovem dos meios necessários para sua emancipação enquanto homem e enquanto classe.

Serão principalmente por intermédio de dados do Estado brasileiro, bem como de instituições ligadas ao movimento sindical, que iremos perscrutar a realidade do trabalho no Brasil, sempre optando por operar com base nos recortes elegidos para esta pesquisa. Os critérios de seleção destes documentos são os de que esses dados devem apresentar a realidade empírica da organização do trabalho, levando a saúde físico-psíquica do trabalhador sempre como elemento central. Buscaremos também em artigos, livros, dissertações e teses os fundamentos teóricos-metodológicos para trabalharmos com os dados obtidos. A fim de chegar

² A partir de uma reunião de avaliação das reformas econômicas empreendidas na América Latina a proposta neoliberal foi recomendada pelo governo norte-americano aos países subdesenvolvidos, como uma condição para a continuidade da concessão de cooperação financeira externa. As recomendações e conclusões dessa reunião passaram a ser conhecidas como Consenso de Washington (Raposo, 2020, p. 518).

no objetivo proposto, operamos a construção do texto tendo como constância o entendimento do movimento do real como uma dialética singular-particular-universal, no qual as relações sociais vão sendo singularizadas e, ao mesmo tempo, generalizadas por mediação de particularidades que serão abordadas em cada sessão.

Sendo assim, na primeira sessão abordaremos a importância do trabalho para a constituição humana, partindo do trabalho concreto e sua determinação para o ser social. Em seguida, em busca de trazer novos níveis de abstração para o entendimento do trabalho abstrato, iremos discorrer sobre o capitalismo dependente e sua categoria fundante, a superexploração. Também abordaremos a nova morfologia do trabalho expressa principalmente pelo fenômeno da uberização, ou seja, as novas formas de organização do trabalho no tardo-capitalismo. Após, iremos dissertar mais detidamente sobre o desenvolvimento do psiquismo à luz da PHC, dando destaque maior para o período da juventude e suas particularidades. Por último, intentaremos empreender sínteses dos nexos levantados no decorrer de toda a pesquisa para que, enfim, os questionamentos aqui levantados possam ser respondidos.

A dependência econômica-cultural, assim como a constituição do psiquismo humano, é um fenômeno histórico, não possui uma natureza estática, imutável, portanto, é passível de ser superada. Suas influências negativas sobre o trabalho também abrem contradições que possibilitam a sua negação, logo, compreender tal fenômeno dentro de uma dialética do singular-particular-universal é um dos caminhos para se chegar à essas contradições e apreender o movimento do fenômeno como um todo. Partimos, então, da hipótese que *essa influência do contexto socioeconômico da dependência na organização estrutural da atividade de trabalho produtivo possa ser alienante para o jovem proveniente da classe trabalhadora de tal modo impactante, sendo necessário considerar isso para compreender o panorama que as estatísticas a respeito expõem*. Compreender esse vínculo é fundamental para superá-lo.

2 O trabalho como atividade histórica imanente da constituição humana

O que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser. Ele fiou e o produto é um fio.
(Marx, 1867/2017, p. 258)

Apesar de vermos mais sobre isso posteriormente, a princípio podemos afirmar que as atividades dominantes são aquelas que se destacam no sistema de atividade do indivíduo como sendo a sua principal forma de relação com a realidade. Ademais, é ela que engendra as principais mudanças na personalidade em determinado estágio do desenvolvimento. O trabalho, portanto, é a atividade dominante do jovem trabalhador (Abrantes & Bulhões, 2016). Destarte, consideramos de extrema necessidade dimensionar a importância da atividade de *trabalho*. Dimensionar não apenas na centralidade dele para este escrito, ou para a história do marxismo em si, mas como uma atividade essencial para o ser social, condição *sine qua non* para o seu aparecimento, sua reprodução e, como veremos, também para sua emancipação.

Sem dúvidas, entre a miríade de categorias que compõem o arcabouço teórico do marxismo, poucas são tão importantes quanto a do trabalho. Esta categoria perpassa pelos escritos de vários teóricos que se propuseram estudar não só a ontologia do ser social, mas, também, fazer a crítica ao capitalismo. Engels (1925/2020), em seu clássico ensaio “O papel do trabalho na hominização do macaco”, alega que os economistas políticos dizem que o trabalho é a fonte de toda riqueza. Isso é verdade, de fato, como concorda Engels, mas ele vai além, atribuindo ao trabalho o papel de ter criado o ser humano como o conhecemos. Marx articula este conceito por toda a sua obra, mas é em *O Capital* (1867/2017) que ele vai trabalhá-lo com maior profundidade, trazendo à luz, pelo seu método radical, as mais complexas explanações sobre o processo de trabalho já vistas até então. Marx continua de onde os economistas políticos clássicos pararam, mas, indo além, expande o conceito, entendendo-o como histórico e, portanto, passível de ser transformado. Lukács (1973/2013) também aborda o tema, dando um lugar privilegiado deste no salto ontológico entre o ser natural e o ser social. É categórico ao afirmar que “. . . no trabalho estão contidas *in nuce* todas as determinações que . . . constituem a essência do novo ser social” (p. 44).

Este debate também aparece no campo da ciência psicológica. No âmbito da Psicologia nascida no seio da Revolução Russa, os trabalhos de Vigotski, Leontiev e Luria já demarcavam uma evidente continuação do legado marxiano. Vigotski (1925/2004^a) aborda a categoria

trabalho desvelando como em sua dinâmica os processos de internalização de signos possibilitam que a própria técnica de trabalho seja transformada e refinada. Além disso, também descreve que, a despeito de outros animais que se adaptam passivamente ao seu meio, no homem, contudo, essa adaptação é idealizada na consciência. Leontiev (1959/2004) também recorre ao trabalho para explicar a dinâmica entre sujeito e sociedade, também dando destaque para este no salto ontológico, a passagem do ser orgânico para o social. Pelo mesmo caminho, Luria disserta que a gênese da forma superior de vida, ou seja, aquela presente no ser humano por mediação de sua atividade consciente, deve “. . . ser [procurada] na forma histórico-social de atividade, que está relacionada com o trabalho social, com o emprego de instrumentos de trabalho e com o surgimento da linguagem” (1979, p. 74).

É claro que, devido ao objetivo da pesquisa aqui relatada, não iremos nos delongar sobre a quantidade de menções que a categoria trabalho tem em sua totalidade na obra destes e de outras dezenas de autores. Também não iremos tecer ponderações sobre em qual sentido o conceito é abordado ou se o foi de forma indireta em outros trechos. O que queremos evidenciar é que o trabalho permeia a literatura pautada no Materialismo Histórico-Dialético. Sendo assim, daremos continuidade ao objetivo desta pesquisa, entendendo, pois, o trabalho como prática social que engendra na atividade do ser humano as formas mais complexas de comportamento. Como veremos, todas as outras formas de atividade humana (ciência, arte, filosofia, política, religião e etc.) só podem existir devido ao aparecimento do trabalho na história da sociedade.

2.1 O papel do trabalho no salto ontológico do ser natural para o ser social

O ser humano é o único animal capaz de agir sobre a natureza de forma consciente no intuito de satisfazer as suas necessidades. Para que ele possa existir, deve criar ativamente os meios de sua existência e a principal atividade de interação com a natureza é o trabalho. Marx (1844/2004, p. 114, grifo do autor) define que “. . . *toda a assim denominada história mundial nada mais é do que o engendramento do homem mediante o trabalho humano. . .*”. N’O Capital ele vai além, afirmando que

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. . . *A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida*, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços, pernas, cabeça e mãos (Marx, 1867/2017, p. 255, grifo nossos).

Como dito, na essência ontológica do trabalho está contida a transição, o salto do ser meramente biológico para o social. Ele “. . . é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto de trabalho etc.) como orgânica” (Lukács, 1973/2013). Contudo, uma consideração deve ser exposta aqui. Quando nos referimos ao salto do ser biológico para o social, de forma alguma estamos querendo dizer que a dimensão orgânica deixa de exercer sua influência sobre os homens. Entendemos essa transição de forma dialética, sendo que a primeira é supracumida pela segunda (Leontiev, 1959/2004; Lukács, 1973/2013; Pino, 2005; Vigotski, 2021). Sem o pleno desenvolvimento da dimensão orgânica e o surgimento de um aparato biológico capaz de lançar as bases do desenvolvimento social, seria impossível que ocorresse o salto ontológico. Podemos tratar como um exemplo o fato de o comportamento humano ser, em sua grande maioria, fruto da aprendizagem cultural. Nas espécies mais simples, primitivas, o comportamento é totalmente codificado nos genes, sendo transmitido unicamente pela reprodução. Nos primatas, ou seja, nas espécies mais próximas do *Homo sapiens*, uma considerável parte do comportamento é adquirida na ontogênese, ou seja, por aprendizagem. Essa característica é levada ao seu ápice no ser humano, em que a grande maioria dos seus comportamentos são aprendidos e transmitidos por laços culturais (Nordhausen & Oliveira Filho, 2022). Apesar de a aprendizagem dos humanos ser totalmente diferente daquela encontrada em outros primatas, principalmente pelo motivo da nossa ser sistematizada, podemos encontrar suas marcas na história evolutiva das espécies.

É compreensível que, neste estágio mais avançado do desenvolvimento do gênero humano – o ser social –, a dimensão biológica passa a ser reorganizada em prol da dimensão social, passa a ser integrada à história humana. Recua em sua influência, mas sem jamais deixar de estar presente. “O ‘humano’ não é, portanto, a esfera da negação da natureza, fazendo do homem um ser à parte do mundo dos seres naturais, mas a esfera da revelação nele dessa natureza, de cuja fecundidade ele é as primícias³” (Pino, 2005, p. 17).

É em decorrência do processo de trabalho que o homem produz e acumula os bens necessários para a sua existência. Mais do que isso, compartilha pela linguagem os meios e o saber do processo de trabalho para as gerações vindouras. Há o acúmulo sócio-histórico daquilo que foi produzido e descoberto pelo gênero humano, permitindo, assim, que tais saberes sejam

³ Por essa compreensão temos uma consequência lógica que soa nada menos que poética. Se o ser social continua sendo parte da natureza, isso quer dizer que o homem, como uma pequena partícula que compõe a matéria viva, e estas que compõem a matéria inorgânica e, onde todas fazem parte da imensidão do universo, assim temos a expressão da natureza que adquiriu consciência dela mesma. Um grau de evolução sem igual até agora (Pino, 2005).

constantemente apropriados, complexificados e transformados de acordo com o modo de organização social vigente e em correspondência com as necessidades postas em tal época (Leontiev, 1959/2004). Destarte, não é necessário, conforme afirma o autor, que cada geração descubra novamente a roda, reaprenda sobre os padrões dos corpos celestes e de como identificar as estações para melhor aproveitamento das colheitas, por exemplo. Estes e os demais conhecimentos passam a ser compartilhados no seio da sociedade. Doravante, mais do que lançar as bases para a transformação social, o trabalho promove a própria modificação do indivíduo que trabalha. Marx (1867/2017, p. 255) afirma que “. . . agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza”. Por extensão, podemos afirmar sem maiores problemas que é pelo trabalho e ao mesmo tempo que ele que ocorre a gênese da consciência na história do desenvolvimento do homem. Contudo, ao falarmos da ontogênese do homem, vemos que a consciência e a personalidade também são formadas por outros tipos de atividade a depender de qual etapa do desenvolvimento o indivíduo se encontra. Veremos mais adiante sobre o papel das atividades dominantes para o desenvolvimento da consciência e da personalidade.

O aprimoramento do processo de trabalho através dos séculos possibilitou o estreitamento dos laços coletivos entre os membros da sociedade. Esse estreitamento foi importante para que aparecessem situações em que fosse importante dizer algo para os outros. Estava dada a necessidade objetiva para o surgimento da linguagem. Em comparação com os outros animais, fica evidente o aparecimento da linguagem do e com o trabalho. “Primeiramente o trabalho, em seguida e depois com ele a linguagem – estes são os dois impulsos mais essenciais, sob cuja influência o cérebro de um macaco gradativamente passou a ser o de um humano. . .” (Engels, 1925/2020, p. 342).

Em uma célebre passagem d’A ideologia alemã, Marx e Engels discorrem sobre a relação entre linguagem e consciência. Por ora, nos interessa quando dizem que

A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a *linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens* (Marx & Engels, 1932/2007, pp; 34-35, grifos nossos).

Ao entrarem em contato uns com os outros, a produção da língua foi sendo necessária para a designação de objetos, comandos sobre outros indivíduos e a transmissão dos saberes acumulados. Os atos de significação, ou seja, a separação das coisas em si e do aspecto ideal delas foram dando a possibilidade de referenciar objetos que não estavam presentes, abrindo as portas para um novo modo de existência, a simbólica (Leontiev, 1974/2021). A própria

atividade humana se eleva a uma dupla dimensão, uma técnica e outra simbólica. Ela sendo de natureza reversível, dialética, afeta não apenas o objeto ao qual se orienta, mas também o sujeito que a realiza (Pino, 2005). É justamente o aparecimento da atividade simbólica que caracteriza, tanto na filogênese quanto na ontogênese, a passagem do plano natural ao cultural (Sirgado, 2000). Os órgãos do sentido também têm suas características refinadas na ligação com o trabalho e o desenvolvimento do cérebro. Estes, por sua vez, possibilitaram que a técnica fosse mais precisa, expondo, assim, uma via de mão dupla que gradativamente ia tomando novas proporções de evolução (Leontiev, 1959/2004).

Mas, para que a atividade de trabalho surgisse na história do ser humano, alguns requisitos imprescindíveis deveriam ser preenchidos. Um deles seria o da sociabilidade, já presente na esfera biológica do ser. É justamente pela existência prévia de uma organização coletiva que podem surgir graus mais elevados de sociabilidade pelo trabalho, pois “. . . enquanto expressão das múltiplas formas que pode tomar a sociabilidade, o social é um fenômeno mais antigo que a cultura pois é um dos atributos de certas formas de vida, o que nos permite falar de uma sociabilidade biológica, natural” (Sirgado, 2000, p. 53).

O trabalho, segundo Leontiev (1959/2004), só poderia surgir entre animais que vivessem em grupos e apresentassem um grau de evolução mais avançado, mesmo que imensamente atrasados em comparação com o homem moderno. Essa afirmação é corroborada por Engels (1925/2020), que afirma que nossos ancestrais simiescos já eram sociáveis, da mesma forma que conseguimos presenciar vários graus de sociabilidade entre os primatas nos dias atuais. É evidente que, nas hordas de símios, as relações de sociabilidade se expressam em uma hierarquia e em formas de comunicação que se dão em um plano puramente biológico, do instinto (Leontiev, 1959/2004), em uma esfera mais primitiva do que a do ser social. Podemos perceber essa condição biológica da sociabilidade, também, em bebês humanos que, ao nascerem, dependem totalmente de que outros supram suas necessidades mais básicas. Em seu desenvolvimento ontogenético vão, gradativamente, construindo sua individualidade dentro da genericidade humana⁴ (Pino, 2005; Vigotski, 1934/2009). É pela ação criadora do homem, pela sua atividade, pelo trabalho, que esta sociabilidade biológica foi adquirindo gradativamente contornos humanos, tornando-se o meio pelo qual organizaram-se as relações sociais dos homens (Sirgado, 2000).

⁴ Marx em sua juventude já argumentava sobre a unidade entre o indivíduo e o gênero humano, ele afirma que “. . . o indivíduo é o *ser social*. Sua manifestação de vida – mesmo que ela também não apareça na forma imediata de uma manifestação *comunitária* de vida, realizada simultaneamente com outros – é, por isso, externalização e confirmação da *vida social*” (Marx, 2004, p.107, grifos do autor).

Para fins ilustrativos, podemos condensar os milhões de anos correspondentes ao salto ontológico da seguinte maneira: há de se ter, em princípio, *uma preparação biológica dos hominídeos*. Uma evidência desta é o achado de ferramentas de pedra datadas de 2,6 milhões de anos que foram encontradas em sítios arqueológicos próximos de onde fósseis do gênero *Australopithecus* já haviam sido identificados anteriormente. Isto indica que o fabrico e uso de ferramentas antecede até mesmo o surgimento do nosso gênero, o *Homo* (Neto *et al.*, 2022). Leontiev parte de premissa semelhante para dizer que “. . . neste estágio reinavam ainda sem partilha as leis da biologia” (1959/2004, p. 280). Após uma série de transformações vem um segundo estágio, o da *preparação ao homem*. Aqui que o fabrico de instrumentos começa a ter mais sofisticação e as formas embrionárias do trabalho e sociedade começam a surgir na história da espécie. Ainda há uma maior proeminência das leis biológicas que se traduziriam na primazia de transformações anatômicas transmitidas pela hereditariedade. Contudo, pela influência do desenvolvimento do trabalho e, conseqüentemente, pela linguagem, já começam a se engendrar nos órgãos dos homens os refinamentos de suas funções. Em resumo, “. . . o seu desenvolvimento biológico tornava-se dependente do desenvolvimento da produção” (Leontiev, 1959/2004, p. 280). Leontiev também afirma que “. . . a produção é desde o início um processo social que se desenvolve segundo as suas leis objetivas próprias, leis sócio-históricas. A biologia pôs-se, portanto, a inscrever na estrutura anatômica do homem a ‘história’ nascente da sociedade humana” (pp. 280-281). E vai além, afirmando que o processo em que o homem passa a ser sujeito do processo social de trabalho se dá “. . . em primeiro lugar, [pelas] leis biológicas, em virtude das quais os órgãos se adaptaram às condições e as necessidades da produção; em segundo lugar às leis sócio-históricas que regiam o desenvolvimento da própria produção e os fenômenos que ela engendra” (p. 281).

É somente no terceiro estágio, contudo, que aparece o *Homo sapiens*. É nesta etapa da *viragem* que o homem se liberta da total dependência inicial das mudanças biológicas e, portanto, lentas, para as sócio-históricas que irão reger sua evolução. O homem atual, o ser social, tendo já se formado na filogênese, possui todas as qualidades necessárias para que o seu desenvolvimento passe a ser ilimitado na mediação pela cultura, não exigindo mais as mudanças biológicas hereditárias que por eras governaram seu desenvolvimento. Não deixam de existir, por óbvio, mas deixam de ser essenciais (Leontiev, 1959/2004).

Novamente, tendo ocorrido o salto ontológico do ser natural para o ser social, o ser humano liberta-se da determinação singular da hereditariedade e passa a ser regido, então, por leis histórico-sociais. O desvelamento do novo, a descoberta, a criação podem ser compartilhadas com a sociedade, munindo as novas gerações com a capacidade de avançarem

cada vez mais em direção ao controle da natureza e da satisfação de suas necessidades. Liberta-se da passividade ante à realidade e passa a ter uma atividade criadora e produtiva. E é pelo trabalho coletivo que conseguem se apropriar das riquezas históricas da sociedade. O trabalho se apresenta, assim, não como uma mera atividade social entre outras, mas sim como sua premissa.

A categoria trabalho, contudo, não pode ser completamente apreendida se o tomarmos como uma abstração e não levarmos em consideração um outro fator imanente para o seu surgimento, a consciência.

2.2 Trabalho e consciência

Antes de adentrarmos na reflexão sobre a unidade entre trabalho e consciência e já tendo explorado um pouco a categoria trabalho, consideramos prudente já de início anunciar o que não consideramos como consciência. Nos pautamos em Marx e Engels (1932/2007, p. 34) para desconsiderarmos a consciência como algo “puro”, desprovida da “contaminação” da matéria. Em outras palavras, queremos dizer que a consciência é sempre produto da atividade do homem em metabolismo com o seu meio. Nas palavras dos autores, “. . . a consciência [*Bewusstsein*] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [*bewusste Sein*], e o ser dos homens é o seu processo de vida real” (p. 94). Neste sentido, Vygotski (1934/2006) aponta que a situação social de desenvolvimento é a relação estabelecida entre o sujeito e a realidade à sua volta, ou seja, o contexto social, de onde é dado o ponto de partida para todas as mudanças no desenvolvimento da personalidade consciente. Ou seja, mesmo quando falamos da influência do meio para o desenvolvimento, não estamos falando de um contexto externo, independente do sujeito, mas sim de uma relação ativa e criadora, mediada pela atividade consciente do homem. Contudo, para entendermos o conceito de consciência mais adequadamente, será necessário falarmos antes de outro conceito intrínseco, o reflexo psíquico.

A distinção entre o reflexo psíquico e a consciência foi uma descoberta que, segundo Leontiev (1974/2021), demorou séculos para ser evidenciada. Um passo fundamental para que isto acontecesse foi a confirmação da hipótese de diferentes níveis do reflexo psíquico, ou seja, “. . . o reconhecimento da existência de um psiquismo pré-consciente dos animais e o surgimento no ser humano de uma forma qualitativamente nova, a consciência (p. 146, grifos do autor). Historicamente, a pré-existência do reflexo psíquico se configura como uma necessidade no período de transição entre a atividade adaptativa dos animais e a atividade produtiva especificamente humana. O produto desta forma de atividade humana, por ser uma

ideia, ainda não existe na realidade e para que o sujeito possa regular a sua conduta e confrontá-la com o material original (objeto do trabalho) e as suas diversas transformações intermediárias, este deve aparecer para o sujeito de forma passível para comparação, ou seja, ser mediada pelo reflexo da realidade em função dos órgãos do sentido.

Como já apontado por Leontiev (1959/2004), um complexo reflexo psíquico já presente nas formas superiores de representantes do mundo animal é um dos elementos essenciais para o surgimento da consciência e doravante do trabalho. Ora, a pré-história do desenvolvimento do reflexo psíquico humano é toda a longa e complexa história do desenvolvimento do psiquismo animal⁵. Por sua vez, este aparece e se desenvolve no âmbito da evolução biológica, obedecendo suas leis mais gerais. Leontiev ainda destaca que cada grau de desenvolvimento no processo de evolução se dá em função de novas “. . . condições exteriores de existência para os animais e a um passo adiante na complexidade da sua organização física” (p. 64). A adaptação a um ambiente mais complexo acarretou, no sistema nervoso elementar e nos órgãos da sensibilidade, a formação de um psiquismo elementar, dotado da faculdade de refletir as propriedades mais isoladas do ambiente. Com a passagem ao modo de vida terrestre, aparece no córtex cerebral “. . . o reflexo psíquico de coisas inteiras, o psiquismo perceptivo” (p. 64). Por fim, ele avança descrevendo que, conforme vão se apresentando novas formas de complexidade nas condições de existência, ocorrem novas adaptações dos órgãos da percepção e da ação, assim como do cérebro. Em uma resposta adaptativa, surge nos animais, “. . . a possibilidade de uma percepção sensível das correlações objetivas entre as coisas, sob a forma de ‘situações’ relativas aos objetos” (p. 64). O desenvolvimento do psiquismo na filogênese é, portanto, determinado pelas necessidades dos animais se adaptarem ao meio e o reflexo psíquico “. . . é função dos órgãos correspondentes formados no decurso [desta] adaptação” (p. 64).

É na evolução dos órgãos do cérebro bem como das funções que lhe correspondem que se criam, em cada estágio do desenvolvimento do psiquismo, as bases que dão condições para o surgimento de estruturas de atividade mais elevadas, complexas. E são justamente nestas modificações da estrutura geral da atividade que resulta em novas necessidades de evolução destes mesmos órgãos e funções. É nesta relação espiralada entre evolução e necessidade que

⁵ Sugerimos o trabalho de Luria (1979) como um bom ponto de partida para um estudo mais adequado da pré-história do psiquismo, desde sua origem na variabilidade do comportamento dos protozoários até a atividade consciente do ser humano.

os organismos vão se aperfeiçoando. É a constante modificação nas estruturas das atividades que vão levar ao surgimento da consciência e do trabalho⁶ (Leontiev, 1959/2004; Luria, 1979).

Este reflexo da realidade, contudo, não pode ser entendido na esfera do ser social como um mero modelo da matéria presente no cérebro. Este modelo seria como a imagem de um objeto refletida por um espelho, no qual a imagem sempre corresponde em sua integralidade ao objeto de que é reprodução. Apesar de que, novamente, em uma primeira aproximação, isso seja uma verdade, quando estudamos o reflexo psíquico mais profundamente, evidencia-se que este, à diferença do espelho, cuja reflexão é passiva, possui um caráter subjetivo, em outras palavras, ativo, “. . . que em sua definição entra a vida humana, a prática, e que ele se caracteriza por um movimento de transvasamento constante do objetivo ao subjetivo” (Leontiev, 1974/2021, p. 77). É justamente pela atividade perceptiva que ocorre a “tradução” dos objetos exteriores que estimulam os órgãos do sentido em uma imagem psíquica. Não são estes órgãos que percebem a realidade, mas a pessoa com a ajuda destes órgãos, em outras palavras, o reflexo psíquico da realidade é produto da vida de um sujeito real. Marx (1845/2007), em sua primeira Tese sobre Feuerbach, já anunciava que o materialismo mecanicista se limitava a entender a apreensão da realidade, o sensível, por meio da contemplação, não como “. . . *atividade humana sensível, como prática; não subjetivamente*” (Marx, 1932/2007, p. 533, grifos do autor).

A atividade consciente do homem, mais desenvolvida que a dos outros animais, se distingue do comportamento variável destes principalmente em três fatores fundamentais. O primeiro é que a atividade do homem não está, obrigatoriamente, ligada a motivos biológicos. De forma geral, grande parte da totalidade de nossa atividade não está vinculada a tais propósitos, mas sim por outros chamados de “superiores” ou “intelectuais”. Tais motivos estão mais vinculados com necessidades “. . . cognitivas, que incentivam o homem à aquisição de novos conhecimentos, a necessidade de comunicação, a necessidade de ser útil à sociedade, de ocupar, nesta, determinada posição” (Luria, 1979, pp. 71-72).

O segundo traço determinante da atividade consciente corresponde ao fato de que ela “. . . não é forçosamente determinada por impressões evidentes, recebidas do meio, ou por vestígios da experiência individual imediata” (p. 72). Sabe-se que o ser humano é capaz de refletir sobre seus atos, ponderar sobre quais decisões irá tomar ante as possibilidades de suprir

⁶ Novamente, pela finalidade deste trabalho, temos aqui uma grande simplificação destes processos evolutivos. Obviamente que na realidade as coisas não se movem em constante direção ao mais complexo. O que intencionamos aqui é um recorte geral que possa elucidar em poucas palavras o surgimento do trabalho na filogênese. Estamos cientes, contudo, de casos que, para se adaptar ao ambiente em que existem, várias espécies de animais buscam formas mais simples e menos custosas de energia para sobreviverem no mundo natural. A evolução da vida não é um ato teleológico em constante direção à complexidade. Mas sim um caminho acidentado, fundado no acaso, mas que ao fim consiga adaptar as formas de vida, seja qual forem, ao meio em que existam.

suas necessidades⁷. Pode ir além da impressão imediata e abstrair os fenômenos, desbravar seus nexos internos e, por fim, interpretá-los. Ao reproduzir idealmente o movimento do real não toma o imediato em si, mas sim a representação deste mediada por outros conhecimentos adquiridos em sua vida, elevando o meramente empírico para uma esfera simbólica.

O terceiro ponto característico da atividade humana se encontra na questão da fonte de seus comportamentos. No caso dos animais existem apenas duas fontes: “1) os programas hereditários de comportamento, jacentes no genótipo e 2) os resultados da experiência individual” (Luria, 1979, p. 73). No caso do homem há ainda uma terceira fonte que desemboca no fato de que a grande maioria dos comportamentos deste são assimilados do acúmulo da experiência de toda a humanidade. Como dito anteriormente, no decorrer da história da humanidade estas descobertas não precisam ser constantemente refeitas, ao serem transmitidas no interior da sociedade possibilita-se que a nova geração comece de onde a outra parou. Desde o momento que nasce até a sua morte o indivíduo se vê imerso na influência das coisas que formam a nossa cultura, nossa história. Essa assimilação do produto histórico acumulado pela sociedade chega às suas máximas potencialidades, por exemplo, na escola, no ensino sistematizado, na educação.

Sendo assim, podemos afirmar com certeza que, nas formas superiores de vida, as características que destacam essa forma particular de ser se encontram na sua forma histórico-social de atividade e, esta, nas particularidades do trabalho social, na linguagem e com o emprego de instrumentos (Luria, 1979). Aqui, mais uma vez caímos no entrelaçamento dialético entre o ser social e o trabalho, que encontram cada um no outro, sua gênese e devir. Vemos isso evidentemente, a despeito do que já evidenciamos neste relatório de pesquisa, quando Leontiev (1959/2004) afirma que o trabalho é caracterizado por dois elementos interdependentes: o fabrico e manejo de instrumentos e por ser uma atividade comum coletiva, sendo, portanto, mediado desde sua origem pela sociedade e os instrumentos de trabalho. Além do mais, a respeito da linguagem, Engels alega que ela surge do e com o trabalho. Destarte, no emprego da forma histórico-social de atividade o homem acaba sendo duplamente mediado, tanto pelo instrumento como pela sociedade. Essa conclusão é importantíssima para a psicologia, pois, nas palavras de Luria (1979, p. 75, grifos nossos) “. . . as raízes do surgimento da atividade consciente do homem não devem ser procuradas nas peculiaridades da ‘alma’ nem no íntimo do organismo humano, *mas nas condições sociais de vida historicamente formadas*”.

⁷ Como veremos mais à frente em maiores detalhes, é neste momento da atividade humana que reside o “. . . pôr teleológico” que é previamente ideado pela consciência. Neste pôr teleológico é que pode ser encontrado o princípio da liberdade no ser social.

Esta compreensão, contudo, já está presente n’A Ideologia Alemã, de Marx e Engels, cujos autores elaboram a tese de que os homens começam a se distinguir dos animais tão logo começam a produzir seus meios de existência. Ao produzirem seus meios de existência, indiretamente, produzem sua própria condição social de vida.

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem *como também com o modo como produzem*⁸. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (Marx & Engels, 1932/2007, p. 87, grifos nossos).

De fato, tendo tudo isto sido exposto, podemos dar um passo para a compreensão da categoria trabalho. Vigotski (1934/2009) nos escreve que não se pode explicar satisfatoriamente o trabalho por uma linha de raciocínio em que se destaca unicamente a afirmação de que ele é engatilhado por objetivos ou tarefas. Deve-se explica-lo pelo *emprego de ferramentas*, “. . . da aplicação de meios originais sem os quais o trabalho não poderia surgir; de igual maneira, para a explicação de todas as formas superiores de comportamento humano, . . . dos meios através dos quais o homem domina o processo do próprio comportamento⁹” (p. 161). Destarte, assim como a sociabilidade possui uma história prévia no mundo natural, o emprego de instrumentos também possui este passado¹⁰. No comportamento relativamente superior do chimpanzé, em comparação com os outros animais, está a raiz do comportamento humano, este caracterizado principalmente pelo emprego de instrumentos. Tanto Marx (1867/2017) quanto Leontiev (1959/2004) já sustentavam o pressuposto de que tanto a criação como o emprego de instrumentos, embora já presente em certas espécies, é uma característica que se torna parte fundamental do processo de trabalho humano.

Leontiev, contudo, especifica mais profundamente estes instrumentos humanos, afirmando que eles são qualitativamente diferentes dos instrumentos rudimentares animais, e

⁸ Sobre o “. . . como produzem”, Marx dá grande importância a este aspecto da atividade humana, chegando a afirmar que “. . . o que diferencia as épocas econômicas não é ‘o que’ é produzido, mas ‘como’, ‘com que meios de trabalho’. Estes não apenas fornecem uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indicam as condições sociais nas quais se trabalha” (Marx, 2017, pp. 257-258).

⁹ Tal qual o comportamento humano é mediado pelo instrumento/ferramenta, as funções psicológicas superiores, ou seja, aquelas que são especificamente humanas, também o são. Elas incorporam às suas estruturas o emprego de signos, meio este fundamental para o domínio e orientação de tais processos psíquicos (Vigotski, 1934/2009).

¹⁰ Essa afirmação, novamente, não assevera uma equalização entre a constatação desses conceitos na cultura humana e na natureza.

pois, para o homem, assumem o papel de instrumentos de trabalho. Nas outras espécies, a atividade instrumental jamais toma forma de um processo social, não determinando as relações de comunicação entre aqueles que a executam. Já o trabalho humano, novamente, em essência, uma atividade social, “. . . assente na cooperação entre indivíduos que supõe uma divisão técnica . . . das funções do trabalho; assim, o trabalho é uma ação sobre a natureza, ligando entre si os participantes, mediatizando a sua comunicação” (Leontiev, 1959/2004, p. 81).

Além do fato de que, para os outros animais, os instrumentos jamais têm uma dimensão social, outra diferença é que com o homem não há apenas o seu emprego em determinada atividade, mas também a sua manufatura. Os primeiros artefatos feitos de pedra (líticos) são datados de milhões de anos e tem na primitiva indústria olduvaiense os primeiros modelos que foram empregados na luta pela sobrevivência. Estes modelos não eram nada mais do que lascas cortantes produzidas pela percussão direta e tendo uma pedra mais dura utilizada como “martelo”. Estas lascas eram manuseadas como ferramentas para, por exemplo, descarnar os ossos de animais caçados ou perfurar as presas. Com a evolução da indústria lítica um novo modelo de produção surgiu, a indústria acheulense. Esta nova etapa na produção de instrumentos demonstra um avanço nos projetos pré-concebidos mentalmente, estes novos instrumentos eram mais refinados, com retoques sendo feitos para que, gradativamente, a forma idealizada pudesse ser objetivada no objeto de trabalho (Neto *et al.*, 2022).

Essa própria preparação dos instrumentos já indicava uma revolução na atividade do homem primitivo. Por si só, a elaboração de tais artefatos não possui sentido e carece de uma justificativa biológica. Os instrumentos só passam a ter sentido quando, posteriormente, são empregados por mediação da atividade humana em outro objetivo que não está necessariamente ligado com a sua fabricação. Como escreve Luria (1979, p. 76) “. . . adquire sentido somente a partir do uso posterior do instrumento preparado na caça, ou seja, exige juntamente com o conhecimento da operação a ser executada, o conhecimento do futuro emprego do instrumento”. É na preparação de instrumentos que surge a condição fundamental chamada de surgimento da consciência ou, mais uma vez recorrendo a Luria (1979, p. 76, grifos do autor), “. . . *primeira forma de atividade consciente*”.

Segundo Leontiev (1959/2004), o comportamento animal é estritamente ligado aos seus motivos biológicos e, portanto, voltado sempre para a satisfação de alguma determinada necessidade. No homem, cujo comportamento adquire uma estrutura complexa,

. . . dá-se quando, da atividade geral, separa-se uma “ação” que não é dirigida imediatamente por motivo biológico e só adquire sentido com o emprego posterior dos seus resultados.

Percebe-se facilmente que, na medida em que tornam mais complexas as sociedades e as formas de produção, essas ações, não dirigidas por motivos biológicos, começam a ocupar posição cada vez mais marcante na atividade consciente do homem. (Luria, 1979, pp. 76-77, grifo do autor)

Essa separação da ação, ou seja, de um processo no qual o motivo não coincide diretamente com o objeto da atividade, só pode ocorrer estando balizado em um processo coletivo (social) de agir sobre a natureza. A atividade do homem desprende-se do determinismo biológico, muitas vezes, até se opondo diretamente a ele, e passa a ser dirigida por um *objetivo consciente* que só vai adquirir um sentido evidente na comparação de tais ações com o resultado final. Essas comparações entre ações e resultados tem caráter processual e abrem margem para correção da “rota de realização” de determinada atividade, podendo haver ajustes nos procedimentos, instrumentos e métodos empregados. O produto de determinado processo global é correspondente à necessidade da coletividade. Sua satisfação acarreta a satisfação da necessidade individual de determinado sujeito, independente de ele ter participado do ataque final à sua presa em uma atividade de caça, ou ter produzido a lança que foi utilizada em tal atividade. A relação do indivíduo com os outros membros de sua coletividade garante o recebimento de parte do abate e é pela atividade de outros que sua necessidade é satisfeita e “. . . é precisamente a atividade dos outros homens que constitui a base material objetiva da estrutura específica da atividade do indivíduo humano” (Leontiev, 1959/2004, p. 84). Sendo assim, a atividade complexa dos homens não é submetida à relação entre coisas, mas sim às relações sociais, fazendo que o seu psiquismo não reflita, como nos animais, a realidade natural, *mas sim a realidade coletiva do mundo dos homens*.

Agora, podemos nos ater a mais um caráter do trabalho que consideramos de vital importância e demonstrar o papel da consciência, dentro da dinâmica do trabalho. Apesar de já termos discorrido um pouco sobre o tema, gostaríamos de nos voltar para a natureza teleológica do trabalho. Lukács (1973/2013) defende que, para Marx, ao contrário de outros pensadores como Aristóteles e Hegel, o trabalho não é uma das muitas formas fenomênicas da teleologia, mas sim, sua única forma, o único ponto onde podemos, ontologicamente, demonstrá-la como momento efetivo da realidade material. A causalidade é, para Lukács (1973/2013), dada pela materialidade fundante e cronologicamente anterior ao ser social, “. . . é um princípio de automovimento que repousa sobre si próprio” (p. 48), mesmo tendo como desencadeador um ato teleológico. Já a teleologia é uma categoria posta, “. . . todo processo teleológico implica o pôr de um fim e, portanto, numa consciência que põe fins” (p. 48).

Com efeito, tanto os objetos como os meios de trabalho estão sujeitos à causalidade natural, mas, no pôr teleológico, “. . . podem receber o pôr socialmente existente no processo

de trabalho, embora permaneçam objetos naturais” (Lukács, 1973/2013, p. 72). Por consequência, nos meandros do processo de trabalho, a alternativa é repetida em cada detalhe. Cada movimento deve ser considerado, confrontado um a um com o pôr fim e corretamente executados pelos órgãos do trabalho. Caso essa processualidade não ocorra, a causalidade *posta* deixará de ocorrer e entrará em cena a causalidade natural, de entes naturais. No trabalho, a observação e a experiência são fundamentais para a escolha entre os melhores métodos ou materiais. Uma ação tão simples como escolher a melhor pedra para a manufatura de uma ferramenta pode parecer, a princípio, algo trivial, mas que, em sua estrutura interna, é complexa e cheia de contradições. Exige a atuação da consciência, para responder questões como: essa pedra é útil para tal propósito?; Tal propósito é condizente com a necessidade que precisa ser suprida?

O trabalho se desenvolve, então, não como um único ato de decisão, mas como uma processualidade, “. . . uma ininterrupta cadeia temporal de alternativas sempre novas” (Lukács, 1973/2013, p. 71).

Na constituição ontológica do trabalho também reside uma outra questão que sempre esteve presente nos mais variados estudiosos e que é de fundamental importância para se entender a relação entre trabalho e capital que veremos adiante: a liberdade. Para Lukács (1973/2013) é no trabalho que se encontra o ponto de partida genético da liberdade, que aparece pela primeira vez na realidade pela alternativa imbricada no processo de trabalho. O fundamento da liberdade “. . . consiste, se pretendermos falar racionalmente dela como momento da realidade, em uma decisão concreta entre diversas possibilidades concretas . . . a liberdade é – em última instância – um querer transformar a realidade . . .” (pp. 137-138). Em determinados nexos causais, a decisão tem um imanente e concreto momento de liberdade.

É fácil ver como a própria vida cotidiana coloca ininterruptamente alternativas que aparecem de forma inesperada e, com frequência, têm que ser respondidas de imediato sob pena de ruína; uma determinação essencial da própria alternativa consiste em que a decisão deve ser tomada sem que se conheçam a maioria dos componentes, a situação, as consequências etc. No entanto, mesmo assim permanece contido um mínimo de liberdade na decisão; também nesse caso – como caso-limite – *trata-se sempre de uma alternativa, e não de um fato natural determinado por uma causalidade puramente espontânea* (Lukács, 1973/2013, p. 139, grifos nossos).

Naturalmente o tema da liberdade é demasiado amplo e complexo, tendo uma riquíssima discussão nos mais diversos campos do saber e sendo abarcado por uma miríade de teorias. Não sendo nosso objetivo nesta pesquisa discorrer sobre tal assunto, apenas intentamos aqui

demonstrar mais uma vez o quão fundamental é o trabalho para o processo de humanização do homem.

Esperamos ter alcançado até aqui uma explicação inteligível e coerente da complexa relação entre trabalho e consciência. Essa relação, levada a outros patamares de abstração que faremos posteriormente, será de fundamental importância para demonstrarmos os desdobramentos dos objetivos desta pesquisa, ou seja, os de entender os engendramentos da dependência econômica na organização do trabalho no Brasil e, conseqüentemente, no psiquismo do jovem trabalhador. Antes, contudo, será necessário elaborarmos como se dá o processo de produção de valores de uso.

2.3 O processo de trabalho

Como vimos, o trabalho é uma atividade pela qual o ser humano age sobre a natureza com a finalidade de suprir as suas necessidades além de ser a protoforma de todos os atos imanentemente humanos. É justamente neste metabolismo com a natureza que o homem a transforma e, ao mesmo tempo, transforma a si mesmo. Também foram abordadas as íntimas relações que se dão entre as categorias de consciência, relações sociais e trabalho, bem como não podem ser entendidas em absoluto caso apreendidas em abstração uma das outras. Nesta última parte desta seção iremos abordar um assunto que será fundamental para entendermos os desdobramentos desta pesquisa, o processo de trabalho.

Gostaríamos de começar com uma citação de Marx que, apesar de amplamente reproduzida, é seminal para o entendimento que gostaríamos de transmitir aqui. Marx (1867/2017, pp. 255-256) discorre que

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera.

Nesta passagem, Marx demarca que ao final do processo de trabalho o resultado de tal atividade é o que havia sido previamente idealizado pela consciência. A atividade produtiva do homem não é um mero movimento corpóreo, algo físico e unicamente mecânico, mas possui um momento ideal e pretensões finalísticas. Este resultado que o trabalhador tende a inscrever no elemento natural não é apenas a alteração da sua forma física, mas também a regulação da sua conduta que está vinculada a tal resultado. Este ato também não pode ser tomado

isoladamente pois, “. . . além do esforço dos órgãos que trabalham, a atividade laboral exige a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção do trabalhador durante a realização de sua tarefa. . .” (Marx, 1867/2017, p. 256).

Já os momentos simples do trabalho são, na visão de Marx (1867/2017, p. 256), “. . . em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios”.

A terra (que, do ponto de vista econômico, também inclui a água), que é para o homem uma fonte originária de provisões, de meios de subsistência prontos, preexiste, independentemente de sua interferência, como objeto universal do trabalho humano. *Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com a totalidade da terra são, por natureza, objetos de trabalho preexistentes.* Assim é o peixe, quando pescado e separado da água, seu elemento vital, ou a madeira que se derruba na floresta virgem, ou o minério arrancado de seus veios. *Quando, ao contrário, o próprio objeto do trabalho já é, por assim dizer, filtrado por um trabalho anterior, então o chamamos de matéria-prima, como, por exemplo, o minério já extraído da mina e que agora será lavado.* Toda matéria-prima é objeto do trabalho, mas nem todo objeto do trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima quando já sofreu uma modificação mediada pelo trabalho (Marx, 1867/2017, p. 256, grifo nosso).

Ora, se o trabalho é uma relação metabólica entre homem e natureza, logo o objeto de trabalho não poderia ser outra coisa senão a natureza ou, doravante, a natureza transformada em matéria-prima pela mediação do trabalho (Lessa, 2007). Já no que tange aos “. . . meios de trabalho”,

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto. *Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas para fazê-las atuar sobre outras coisas, de acordo com o seu propósito* (Marx, 1867/2017, p. 256, grifo nosso).

Em um sentido mais geral do processo de trabalho, entre os seus meios estão, além destas coisas (instrumentos de trabalho) que são interpostas entre o trabalhador e o objeto de trabalho, as condições para que o processo se realize. Estas condições não se inserem diretamente no processo, mas sem elas “. . . ele não pode se realizar, ou o pode apenas de modo incompleto” (Marx, 1867/2017, p. 258).

Sendo assim, no processo de trabalho a atividade humana, pela mediação dos meios de trabalho, opera sobre o objeto para chegar, ao fim, em um resultado previamente idealizado pela consciência. Este processo só será finalizado na realização do produto, ou seja, um valor de uso, algo natural adaptado às necessidades humanas. Ao fim, “. . . o trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado” (Marx, 1867/2017, p. 258).

Desta forma, concluímos esta sessão reafirmando o papel do trabalho para o salto ontológico do ser natural para o ser social; para a imbricada relação do trabalho com a consciência, a linguagem, a socialidade e o engendramento de novas atividades intrinsecamente humanas. É no e pelo trabalho que o homem entra em metabolismo com a natureza, transformando-a em algo capaz de suprir as suas necessidades e, neste produto de sua atividade, deixa marcado parte de si. Em resumo, nas palavras de Marx (1867/2017, p. 258): “. . . ele fiou, e o produto é um fio”.

Contudo, nossa exposição sobre a categoria de trabalho até aqui ainda carece de mais uma dimensão para alcançarmos o máximo de sua concreticidade. Precisamos falar sobre os desdobramentos engendrados pelo advento do capitalismo no trabalho, de sua subsunção total ao capital na contemporaneidade. Para isso, temos que expressar a totalidade do modo de produção do capital e, partindo disto, chegaremos a outros níveis de abstração, nas particularidades do capitalismo dependente latino-americano. Esse recorte é imprescindível para que possamos chegar ao objetivo deste trabalho: a investigação das possíveis implicações do capitalismo dependente na constituição do jovem trabalhador brasileiro. Ao apreender os nexos entre o capital, seus padrões de acumulação e sua relação direta com o trabalho e, conseqüentemente, com o psiquismo dos indivíduos, poderemos responder às questões abertas nesta pesquisa.

Podemos adiantar, no entanto, que nas sociedades dependentes ocorre uma divisão na orientação do desenvolvimento dos jovens provenientes da classe trabalhadora. Eles ingressam no mercado de trabalho, ou seja, no mundo da produção, de forma precarizada, desempenhando atividades similares às dos adultos, porém recebendo salários mais baixos. Isso também faz com que os jovens se afastem de seu processo de desenvolvimento intelectual e de sua total complexidade, ou seja, de sua atividade principal de estudo profissionalizante, limitando-se apenas às atividades produtivas (Abrantes & Bulhões, 2016).

É importante ressaltar que essa condição não é exclusiva da realidade dependente. Estamos apenas destacando que, em relação ao centro do capital, nas regiões periféricas, há uma intensificação maior da exploração do trabalho, chegando à superexploração. Essa condição, de acordo com Marini (2017b), é um aspecto imperativo da dependência. Veremos isto com mais detalhe adiante.

3 Dependência: As condições histórico-sociais do capitalismo dependente brasileiro e seus desdobramentos na organização do trabalho

*E tropeçou no céu como se fosse um bêbado
 E flutuou no ar como se fosse um pássaro
 E se acabou no chão feito um pacote flácido
 Agonizou no meio do passeio público
 Morreu na contramão, atrapalhando o tráfego
 (Chico Buarque, Construção)*

*Trabajo bruto, pero con orgullo
 Aquí se comparte, lo mío es tuyo
 Este pueblo no se ahoga con marullo
 Y si se derrumba, yo lo reconstruyo
 (Calle 13, Latinoamérica)*

Como visto anteriormente, o estudo sobre o desenvolvimento não pode ser apreendido em sua máxima complexidade se for apartado da realidade concreta que o promove. Posto isto, nesta sessão iremos discorrer sobre o caráter dependente da economia brasileira. Tratar sobre este tema é mais do que uma tentativa de evidenciar os princípios das transformações que ocorrem no mundo do trabalho e sobre a nova morfologia do trabalho, é tentar assentar o psiquismo do jovem trabalhador nas relações sociais que o engendram. É posicionar na realidade brasileira a situação social de desenvolvimento, levando em consideração, obviamente, seus diversos níveis de abstração. Não obstante, é imperativo o máximo de cuidado ao se fazer esta relação entre a esfera econômica do plano social e o psiquismo. Procuramos aqui abordar tal argumento com o máximo de cautela para não cairmos em reducionismos economicistas¹¹. Logo, buscaremos no materialismo histórico-dialético o método para apreendermos o imbricado complexo de complexos aqui dissertado de forma orgânica e produtiva.

Marini, assim como outros teóricos da TMD, buscaram na teoria do imperialismo de Lenin um enriquecimento da sua compreensão da dinâmica da dependência. Para Lenin

¹¹ De igual maneira, em uma carta para Joseph Bloch, Engels (1895/2009) rebate a ideia de que tanto suas contribuições como a de Marx usavam a esfera econômica de maneira determinista. Ele diz que “de acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante final na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o único determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia. As condições econômicas são a infra-estrutura [*sic*], a base, mas vários outros vetores da superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma. Há uma interação entre todos estes vetores entre os quais há um sem número de acidentes (isto é, coisas e eventos de conexão tão remota, ou mesmo impossível de provar que podemos tomá-los como não-existentes ou negligenciá-los em nossa análise), mas que o movimento econômico se assenta finalmente como necessário. Do contrário, a aplicação da teoria a qualquer período da história que seja selecionado seria mais fácil do que uma simples equação de primeiro grau.

(1917/2012, p. 123), “. . . o imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral”. Contudo, essa transformação qualitativa só foi possível após o capitalismo chegar a um determinado grau muito elevado e que as suas características mais fundamentais “. . . começaram a transformar-se em seu contrário” (p. 123), quando a livre concorrência deu espaço para a expansão dos monopólios capitalistas. Em outras palavras, o imperialismo “. . . é o estágio monopolista do capitalismo” (p. 124), o seu estágio “superior”. Correndo o risco de soarmos enfadonhos, gostaríamos de trazer, nas próprias palavras de Lenin (p. 124), as características seminais do imperialismo:

1) a concentração da produção e do capital alcançou um grau tão elevado de desenvolvimento que criou monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; 5) conclusão da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

Este capital financeiro apontado por Lenin, no bojo do imperialismo, é uma força tão considerável que é capaz de subordinar até mesmo Estados que conseguiram sua emancipação política formal. Naturalmente, continua o autor, a subordinação é mais lucrativa quando esta traz consigo a perda da independência política destes povos e de seus respectivos Estados. O auge do desenvolvimento capitalista baseado na livre concorrência está entre os anos de 1860 e 1870. Contudo, é justamente após esse período que começa a corrida entre os principais países do centro do capital pela partilha do mundo em zonas de influência ou colônias propriamente ditas¹². “É indubitável, por conseguinte, que a passagem do capitalismo a seu estágio monopolista, ao capital financeiro, *se encontra relacionada* com o acirramento da luta pela partilha do mundo” (Lenin, 1917/2012, p. 111, grifos do autor).

Agora, para melhor apreendermos o nosso objeto, precisamos mudar o nível de abstração de nossa argumentação. Vamos buscar entender como se dá, em seus elementos internos, essa relação de subordinação engendrada pelo imperialismo. Como dito anteriormente, a despeito do capitalismo que ocorre nos países centrais, no Brasil e nos outros

¹² Consideramos importante fazer esta distinção pois, no nosso entendimento, um país colonial é diferente de um país dependente, mesmo que tenha passado colonial, como o Brasil. Nas colônias dos países europeus, por exemplo, não há uma independência sequer formal, as leis da colônia são as leis escolhidas pela metrópole. Nos países dependentes, todavia, há uma independência relativa, há mais margem de manobra para estes Estados. Mas mesmo que tenham certa independência, ainda se encontram firmemente atados à zona gravitacional da influência dos países do centro do capital. Um exemplo dessas zonas de influência é a política estadunidense do *big stick*, o *grande porrete*. Nesta doutrina geopolítica, os Estados Unidos atribuíram a si mesmos o controle de todo o continente americano, buscando minar qualquer influência europeia na região.

países subdesenvolvidos, desenvolve-se um capitalismo particular, *sui generis*. Esta constatação pode ser feita à medida que uma análise histórica é empreendida. Segundo Marini (1973/2017b), com a revolução industrial inglesa e com a independência das colônias latino-americanas, estas passam a comercializar diretamente com a Inglaterra, exportando bens primários e importando manufaturas de consumo. A partir daqui sua relação com os países do capitalismo central irá definir a nova divisão internacional do trabalho que irá determinar, futuramente, o desenvolvimento da América Latina e a sua dependência. Essa relação de subordinação às nações centrais tem como marco o fato de que “. . . as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Marini, 1973/2017b, p. 327). Quanto mais os parques industriais se complexificam e se especializam nos países imperialistas, maior será a necessidade da exploração de matérias-primas e alimentos nos países subordinados para suprir essas demandas. A superação da dependência configura, pois, uma superação das relações de produção envolvidas¹³.

É necessário salientar a importância de tal perspectiva, pois, apesar de o capitalismo ser o modo de produção mundialmente estabelecido e integrado, são nas particularidades e funções que cada nação desempenha na totalidade deste que irá explicar os processos de realização do capital. Em outras palavras, ao se tomar o capitalismo como totalidade integrada, deve-se compreender que “. . . ao segmentar-se entre economias industriais e não industriais (mais tarde, economias industriais imperialistas e economias industriais dependentes), tal totalidade revela-se uma mesma *totalidade integrada*, porém *diferenciada*” (Luce, 2018, p. 28, grifos do autor).

Na realidade, para entendermos o desenvolvimento histórico dos países subdesenvolvidos¹⁴, principalmente quando pensamos na América Latina, precisamos localizá-los junto ao desenvolvimento do capitalismo europeu. Este, por sua vez, modificou drasticamente a vida nestes espaços geográficos realizando mudanças totalmente inconcebíveis para o desenvolvimento “natural”¹⁵ na sociedade das populações nativas (Santos, 2021). Nos

¹³ Essa conclusão implica, como bem lembra Ruy Mauro Marini, um caráter eminentemente socialista à luta pela superação da dependência. As tentativas de desenvolvimento econômico, por uma perspectiva reformista, além de não conseguirem romper com a dependência ainda a agudizam. É o chamado “desenvolvimento do subdesenvolvimento”.

¹⁴ Devemos, a princípio, conceituar o que entendermos aqui como países subdesenvolvidos. Partimos das concepções de Frank (1966/2021) em que a categoria de subdesenvolvimento pode ser apreendida em grande medida como o resultado de relações econômicas e diversas outras relações, tanto passadas quanto presentes, em que os países dito subdesenvolvidos, periféricos, mantiveram e ainda mantêm com os países desenvolvidos e metropolitanos. Além disso, essas relações desempenham um papel fundamental na estrutura e no desenvolvimento do sistema capitalista em escala global como um todo.

¹⁵ O termo natural aqui não tenta implicar que o desenvolvimento de determinada sociedade corresponde à esfera natural da vida. Aqui, o termo é utilizado no sentido de que cada sociedade possui suas particularidades e seu

marcos do desenvolvimento do capitalismo mundial, na América Latina ocorreu uma reprodução das leis mais gerais que regem este modo de produção em sua totalidade, mas aqui “. . . em sua especificidade, acentuou-as até o limite” (Marini, 1969/2017a, p. 63). Sendo assim, discorreremos agora sobre a gênese histórica da dependência e quais suas peculiaridades no ciclo do capital.

3.1 A gênese histórica da dependência e a divisão internacional do trabalho

No calor da expansão comercial do século XVI a América Latina cumpre o importantíssimo papel de prover à metrópole metais preciosos e outros gêneros exóticos. Num primeiro momento, contribui com o aumento do fluxo de mercadorias¹⁶ e a expansão dos meios de pagamento que, “. . . ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria.” (Marini, 1973/2017b, p. 327). De acordo com Santos (2021), para que houvesse uma passagem no centro do capital de relações puramente mercantis para a produção colonial era necessário, como dito, a obtenção de produtos minerais e tropicais não existentes na Europa e, também, a mão de obra. Em outras palavras, onde houve populações nativas minimamente organizadas capazes de produzir as matérias-primas para a manufatura europeia. No caso do Brasil, por exemplo, a população indígena escravizada era demasiada atrasada no trato do trabalho organizado necessário para a expansão colonial e, também, demasiada rarefeita em sua disposição geográfica. A solução encontrada foi a da “. . . terrível etapa histórica de deslocamento da população africana para a América, utilizando e intensificando até o limite máximo o velho comércio escravista árabe na África” (Santos, 2021, p. 31). O autor atribui, então, três características fundamentais para explicar as formações socioeconômicas coloniais.

- 1) as sociedades coloniais são um produto de fortalecimento e expansão do poder monárquico e estão organizadas e administradas por ele. . . . 2) todo o rico comércio e a enorme produção

desenvolvimento tende a seguir tendências internas idiossincráticas. No contexto em questão, o modo de produção capitalista foi empregado nestas sociedades nativas à força, mediante o extermínio, a escravidão e a dominação destes povos.

¹⁶ Para Marx (1867/2017), o conceito de mercadoria seria o de todo objeto externo, uma coisa que, sendo produto do trabalho humano, possa satisfazer as necessidades humanas por meio de suas propriedades. O autor também destaca que o modo como essa necessidade será satisfeita também não importa, seja ela consumida como meio subsistência ou como meio de produção. É a unidade central de toda a sociedade capitalista pois, encerra em si mesma os valores de uso e os valores de troca. Uma vez que a mercadoria é produzida pelo trabalhador, ou seja, ocorre a materialização da força do seu trabalho empregado em um objeto de trabalho, esta passa a ser passível de troca por outra mercadoria (valor de troca) para só então ser consumida (valor de uso).

colonial eram um monopólio da Coroa, que cedia, em troca de um alto tributo, sua exploração a particulares, quando não podia ela mesmo fazê-lo. . . . 3) a determinação externa da sua produção, destinada a atender às necessidades do mercado colonizador europeu.

Contudo, no final do século XVIII e começo do século XIX o monopólio exercido pela Coroa e por seus mercadores portugueses começa a entrar em decadência mediante a contradição que se abriu frente as facilidades mercantis que o alto poder de compra provido das riquezas das colônias fornecia. Essas facilidades engendraram em Portugal um declínio de sua produção, convertendo este “. . . num simples intermediário entre os produtos brasileiros e de outras colônias e os produtores europeus, sobretudo os ingleses” (Santos, 2021, p. 36). É nesta realidade, bem como no contexto das Guerras Napoleônicas, que acarretam na invasão de Portugal e, também, com a ajuda (e interesse) dos ingleses que participam na fuga da corte portuguesa para o Brasil, que este vem a se tornar o centro do Império. Com a graça de Dom João VI, os ingleses conseguem a total abertura dos portos brasileiros e o comércio para os seus produtos. Têm-se então, uma independência real do Brasil em relação a Portugal, principalmente após a declaração de independência por Dom Pedro em 1822, após o retorno de seu pai a Portugal, e uma nova relação de dependência com a Inglaterra (Santos, 2021).

Destarte, a organização da sociedade colonial fundada na acumulação primitiva da escravidão permitiu que aqui fossem desenvolvidas aquelas tendências internas destas sociedades de caráter dependente, constituindo o assentamento de sua produção interna e o impedimento do “. . . desenvolvimento do mercado interno¹⁷, do trabalho assalariado e dos capitais” (Santos, 2021, p. 39). Somado aos monopólios da Coroa sobre a terra, a administração e o comércio restringiam o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e, também, das forças produtivas no país. Somente haveria no Brasil um primeiro e tímido processo de industrialização na metade do século XIX e, particularmente, com o fim da escravidão em 1888. A própria estrutura colonial abriu espaço para o modelo de propriedade do latifúndio, vastas propriedades de terra sob propriedade privada e nem sempre produtivas, das quais dependia a riqueza da classe dominante. Com a independência, esse modelo de propriedade pré-capitalista¹⁸ se alastrou ainda mais, dando ao senhor rural, o proprietário daquela terra, as condições jurídicas para se converter em um proprietário capitalista. Neste sentido, este modelo de propriedade, aliado ao modelo de produção escravocrata, gerou um grave impedimento da

¹⁷ Entraremos mais neste assunto quando abordarmos a questão da cisão do ciclo do capital em sociedades dependentes.

¹⁸ Para comparação, basta vermos que em 1862, o presidente estadunidense Abraham Lincoln (1809-1865) sanciona o *Homestead Act*, a lei da propriedade rural. Esta medida baseada na pequena propriedade foi fundamental para a questão agrária do EUA.

evolução do mercado interno devido à grande concentração da terra nas mãos de poucos proprietários (Santos, 2021).

Com base nisto, podemos entender agora o papel da dependência no desenvolvimento do capitalismo mundial. Ora, a criação da grande indústria seria fortemente impactada caso não pudessem contar com os países dependentes e tivessem que se fundar em sua própria base nacional. O avanço do desenvolvimento industrial depende da constante disponibilidade de produtos agrícolas¹⁹, ao outorgar essa responsabilidade para o comércio externo, abre-se margem, então, para a sua própria especialização na atividade industrial. Podemos notar isso com o forte êxodo rural que ocorreu nos países industriais, cuja demanda industrial de mão de obra exige um grande destacamento de operários nas cidades (Marini, 1973/2017b).

Nesta divisão internacional do trabalho, começa a configuração da dependência que nada mais é, em termos gerais, “. . . como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo o marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Marini, 1973/2017b, p. 327).

Visto que na Europa e, posteriormente, nos Estados Unidos, a produção é voltada para o mercado interno, na América Latina o capitalismo se desenvolve no sentido de atender às necessidades do capitalismo europeu cuja Revolução Industrial demandava cada vez mais suprimentos de matérias-primas e alimentos mais baratos (Luce, 2018)²⁰.

Todavia, mais do que cumprir este papel de resposta aos requisitos físicos dos países industriais, a América Latina irá contribuir para o deslocamento do eixo de acumulação em tais economias da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa. Em outras palavras, “. . . que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador” (Marini, 1973/2017b, p. 328). Mas, se o ingresso dos países latino-americanos ao capitalismo global permite esta mudança nos países centrais, nos países periféricos dar-se-á sob a condição de uma exploração mais intensa do trabalhador.

Sem a intenção de nos aprofundarmos neste tema tal qual Marx fez n’O Capital, consideramos conveniente fazer algumas precisões a respeito das categorias de mais-valia absoluta e mais-valia relativa. Marx (1867/2017) afirma que, quando falamos da produção no

¹⁹ Obviamente a oferta de alimentos foi apenas o primeiro passo da integração entre países dependentes e industriais. Como veremos, com o avanço da indústria, às economias dependentes também será dada a incumbência de garantir os constantes fluxos de matérias-primas industriais. Esse fluxo, logicamente, cresce em função do desenvolvimento industrial dos países centrais.

²⁰ Voltaremos novamente a este tema. O divórcio da produção em relação às necessidades das massas, ou seja, a cisão do ciclo do capital é um dos fatores fundamentais para a TMD.

sistema capitalista, devemos entender que esta tem como principal objetivo não apenas a produção de valores de uso, mas, em última instância, a produção de mais-valia. “O trabalhador não produz para si, mas para o capital. . . Ele tem que produzir mais-valor²¹” (p. 578). Neste sentido, a extensão da jornada de trabalho na qual o trabalhador produz, para além do equivalente ao valor da sua força de trabalho, é chamada de mais-valia absoluta. Esta é a forma base do sistema capitalista e o prelúdio da produção de mais-valia relativa. No que concerne sobre a segunda categoria, esta está fundada no desenvolvimento técnico das forças produtivas que permite a redução do tempo de trabalho necessário para o pagamento do salário. Sendo assim, “. . . a produção do mais-valor absoluto gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção do mais-valor relativo revoluciona inteiramente os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais” (p. 578). Em outros termos, a produção de mais-valia relativa se dá em função das transformações das condições técnicas da produção, aumentando a sua produtividade, o que acaba por resultar na desvalorização real da força de trabalho. Podemos ter dimensão dos impactos negativos destas transformações na classe trabalhadora por intermédio, por exemplo, deste importante relato do jovem Engels

Nas fiações, encontramos nas *thorestles* apenas mulheres e meninas; nas *mules*, um fiandeiro, homem adulto (que desaparece com o emprego da *self-actor*), e vários *piercers* para reparar os fios, na maioria das vezes mulheres e crianças, às vezes jovens de dezoito a vinte anos e, mais raramente, um fiandeiro, mais velho que perdeu seu emprego anterior. No tear mecânico trabalham principalmente mulheres de quinze a vinte anos; há também alguns rapazes, mas estes raramente conseguem permanecer ali depois dos 21 anos. (Engels, 2010, pp. 179-180).

Também podemos tirar conclusões para além da questão da desvalorização da força de trabalho, mas nos impactos destas transformações para o próprio desenvolvimento intelectual destes trabalhadores, como nesta passagem de Marx n’O Capital

. . . a devastação intelectual, artificialmente produzida pela transformação de seres humanos imaturos em meras máquinas de fabricação de mais-valor – devastação que não se deve confundir com aquela ignorância natural-espontânea que deixa o espírito inculto sem estragar sua capacidade de desenvolvimento, sua própria fecundidade natural – acabou por obrigar até mesmo o Parlamento inglês a fazer do ensino elementar a condição legal para o uso “produtivo” de crianças menores de 14 anos em todas as indústrias sujeitas à lei fabril. (Marx, 2017, p. 473).

²¹ Nesta pesquisa, empregamos os substantivos mais-valia e mais-valor como sinônimos. Levamos em consideração, contudo, que há um debate em torno de qual expressão semântica concentra maior acuracidade com o termo original em alemão, *Mehrwert*. A título de curiosidade, indicamos o artigo de Teixeira (2020) para quaisquer dúvidas.

Contudo, como bem lembra Marini (1973/2017b), apesar do aumento da produtividade ser uma condição para a mais-valia relativa, esta, por si só, não a assegura. Isso se dá por motivos de que a determinação da taxa de mais-valia não é correspondente direta da produtividade do trabalho em si, mas sim pelo grau da exploração da força de trabalho, ou seja, “. . . a relação entre o tempo de trabalho excedente (em que o operário produz mais-valia) e o tempo de trabalho necessário (em que o operário reproduz o valor de sua força de trabalho, isto é, o equivalente a seu salário)” (p. 329). Sendo assim, a menos que ocorra uma alteração na proporção entre trabalho necessário e excedente, não há modificação da mais-valia.

Marx (1867/2017) aponta que a mais-valia relativa é obtida pela redução do tempo de trabalho necessário e, para tal, é necessário que ocorra uma desvalorização dos bens-salário²², ou seja, nos bens necessários para a reprodução da força de trabalho. Poderia se dizer, destarte, que com a depreciação dos valores dos bens necessários para a reprodução da força de trabalho, deveria ocorrer então uma redução da jornada de trabalho, por exemplo. Como o avanço da tecnologia, da técnica e das novas formas de organização do trabalho acarretam o aumento da produtividade, logo, seria necessário *menos* tempo de trabalho para garantir a reprodução da força de trabalho. Na prática, contudo, essa depreciação dos bens-salários apenas gera um aumento da exploração de mais-valia relativa e não da redução da jornada de trabalho.

Aqui se encontra um ponto seminal e de originalidade da TMD. A constante oferta mundial de alimentos fornecidos pela América Latina é um elemento crítico para que os países do centro do capital confiassem ao seu comércio externo as suas necessidades de subsistência. Abre-se, assim, a oportunidade destes se especializarem no desenvolvimento do seu parque industrial. Por conseguinte, “. . . o efeito dessa oferta . . . será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em taxas de mais-valia [relativa] cada vez mais elevadas” (Marini, 1973/2017b, p. 329).

A inserção da América Latina no progresso do modo de produção capitalista irá abrir, também, uma contradição. A constante oferta de produtos baratos para a subsistência dos países centrais possibilita nestes o desenvolvimento de suas capacidades produtivas, logo, exigindo, proporcionalmente, cada vez mais matérias-primas e remessas alimentícias para manter esse padrão de produção. Com a maior produtividade, ocorre a redução do valor do capital variável (fração do capital que é despendida na compra da força de trabalho) em relação ao capital constante (que também abarca as matérias primas), aumentando a composição-valor do capital.

²² Os bens-salário podem ser entendidos como o consumo básico do trabalhador, sua cesta básica.

O que é apropriado pelo capitalista, então, não é diretamente a mais-valia produzida, mas parte desta sob a forma de lucro. Partindo desse pressuposto, o autor conclui que

Como a taxa de lucro não pode ser fixada apenas em relação ao capital variável, mas sobre o total do capital adiantado no processo de produção, isto é, salários, instalações, maquinário, matérias primas etc., o resultado do aumento da mais-valia tende a ser — sempre que implique, ainda que seja em termos relativos, uma elevação simultânea do valor do capital constante empregado para produzi-la — uma queda da taxa de lucro (Marini, 1973/2017b, p. 330).

Marini (1973/2017b) destaca que essa crucial contradição para a acumulação capitalista será contraposta, no campo produtivo, no incremento da mais-valia para compensar a queda da taxa de lucro, “. . . quanto no sentido de induzir uma baixa paralela no valor do capital constante, com o propósito de impedir que o declínio se apresente” (p. 330). Outro procedimento, é o que concerne à oferta mundial de alimentos. À América Latina é outorgado o papel de garantir uma crescente e barata produção de alimentos. Destarte, ela não apenas assegura “. . . a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais, mas também contribui para que sejam superados os obstáculos que o caráter contraditório da acumulação de capital cria para essa expansão” (p. 330). Outro problema surge aqui: junto ao constante aumento da oferta mundial de alimentos e matérias-primas, tem-se apresentado a queda dos preços desses produtos em relação aos produtos manufaturados, que mantêm um preço razoavelmente estável ou com lentas quedas em determinados momentos.

O quadro que se tem aqui é que uma nação desfavorecida nessa troca desigual não procura balancear os preços e o valor de suas exportações mediante o aumento de sua produtividade, por exemplo, mas tendem a suprir a perda da renda no comércio mundial por meio de um aprofundamento da exploração do trabalhador dentro de cada uma dessas nações. Aquilo que não se pode corrigir no plano internacional é ajustado internamente. Essa maior exploração é posta como um fator para garantir uma produção mais competitiva para o mercado externo, lançando mão de salários baixos e de elevados níveis de desemprego para suprir a mão de obra (Marini, 1969/2017a, 1973/2017b)²³.

Nesta perspectiva, essa transferência de valor como intercâmbio desigual é, em verdade, uma transferência de mais-valia. Do ponto de vista do capitalista da nação desfavorecida, a queda da taxa de mais-valia é a queda da sua taxa de lucro. Deste modo, a contribuição da

²³ Outro contraponto lançado pela burguesia destas nações é o subimperialismo. Devido ao caráter desta pesquisa, não podemos nos deter sobre esta importante categoria da TMD. Contudo, sugerimos a leitura de obras que abordam tal tema para melhor apreensão da dialética do subdesenvolvimento (Marini, 1969/2017a, 1973/2017b; Luce, 2018).

América Latina para incrementar o aumento das taxas de lucro e de mais-valia nos países do centro do capital implicou para a mesma, efeitos inexoravelmente opostos.

Como dito, a superexploração do trabalhador é a principal forma de compensação da transferência de valor desigual entre os países dispostos de formas antagônicas na divisão internacional do trabalho. Esta categoria é a pedra angular da dependência, e de fundamental importância para entendermos as implicações da condição de dependência econômica no psiquismo do jovem trabalhador mediante a sua situação social de desenvolvimento. É na superexploração do trabalho que reside, como bem nos lembra Luce (2018), o desgaste prematuro da corporeidade do trabalho, seu aspecto vivo, parte do trabalhador.

3.2 A superexploração do trabalho: categoria central de uma economia dependente

Como dito anteriormente, nas formações econômico-sociais industrializadas, o eixo de acumulação se configura sobre a produção de mais valia-relativa enquanto, nas nações dependentes, é a superexploração que articula o eixo de acumulação. E isso, por certo, engendra tendências particulares. Essa maior exploração, contudo, não deve ser entendida como “. . . taxa superior de mais-valia, nem tampouco sinônimo de mais-valia absoluta ou ausência de mais-valia relativa, mas superexploração” (Luce, 2018, p. 143). Em verdade, no que diz respeito à superexploração, esta é melhor definida pela *exploração da força física do trabalhador*, em oposição à exploração que resulta do aumento da produtividade deste (Marini, 1973/2017b).

De acordo com os autores Marini (1973/2017b, 2000) e Luce (2018), de fato, como dito anteriormente, na integração dependente da América Latina com o centro do capital, os países latino-americanos buscam nas suas relações internas a compensação pelas trocas desiguais que efetuam no plano externo, nas relações de mercado. Contudo, não é necessariamente a transferência de valor que busca compensar, mas sim a de mais-valia. O capitalista latino-americano lança mão, então, de quatro mecanismos distintos, porém imbricados, para melhorar seus lucros e aguçar seus métodos de apropriação de trabalho excedente. Seriam eles: a) *o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor*; b) *a prolongação das jornadas de trabalho* c) *o aumento da intensidade do trabalho*; e, por último, d) *o hiato entre o pagamento da força de trabalho e o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho*.

Estes mecanismos são, portanto, a expressão de um modo de produção edificado fundamentalmente numa exploração do trabalhador mais intensa e não no desenvolvimento das capacidades produtivas (Marini, 1973/2017b).

A força de trabalho, na superexploração, *além de estar submetida à exploração capitalista nas determinações mais gerais da lei do valor, está também submetida às determinações específicas desta*, sob as quais é agudizada sua tendência negativamente determinada, que atua de modo sistemático e estrutural sob as economias dependentes, *provocando o desgaste prematuro da força de trabalho e/ou a reposição de seu desgaste de tal maneira em que a substância viva do valor não é restaurada em condições normais* (Luce, 2018, p.155, grifo nosso)

Agora, vamos nos aprofundar em cada uma das modalidades de superexploração para nos aproximarmos um pouco mais da compreensão de como, na prática do trabalho, a dependência se realiza na vida do trabalhador.

3.2.1 Pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor

Luce (2018) afirma que, a despeito da superexploração que ocorre na periferia do capitalismo, nas economias centrais houveram condições para uma tendência histórica em que a força de trabalho fosse paga e consumida próxima ao seu valor. Contudo, como proceder uma identificação de um *valor normal* de remuneração em conjunturas tão particulares? Em outras palavras, tendo este valor normal como uma objetivação real, como proceder uma análise concreta de uma situação concreta? Optamos, nesta pesquisa, como parâmetro para avaliar o pagamento da força de trabalho próximo ao seu valor, pelos dados referentes ao salário mínimo necessário (SMN) fornecidos pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese)²⁴. O SMN leva em consideração o mínimo para atender às determinações da constituição brasileira em vigor, abrangendo os trabalhadores urbanos e rurais. Este toma como indicadores o básico para “. . . cobrir os gastos com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social” (Dieese, 2010, p. 118). Em outros termos, é o básico em quantidade de valores de uso para que a força de trabalho possa se reproduzir normalmente.

Com as informações oferecidas pelo site do Dieese, podemos traçar uma série histórica comparativa entre o salário real e o SMN. Iremos fazer um recorte tendo como ano base 1994 (início do plano real) e sempre que houverem mudanças nos valores durante o decurso do ano, nos basearemos nos valores vigentes no mês de dezembro do referido ano.

²⁴ Entendemos que, apesar dessa metodologia ter algumas limitações em relação ao debate marxiano sobre o pagamento da força de trabalho, acreditamos que ela seja suficiente para entender o principal ponto levantado nesta subseção, de que o pagamento da força de trabalho na realidade dependente não é suficiente sequer para que ela se reproduza adequadamente. Marx nos Manuscritos Econômico-filosóficos afirma que “A taxa mais baixa e unicamente necessária para o salário é a subsistência do trabalho durante o trabalho, e ainda [o bastante] para que ele possa sustentar uma família e [para que] a raça dos trabalhadores não se extinga” (Marx, 2004, p.24).

Tabela 1 – Série histórica do SMN em comparação com o salário real entre os anos de 1994 e 2022

Ano	SMN	Salário Real	Ano	SMN	Salário Real
1994	R\$ 728,90	R\$ 70,00	2009	R\$ 1.995,91	R\$ 465,00
1995	R\$ 763,09	R\$ 100,00	2010	R\$ 2.227,53	R\$ 510,00
1996	R\$ 778,27	R\$ 112,00	2011	R\$ 2.329,35	R\$ 545,00
1997	R\$ 837,16	R\$ 120,00	2012	R\$ 2.561,47	R\$ 622,00
1998	R\$ 857,66	R\$ 130,00	2013	R\$ 2.765,44	R\$ 678,00
1999	R\$ 940,58	R\$ 136,00	2014	R\$ 2.975,55	R\$ 724,00
2000	R\$ 1.004,26	R\$ 151,00	2015	R\$ 3.518,51	R\$ 788,00
2001	R\$ 1.101,54	R\$ 180,00	2016	R\$ 3.856,23	R\$ 880,00
2002	R\$ 1.378,19	R\$ 200,00	2017	R\$ 3.585,05	R\$ 937,00
2003	R\$ 1.420,61	R\$ 240,00	2018	R\$ 3.960,57	R\$ 954,00
2004	R\$ 1.468,08	R\$ 260,00	2019	R\$ 4.342,57	R\$ 998,00
2005	R\$ 1.607,11	R\$ 300,00	2020	R\$ 5.304,90	R\$ 1.045,00
2006	R\$ 1.564,52	R\$ 350,00	2021	R\$ 5.800,98	R\$ 1.100,00
2007	R\$ 1.803,11	R\$ 380,00	2022	R\$ 6.647,63	R\$ 1.212,00
2008	R\$ 2.141,08	R\$ 415,00			

Fonte: Dieese (2022).

Já com esses dados preliminares, podemos observar uma ruptura entre os valores referenciados. Além disso, podemos afirmar que, por mais que reconhecamos que o poder de compra do trabalhador brasileiro aumentou relativamente durante os anos de 2003-2008 em comparação com os anos 1990, isto representa apenas a superfície do fenômeno. Se entendermos, pois, “. . . que salário real significa a relação do salário com o valor da força de trabalho, veremos como o propalado *aumento recorde* do salário mínimo está longe de recuperar as perdas anteriores” (Luce, 2018, p. 182).

Ademais, podemos notar que se em 1994 o SMN era equivalente a dez vezes o salário real vigente, já em entre 2006 e 2019 essa equivalência cai para quatro vezes, com algumas oscilações para cima entre 2007 e 2008. Já a partir de 2020, a equivalência volta a subir para cinco vezes o salário real.

Se o salário recorrentemente não alcança os valores suficientes para o trabalhador repor o desgaste proveniente do uso de sua força de trabalho, temos um caso de superexploração, ou seja, a força de trabalho está sendo remunerada abaixo do seu valor (Luce, 2018). Neste caso opera uma redução do consumo do trabalhador para além do seu limite habitual, no qual, “. . . transforma, dentro de certos limites, o fundo necessário de consumo do trabalhador num fundo de acumulação de capital” (Marx, 1867/2017, p. 675). A grosso modo, também chamado de arrocho salarial ou perda do poder de compras dos salários (Luce, 2012). Isto também vai implicar, em última instância, em uma outra forma de aumentar o tempo de trabalho excedente (Marini, 1973/2017b).

3.2.2 Prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais

A princípio, gostaríamos de advertir que o pagamento de horas extras, por si só, não configura como superexploração. Esta se dá em situações em que o prolongamento da jornada de trabalho viola o fundo de vida da classe trabalhadora, decorrendo, assim, no seu desgaste prematuro da vida útil para o trabalho. O prolongamento normal da jornada de trabalho é esporádico, é uma situação de produção de mais valia-absoluta. Mas, conforme descreve Luce (2018, p. 183), “. . . quando ultrapassa determinados limites, aí sim temos condições que violam o fundo de vida do trabalhador . . . Isto pode ser observado em dados concretos quando estamos diante da prática sistemática de horas extras, alterando, inclusive, a jornada semanal de trabalho de forma permanente. Outro ponto é que, segundo Marini (1973/2017b), uma maior exploração do trabalhador não configura, necessariamente, o aumento da capacidade produtiva.

O autor continua afirmando que o prolongamento das jornadas de trabalho por vários anos consecutivos atinge um ponto em que mesmo com o pagamento de horas extras por estas horas trabalhadas além da jornada normal de 44 horas semanais, vigentes no Brasil, uma maior quantia de valores de uso não será suficiente para repor o desgaste da corporeidade. Sendo assim, “. . . o capital estará se apropriando do fundo de vida do trabalhador” (p. 187). Podemos constatar essa realidade no Brasil, novamente com os dados do Dieese, onde, em uma nota técnica, afirma que “. . . em média, 40% dos trabalhadores brasileiros cumprem jornadas com mais de 44 horas [semanais], superando assim a determinação legal. Em alguns setores, como no comércio, esse percentual chega a 60% (Dieese, 2009, p. 3).

Veremos agora como a processualidade da superexploração da força de trabalho por extensão da jornada não está diretamente relacionada à aquisição de valores de uso.

Suponhamos que o tempo normal de vida útil da força laboral de um trabalhador seja de 30 anos. A existência dessa força de trabalho, considerando seu desgaste médio e tudo o mais constante, será consumida em 1/10.950 a cada dia de trabalho. Agora, se essa força de trabalho for consumida em dez anos em vez de trinta anos e, pagando-se por ela o equivalente aos mesmos 1/10.950 diários em vez de 1/3.650, ao final será pago apenas 1/3 do seu valor diário. Mesmo que o trabalhador não tivesse perdas no poder de compra do seu salário, estaríamos diante de uma situação em que o capitalista pagaria pelo uso da força de trabalho de um dia empregando a força laboral de três dias (Luce, 2012, pp. 126-127).

Estas jornadas mais extensas provocam a fadiga e o esgotamento físico-psíquico do trabalhador e, em decorrência, o aumento dos acidentes de trabalho. Pode-se observar as expressões da superexploração da classe trabalhadora brasileira com os dados do relatório do Observatório de Segurança e Saúde no trabalho, em que, no ano de 2021, ocorreram 571,8 mil Comunicações de Acidentes de Trabalho (CAT)²⁵. Podemos demonstrar isso com a tabela abaixo.

Tabela 2 – Série histórica dos números de acidentes de trabalho notificados entre 2002 e 2021

Ano	CAT	CAT com óbitos	Ano	CAT	CAT com óbitos
2002	393.071	2.968	2012	713.984	2.768
2003	399.077	2.674	2013	725.664	2.841
2004	465.700	2.839	2014	712.302	2.819
2005	499.680	2.766	2015	622.379	2.546
2006	512.232	2.798	2016	585.626	2.288
2007	659.523	2.845	2017	549.405	2.096
2008	755.980	2.817	2018	623.788	2.022
2009	733.365	2.560	2019	639.325	2.146
2010	709.474	2.753	2020*	446.881	1.866
2011	720.629	2.938	2021	571.786	2.487

* Cabe uma observação aqui. No ano de 2020 teve início a pandemia de Covid-19 no mundo e, em virtude disto, a atividade econômica foi drasticamente afetada. Isso pode ser evidenciado com a baixa circunstancial da série histórica de acidentes no trabalho neste ano e, apesar de

²⁵ Importante destacar também que há uma estimativa de 20% de subnotificados. Levando em consideração a quantidade de CAT no ano de 2021, as subnotificações estariam em torno de 114,5 mil. Outro ponto para destaque é que não há nenhum tipo de penalização pela não emissão da CAT.

haver aumento de casos, o ano de 2021 também demonstra isso. Contudo, podemos notar que em 2021, os índices de óbitos por acidentes no trabalho são os maiores desde 2015.

Fonte: Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho (2021).

Ademais ao que foi demonstrado, o aumento da jornada de trabalho pode ser notado em outros mecanismos sancionados pelo Estado brasileiro, tais como: “(1) banco de horas²⁶; (2) abertura do comércio aos domingos; (3) flexibilização da Consolidação das Leis Trabalhistas [CLT], autorizando a venda de um terço das férias, facultando negociar redução de 50% do horário de almoço etc.” (Luce, 2018, p. 187). Há de se mencionar, também, outra forma indireta da extensão da jornada de trabalho, a necessidade de se ter mais de um emprego para suprir as suas necessidades. Essa forma encoberta o aumento de jornada porque não está diretamente ligada a um emprego em específico, podendo até mesmo reduzir o tempo dispendido em cada um deles (Luce, 2012).

Em resumo, ao trabalhador resta contar com menos tempo de repouso para repor sua força vital, “. . . seja reduzindo o tempo de almoço, seja reduzindo o tempo de descanso semanal, seja ainda reduzindo o tempo de férias . . . não poderá ser compensado com o aumento da quantidade de bens consumidos” (Luce, 2018, p. 188). Estas condições de sobredesgaste podem vir a acarretar a piora das suas condições de vida, levando este ao adoecimento físico-psíquico, ao esgotamento prematuro do seu tempo de vida útil. Para finalizar, gostaríamos de citar mais uma vez o autor que sintetiza bem a causa e efeitos da extensão da jornada de trabalho para além das condições normais.

Que os trabalhadores aceitem essas medidas em troca de adicionais/abonos salariais revela apenas como a remuneração da força de trabalho por baixo de seu valor leva a que tenham de se submeter à violação de seu fundo de vida no esforço para compensar parcialmente a apropriação de seu fundo de consumo (Luce, 2018, p. 188).

3.2.3 Aumento da intensidade do trabalho além dos limites normais

²⁶ Em contraponto ao pagamento de horas extras, podemos ver a adoção de banco de horas como outra medida que busca garantir um maior rendimento do capitalista. Com a implantação do banco de horas, é permitido ao gestor do trabalho estender as jornadas de trabalho quando houver demanda e reduzi-las quando ocorrer o arrefecimento desta. Esta modalidade *just in time*, tão cara ao controle de estoque no toyotismo, passa a ser empregada na gestão da jornada de trabalho dos trabalhadores. Há o máximo de economia no pagamento de horas extras e o tempo de trabalho do operário passa a ser ferreamente orçado. Essa observação também pode ser averiguada em Dieese (2009).

À semelhança da extensão da jornada de trabalho, o aumento de sua intensidade para além dos limites normais também leva ao esgotamento prematuro da parte viva do trabalho, a corporeidade do trabalhador. É claro que este aumento vai depender das diversas maneiras em que cada trabalho concreto se dá, ou seja, de como ele se organiza. Mas, de forma geral, sempre resultará em um maior dispêndio da força físico-psíquica do trabalhador (Luce, 2012; Luce 2018).

Se no aumento da produtividade depende que o trabalhador transforme mais de meios de produção no mesmo tempo de trabalho, no aumento da sua intensidade há uma maior extração de mais-trabalho pelo capitalista em função do maior desgaste físico no mesmo tempo de trabalho (Luce, 2018).

Marini (1973/2017b) ainda faz uma conclusão perspicaz. Na fábrica, o aumento da produtividade acarreta um aumento proporcional do gasto com matérias-primas. Contudo, na indústria extrativa ou na agricultura, “. . . o efeito do aumento do trabalho sobre os elementos do capital constante são muito menos sensíveis [*sic*], sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, aumentar a riqueza produzida sem um capital adicional” (p. 334). Com base nisso, podemos fazer uma extensão do que foi abordado pelo autor e, levando em consideração esta pesquisa, fazemos uma consideração necessária. Este efeito também pode ser parcialmente encontrado na parcela da economia foco deste trabalho, as empresas de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs). Estas se baseiam no avanço do desenvolvimento de “. . . *softwares*, programas, aplicativos e jogos eletrônicos cada vez mais avançados, a partir do extraordinário desenvolvimento da nanotecnologia, da cibernética e da rede de telecomunicações . . . responsável por transformar esses recursos em *instrumentos* fundamentais ao mundo contemporâneo” (Oliveira, 2020, p. 22). Quando falamos das formas de trabalho uberizado, ou seja, mediado por plataformas, mas que omitem o vínculo empregatício, essa realidade se mostra ainda mais crítica. Um entregador de uma empresa como Ifood ou um motorista como do Uber, além de não ter nenhum tipo de direitos proveniente da CLT, assume todos os riscos e os custos do seu trabalho (Raposo, 2020). Para essas multinacionais bilionárias, resta apenas a preocupação na gestão do trabalho e como racionalizar as melhores formas de apropriação da mais-valia.

Em suma, em uma economia capitalista a avidez do capital por mais-trabalho leva à necessidade de que a jornada de trabalho seja completamente preenchida, desprovida de

qualquer tempo vago, aumentando a intensidade com que a força de trabalho é explorada²⁷. O trabalho, nestas condições, amplia a taxa de mais-valia em decorrência do desgaste do trabalhador, submetido a ritmos extenuantes. Pode-se afirmar, outrossim, que existe uma tendência em que a intensidade do trabalho se eleva acima da sua produtividade, mesmo que a segunda passe por significativas mudanças proporcionadas pela atualização das forças produtivas (Luce, 2012). De fato, esta observação também pode ser notada com Antunes (2011) que destaca que, na América Latina, se mantém um padrão produtivo que dispõe de uma força de trabalho relativamente qualificada para trabalhar em setores mais complexos, de relativa alta tecnologia, mas, com salários muito inferiores aos praticados nos países centrais e com rotinas de trabalho mais intensas. Sendo assim, de acordo com os autores, sempre que a burguesia puder lançar mão de novas inovações tecnológicas irá fazê-lo no sentido de imprimir um aumento da intensidade do trabalho.

Mais uma vez vemos na nota técnica do Dieese (2009) algo no mesmo sentido em que “. . . o tempo de trabalho total está cada vez mais intenso em função das diversas inovações técnico-organizacionais implementadas pelas empresas” (p. 6). Se há, então, um aumento da intensidade do trabalho, como podemos ter acesso a essa realidade? No momento, a ocorrência de acidentes de trabalho e doenças laborais são o principal indicador desta modalidade da superexploração.

Como já abordamos nesta pesquisa os números da série histórica em acidentes no trabalho, gostaríamos apenas de apontar que, segundo o Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde do Ministério da Saúde,

. . . a adoção de novas tecnologias e métodos gerenciais facilita a intensificação do trabalho que, aliada à instabilidade no emprego, modifica o perfil de adoecimento e sofrimento dos trabalhadores, expressando-se, entre outros, pelo aumento da prevalência de doenças relacionadas ao trabalho, como as Lesões por Esforços Repetitivos (LER), também denominadas de Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT); o surgimento de novas formas de adoecimento mal caracterizadas, como o estresse e a fadiga física e mental e outras manifestações de sofrimento relacionadas ao trabalho (Ministério da Saúde, 2001).

Aqui mais uma vez fica claro o poder despótico que o capital consegue exercer sobre a vida do trabalhador: ele o adoce e o expõe deliberadamente a riscos que, mesmo no caso de

²⁷ Essa racionalização absurda do trabalho pode ser testemunhada desde a situação dos cortadores de cana, que tem os movimentos do facão calculados com precisão para expandir a produção e competir com a concorrência mecanizada, como também dos trabalhadores de frigoríficos em que a cada movimento da faca deve ser executado a fim de não reduzir a produção ditada por uma esteira mecanizada.

um trabalhador que seja remunerado acima do SMN, não poderá compensar, com maior posse de valores de uso, o seu nível de desgaste físico-psíquico.

3.2.4 Hiato entre o pagamento da força de trabalho e o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho

Por fim, temos a última forma da superexploração, a defasagem entre o valor histórico-social da força de trabalho e a remuneração recebida por ela. Não obstante, uma digressão para melhor situarmos tal modalidade na história da TMD. No texto seminal de Marini, a “Dialética da Dependência”, que fundou as bases mais gerais da compreensão do capitalismo dependente latino-americano, o hiato entre o pagamento da força de trabalho e o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho não foi abordado. Neste texto, ele assevera apenas três mecanismos de compensação da transferência de mais-valia. Foi apenas com o seu texto “As razões do neodesenvolvimentismo”, em que polemiza com Fernando Henrique Cardoso e José Serra, que discorreu sobre o conceito.

Nesta modalidade, ocorre uma elevação do valor histórico-social da força de trabalho sem a ampliação correspondente do salário. Na periferia do capitalismo, o progresso das forças produtivas mediante a atualização da composição técnica não tende a propiciar elevados graus de concessões à classe trabalhadora como no centro do capital (Luce, 2018).

A alteração do valor histórico-social se configura em razão das novas formas de necessidades sociais que vão surgindo no desenrolar da evolução das forças produtivas²⁸ e que, em decorrência disto, elevam o valor da força de trabalho. No decorrer das transformações da sociedade, a quantidade e a variabilidade de bens necessários na cesta de consumo dos trabalhadores também vão se modificando (Luce, 2012). Osorio (2009, p. 179) complementa dizendo que “. . . o desenvolvimento material da sociedade e a generalização de novos bens vão transformando estes em bens necessários em épocas determinadas”. Para finalizar, este elemento também pode ser encontrado Marx (1867/2017, p. 246, grifo nossos)

As próprias necessidades naturais, como alimentação, vestimenta, aquecimento, habitação etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, a extensão das assim chamadas necessidades imediatas, assim como o modo de sua satisfação, é ela própria um produto histórico e, por isso, depende em grande medida do grau de cultura de um país, mas também depende, entre outros fatores, de sob quais condições e, por

²⁸ Ao encontro disto, Mészáros (2002, p. 179) alega que “as condições da reprodução social só podem ser garantidas pela mediação necessária da atividade produtiva, que - não somente em nossa própria era, mas enquanto a humanidade sobreviver - é inseparável da atividade produtiva industrial altamente organizada”.

consequente, com quais costumes e exigências de vida se formou a classe dos trabalhadores livres num determinado local. Diferentemente das outras mercadorias, *a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral.*

O que antes eram bens suntuários, ou seja, um consumo de luxo, com o tempo passam à condição de bens necessários e passam a integrar a cesta dos trabalhadores. Agora, se levarmos em consideração as particularidades de uma economia dependente em que a apropriação privada, pela burguesia, do valor social produzido pelo trabalho coletivo tende a ser elevada a novos patamares, teremos uma cisão entre o elemento histórico-social da força de trabalho e a remuneração por ela recebida.

Se a remuneração não acompanha a progressão dessas necessidades, resta ao trabalhador endividar-se cronicamente ou submeter-se a jornadas de trabalho mais longas, ou como vimos, até mesmo duplicadas. Submetem-se à violação do seu fundo de vida, seja fazendo horas extras ou vendendo parte de suas férias, para compensar, parcialmente, seu fundo de consumo ou “. . . comprometendo o seu próprio fundo de consumo futuro, mediante endividamento, na tentativa de compensar a sua violação do presente” (Luce, 2018, p. 193).

Com todos os dados apresentados até aqui, podemos traçar um panorama geral sobre a realidade de milhões de brasileiros. O acesso a esses novos bens que passam a ser necessários, só pode se realizar mediante a redução do seu fundo de consumo, ou seja, consumir menos alimento para ter um smartphone ou uma televisão, ou por meio do seu fundo de vida, trabalhando redobrado, para além da duração e da intensidade normal. Do ponto de vista desta relação, estes valores não passaram a incorporar o valor da remuneração da força de trabalho. Destarte, temos aqui a configuração da quarta forma da superexploração.

Procuramos mostrar até aqui os mecanismos pelos quais a burguesia brasileira busca compensar as transferências de valor como intercâmbio desigual mediante a superexploração do trabalho, categoria fundamental para se entender uma economia dependente. É importante destacar ainda que, nestes quatro mecanismos mencionados, o que se tem de traço essencial é dado pelo fato

. . . de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho . . . lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro . . . lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho (Marini, 1973/2017b, 334).

Encerramos por aqui essa subseção, conscientes que há uma riqueza de dados enorme que corroboram as afirmações aqui feitas. Os conceitos e categorias aqui levantados serão vistos empiricamente mais uma vez quando abordada a situação do jovem trabalhador na realidade do trabalho informalizado e uberizado. Com as reformas neoliberais dos últimos anos, essas tendências aqui demonstradas são aprofundadas ao máximo, jogando milhões de brasileiros em condições insalubres de trabalho. Podemos fazer uma breve aproximação entre a hipótese levantada e os resultados alcançados pela nossa pesquisa em que, partindo de Vigotski (1930), a divisão do trabalho e a exploração implacável da mais-valia são fatores determinantes que impedem o livre e abrangente desenvolvimento do potencial humano. Isso resulta na alienação das pessoas em relação ao que produzem como seres humanos, impedindo-as de se apropriar das riquezas construídas ao longo da história e condenando-as à alienação psíquica e à mutilação de sua personalidade. Esse modo de produção, juntamente com todas as relações sociais que ele engendra, tem consequências desastrosas não apenas para o desgaste físico e mental dos trabalhadores, mas também para a sua capacidade de perceber criticamente a realidade, dificultando sua mobilização como sujeito revolucionário e, portanto, como uma classe revolucionária.

Também podemos notar que, ademais, as transferências de valor desiguais entre as economias dominantes e dependentes ainda se expressam de outras formas na realidade brasileira, veremos agora o divórcio entre as estruturas produtivas e as necessidades das massas.

3.3 A cisão do ciclo do capital

Como dito anteriormente, o desenvolvimento capitalista da América Latina é voltado para o mercado mundial. Sendo assim, abre-se uma das contradições irreconciliáveis no capitalismo dependente que é o da cisão nas fases do ciclo do capital. Isso se expressa na dinâmica produtiva latino-americana onde esta não depende de sua capacidade interna de consumo para a realização do capital. Opera-se aqui, portanto, o rompimento de dois momentos fundamentais do ciclo do capital: a produção e a circulação (Marini, 1969/2017a; 1973/2017b, Luce, 2018). Todavia, para melhor entender este rompimento, cabe procurar na historicidade de tal fenômeno a sua gênese.

De fato, a circulação do capitalismo central foi o que definiu os marcos da produção do capitalismo dependente. Contudo, uma vez iniciada a circulação capitalista na realidade dependente, esta passa a reproduzir as tendências da produção e circulação internacionais, mas, também, a engendrar tendências internas expressas nas particularidades de tal economia.

Nos países do capitalismo dominante, a burguesia demorou séculos para se constituir, passando por vários estágios como o artesanato, a manufatura e, posteriormente, a grande indústria. Na América Latina esse processo foi acelerado, respondendo à demanda do centro e, em vários países, “. . . saltou-se quase que diretamente do trabalho rural, da escravidão africana ou indígena, para novas formas de trabalho assalariado industrial” (Antunes, 2011, p. 19). No mesmo sentido, pode-se notar que

. . . na Europa, EUA e Japão, além da afirmação do poder da burguesia e da criação do proletariado, teve origem uma classe de pequenos e médios proprietários e produtores independentes, especialmente pelo modo como se reconfiguraram as estruturas agrárias. Na América Latina, foi reforçado o poder da oligarquia latifundiário-mercantil. E o surgimento, mais tarde, de burguesias locais e da classe trabalhadora assalariada não seria acompanhado pela mesma diversificação da estrutura interna de classes, apresentando antagonismos mais acentuados (Luce, 2018, p. 87).

Outro ponto a ser destacado foi que, enquanto nos países industriais buscou-se o desenvolvimento de uma burguesia autônoma, nos países periféricos as oligarquias locais vincularam-se a um papel subordinado “. . . que coube à economia exportadora, dentro da divisão internacional do trabalho” (Luce, 2018, p. 87)²⁹. Esta estruturação não ocorreu alheia às configurações da economia mundial, portanto, da divisão internacional do trabalho. As ramificações que ocorreram na organização do capital mundial abarcaram as estruturas da propriedade privada, das classes sociais e, também, das formações estatais correspondentes. Segundo Lenin (1917/2012, p. 61), à medida que as movimentações de produção e, posteriormente, financeiras vão sendo elevadas a proporções gigantescas, um grupo de monopolistas conseguem o poder de subordinar “. . . as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista”, implicando “. . . uma situação privilegiada de uns poucos Estados financeiramente ‘poderosos’ em relação a todos os restantes” (p. 89).

Como efeito desta relação subordinada ao modelo imperialista, a circulação do capitalismo dependente passou a ser definida pelo central. O primeiro, por outro lado, também passou a engendrar suas próprias singularidades, suas tendências expressadas pelas suas próprias dinâmicas internas. Essa realidade impôs a particularidade de que, como já exposto, a

²⁹ Essa não emancipação total da burguesia brasileira e, conseqüentemente, a constituição de um capitalismo independente brasileiro ocorrem por motivos de impossibilidade estrutural de serem fortemente dependentes do setor agrário-exportador. A despeito das teses que buscam entender essa dinâmica com subterfúgios tais como afirmar que a burguesia brasileira é pouco culta, ou que carece de consciência ou progressismo, na realidade estas se mostram plenamente cientes de sua situação, optando por manter o país nos eixos do reformismo burguês e, assim, continuar a trilhar o caminho do capitalismo através do desenvolvimento industrial dependente (Santos, 2021).

produção latino-americana não depende do consumo interno para a realização do ciclo do capital. Isto tem como efeito “. . . fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, ou seja, a que opõe o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias” (Marini, 1973/2017b, p. 337).

Nos países industriais, o consumo do trabalhador apresenta um momento fundamental na criação de demanda das mercadorias que serão produzidas, sendo parte da unidade entre os fluxos da produção e da circulação. Já nas economias dependentes a circulação se separa da produção, efetuando-se no âmbito externo da economia, alheia ao consumo individual do trabalhador latino-americano. Em consequência, a tendência que ocorre no âmbito da luta de classes é a máxima exploração do trabalhador, sem precisar se preocupar em criar as condições mínimas para a sua reprodução enquanto indivíduo.

A burguesia latino-americana poderá sempre contar com novos braços para compor o processo produtivo, um extenso exército industrial de reserva, ou seja, trabalhadores desempregados ou subempregados que, no limiar da inanição, aceitam retornar ao mercado de trabalho sob salários miseráveis e condições de trabalho completamente precarizadas. O ciclo se estende quando analisamos que, mediante o emprego de novas tecnologias e técnicas de produção, ocorre um aumento acelerado do desemprego³⁰, alargando o quadro da força de trabalho ociosa (Marini, 1969/2017a; 1973/2017b).

Como veremos empiricamente na próxima sessão, é justamente a juventude que mais sente na pele o desemprego. Incapaz de adentrar formalmente no mercado de trabalho, de poder usufruir dos parcos benefícios que o trabalho com carteira assinada fornece, a juventude busca na informalidade, na precarização, a sua única forma de subsistência. Todos os dias jovens se lançam ao trabalho informal, principalmente no setor de serviços, para sobreviverem. Enquanto isso, com a revolução tecnológica promovida pelas multinacionais de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), esses trabalhadores têm sido a forma perfeita dessas empresas potencializarem os seus lucros e expandirem os seus negócios em países que já se encontram em crise. Quando mais a dependência extrai o valor produzido pelos trabalhadores, quanto mais ela arrasa a classe trabalhadora em alguns setores, mais ela cria o terreno fértil para que outras multinacionais também possam intensificar a sua exploração sobre os desalentados.

³⁰ De nenhuma forma isso pode ser interpretado como uma apologia a um tema que se tem apresentado na discussão sobre o trabalho, o fim do mundo do trabalho ou do proletariado enquanto classe. Tornaremos a voltar neste tema na próxima sessão, mas a princípio cabe destacar que, com a reestruturação produtiva e com o avanço da tecnologia sobre alguns setores, novas possibilidades de trabalho têm surgido em outras áreas. O próprio surgimento de novas tecnologias já apresenta a necessidade de novas formas de trabalho, seja no setor de serviços ou na indústria.

3.4 A reestruturação produtiva brasileira e a nova morfologia do trabalho: a uberização do trabalho

Assim como no restante do mundo, o capitalismo brasileiro sofreu transformações tanto quantitativas quanto qualitativas em suas formas de reprodução. Essas transformações ocorreram em diversas esferas da sociedade, de formas diferentes e em tempos diferentes, mas a nossa atenção será principalmente no que se refere ao processo de organização do trabalho. Em nossa pesquisa, consideramos que a forma como o trabalho se organiza é um nexos elementar para que possamos abordar o desenvolvimento do jovem trabalhador brasileiro. É aqui que veremos os desdobramentos das políticas neoliberais e como estas impactam a situação social de desenvolvimento desta parcela da classe trabalhadora. Se levarmos em consideração que, para Vygotski (1934/2006), a situação social de desenvolvimento é a relação estabelecida entre o sujeito e a realidade à sua volta, ou seja, o contexto social, de onde é dado o ponto de partida para todas as mudanças no desenvolvimento da personalidade consciente, é natural que procuremos na organização do trabalho as implicações para as determinações do psiquismo do jovem trabalhador. Partimos do ponto em que, para o jovem da classe trabalhadora, o trabalho vem a ser a sua atividade dominante neste período.

Para entendermos com clareza o fenômeno da uberização do trabalho no qual a juventude brasileira está inserida, é necessário buscarmos na história do desenvolvimento das forças produtivas brasileiras os elementos que compõem a base da reestruturação da organização do trabalho bem como os avanços e retrocessos que permeiam este período de lutas sociais e ataque aos direitos conquistados pela classe trabalhadora. Também almejamos apreender as transformações que ocorreram na organização do trabalho mediante os processos destacadamente mais recentes, mas não que não ocorressem antes, da flexibilização, desemprego estrutural, terceirização, em síntese, aquilo que chamamos de uberização ou plataformização do trabalho.

Neste sentido, de acordo com Santos (2021), apesar de tímidas, as primeiras ondas industrializantes ocorridas no Brasil datam da metade do século XIX e, particularmente, com o fim da escravidão em 1888. A elevada taxa de exploração do trabalho no campo criava as condições para um excedente econômico muito amplo que se convertia em créditos, moeda e em valores utilizáveis em outros setores da economia. A nascente burguesia industrial brasileira, incapaz de romper com a dependência não conseguiu impor um Brasil democrático-burguês, com um capitalismo desenvolvido. Conservando sempre o país dentro de um

reformismo burguês, essa burguesia “. . . não fez mais que abrir o inevitável caminho na direção do Brasil atual, que não conseguiu superar nem o subdesenvolvimento nem a dependência” (Santos, 2021, p. 67). Aqui, a industrialização não ocorreu mediante o desenvolvimento de tecnologias internas, mas sim de sua importação monopolizadas externamente, no seu limite, esta “. . . não se converteu num instrumento de afirmação da burguesia nacional, e sim num processo de desnacionalização” (p. 70).

Como expressão do crescimento urbano e com a decadência da hegemonia da oligarquia agrário-exportadora mediante a competição com os produtos manufaturados, ocorre no cenário nacional uma maior presença do setor industrial, principalmente com o seu exponencial desenvolvimento durante os anos da I Guerra Mundial (1914 a 1918), que irá culminar, já nos anos 30, em uma forte participação desta parcela da burguesia no governo de Getúlio Vargas (1882 – 1954) e tendo forte influência no Estado Novo. Vargas, na busca por conciliar a pressão estadunidense durante a II Guerra Mundial (1939 a 1945) e de garantir respaldo pelas massas populares, consegue nestes anos algumas concessões dos Aliados na guerra, principalmente dos EUA, que disponibilizam para o Brasil as instalações da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) que seria futuramente a base da indústria pesada do país. É no Estado Novo que se cristalizam as principais mudanças societárias que perpassavam o Brasil neste período (Santos, 2021). Estas mudanças se concatenam em quatro pontos:

1) Um programa de industrialização que criasse as bases de um capitalismo avançado; 2) um programa de participação operária controlada, de regulamentação das relações de trabalho e de estabelecimento de uma previdência social, que atraísse os trabalhadores à cidade e os disciplinasse num contexto de lealdade ao governo; 3) um programa de reformas administrativas que fortalecessem o poder central . . . , moralizassem o serviço público instituindo o concurso público e a carreira de servidor público . . . ; 4) uma garantia de conduzir o país a uma política externa independente e de afirmação nacional³¹. . . (Santos, 2021, pp. 78-79).

Como também aponta Santos (2021), as conquistas da classe operária, como a previdência social, a legislação sindical e a legislação do trabalho aparecem na história brasileira como uma “outorga” de Vargas. Esse mito só foi possível porque as novas gerações operárias que chegavam às cidades em busca de emprego durante a expansão industrial desconheciam quase que completamente as tradições revolucionárias do movimento operário

³¹ Esse nacionalismo, contudo, apresentava as marcas da debilidade de um nacionalismo burguês e, portanto, conservador. Tentava reproduzir no subdesenvolvimento os passos que deram os países imperialistas durante a consolidação do capitalismo. Esse nacionalismo irá atingir o seu ápice durante a ditadura militar, com o Brasil tomando parte nas políticas imperialistas dos EUA na América Latina. Podemos ter um entendimento maior disso ao estudarmos a categoria de subimperialismo, cara para os autores da TMD. Um exemplo da explicação mais profunda dessa categoria pode ser visto em Marini (2017a).

e, também, pela anterior derrocada da chamada “Intentona” de 1935, deixando o movimento operário muito debilitado. Além disso, o próprio movimento sindical da época havia sido montado de cima para baixo, sendo suas lideranças homens da confiança de Vargas. Corroborando com isso, Antunes (2011) afirma que o nascente Estado burguês latino-americano empreendeu formas de condicionar e integrar os trabalhadores à ordem burguesa. Esse fenômeno fica evidente no Brasil pelo getulismo, o peronismo na Argentina e o cardenismo no México, por exemplo.

O advento do getulismo se aproveitou do afrouxamento das amarras do imperialismo no período da II Guerra e, também, do período de reconstrução da Europa – quando esta precisou se voltar internamente para a resolução de seus problemas. Sendo assim, o getulismo foi capaz de gestar neste período a expansão industrial brasileira, estruturando-a sob um projeto burguês nacionalista. Em decorrência do crescimento da indústria havia, em função dela, o crescimento do operariado e, também, o crescimento de movimentos sociais de trabalhadores, indicando o começo do reconhecimento dessa classe para si. Como resposta à crescente mobilização de classe, enquanto o getulismo promovia a regulação sindical sob homens de sua confiança, executava políticas de perseguição a lideranças sindicais de esquerda, principalmente comunistas e anarquistas (Santos, 2021; Marini, 2017a).

Durante o século XX, em nível mundial, o capitalismo continuou empregando novas formas de potencializar a sua acumulação. Nos EUA, principalmente no que se refere à indústria automobilística do começo do século XX, ocorre o nascimento e expansão dos padrões de acumulação conhecidos como taylorismo e fordismo, que acabam por configurar, em escala mundial, a organização da indústria e dos processos de trabalho. Os seus elementos podem ser identificados como:

- 1) vigência da produção em massa, realizada por meio da linha de montagem e produção mais homogênea; 2) controle dos tempos e movimentos por meio do cronômetro taylorista e da produção em série fordista; 3) existência do trabalho parcelar e da fragmentação das funções; 4) separação entre a elaboração, cuja responsabilidade era atribuída à gerência científica, e a execução do processo de trabalho, efetivada pelo operariado no chão da fábrica; 5) existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas. (Antunes, 2011, p. 22)

Este padrão produtivo se alastrou em maior ou menor grau por diversos setores da economia latino-americana. Contudo, levando em consideração o capital enquanto uma totalidade integrada e diferenciada, a subordinação da dependência estrutural dessas sociedades a esses modelos leva a marca de um caráter periférico. “Na América Latina, esse caminho para o mundo industrial sempre se realizou de modo tardio (ou mesmo hipertardio) . . . E o fez

sustentado em um enorme processo de *superexploração do trabalho*” (Antunes, 2011, p. 22, grifo do autor). Para se ter um exemplo, o fordismo surgiu nos EUA com base no consumo de massas. A larga produção de veículos possibilitava o barateamento dos seus custos, alinhado a uma política de pagamento da força de trabalho capaz de consumir esses produtos, os automóveis deixam de serem bens suntuários para se configurarem como bens de consumo. Essa dinâmica nunca foi plenamente alcançada na América Latina.

O pós-guerra possibilitou uma expansão sem igual do capitalismo mundial. Esse período que vai de 1950 à 1970 ficou conhecido como Era de Ouro do capitalismo. Após essa fase de acumulação de capitais durante o zênite do fordismo e do modelo keynesiano³², o capitalismo, a partir dos anos 70, começou a apresentar sinais de um quadro crítico, uma nova crise econômica estrutural se avizinhava (Antunes, 2009; Netto, 2022).

Antunes (2009) expõe um quadro geral da época que pode ser desenhado da seguinte forma. 1) A redução da taxa de lucros, condicionada principalmente pelas históricas lutas do movimento operário pós-45 que aumentaram o valor da força de trabalho e levou a uma redução dos níveis de produtividade, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucros; 2) O esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista, que já não conseguia mais responder à retração do consumo que se intensificava. Em essência, essa retração na verdade era consequência do desemprego estrutural que se iniciava; 3) A esfera financeira ganhava relativa autonomia ante a esfera produtiva por ser um campo prioritário da especulação financeira nos processos de internacionalização do capital; 4) A concentração de capital que se acentuava em decorrência das fusões entre empresas monopolistas, ecos do que Lenin (1917/2012) havia discorrido sobre o imperialismo no começo do século XX; 5) A crise do *Welfare State*³³ (que ocorreu apenas no centro do capital), o estado de bem-estar social, dos anos dourados do capitalismo e dos seus mecanismos de funcionamentos, advento relacionado a retração da influência estatal mediante a expansão das iniciativas privadas; 6) O incremento das privatizações, da desregulamentação e da flexibilização dos processos produtivos, dos mercados e da força de trabalho. Esse era o quadro geral da crise.

Essa processualidade, por certo, também atinge de modo diferenciado os países dependentes da América Latina. Mesmo no meio do continente, também se abre uma curiosa

³² Linha de pensamento econômico que foi desenvolvida principalmente por John Maynard Keynes (1883 – 1946) que se fundamenta na ideia de que o Estado é o agente indispensável para o controle da economia e que uma política governamental bem empregada seria capaz de evitar as crises do capitalismo (Bottomore, 2012).

³³ Conjunto de políticas que visam no Estado o papel de regulador e provedor da qualidade de vida mediante o emprego de políticas públicas voltadas para a população. O Estado de bem-estar social foi, em última instância, uma resposta do Ocidente capitalista para conter os avanços do Socialismo Soviético no debate público e minar sua influência do movimento operário e sindical no centro do capital.

contradição. Se na Argentina e no Chile as suas respectivas ditaduras militares³⁴ viraram laboratórios mundiais do neoliberalismo, no Brasil a ditadura militar teve uma tendência industrializante, que expandiu ainda mais a classe operária³⁵. Neste sentido, a ditadura militar brasileira lançou-se firmemente na tarefa de abrir o Brasil para o mercado externo a todo custo, no governo de Castelo Branco, por exemplo, são criados diversos incentivos para os exportadores nacionais ou estrangeiros com as isenções fiscais. Além do mais, no afã de atrair o capital internacional, permitiu-se a livre remessa de lucros obtidos para o estrangeiro. Deve-se dizer, contudo, que essa experiência do liberalismo da Ditadura Militar também significou, além de ser uma realidade altamente privatista, a da repressão violenta contra a classe trabalhadora³⁶, seja com prisões ou torturas, como também por arrochos salariais e corte de investimentos em programas públicos para garantir a qualidade de vida dos trabalhadores. Essa postura violenta era o que garantia um governo forte para controlar o povo que vê sua miséria aumentar enquanto uma parcela da sociedade enriquece como nunca (Antunes, 2011; Santos, 2021).

É justamente nesses marcos que ocorre a reestruturação produtiva na América Latina que acarreta profundas mudanças no mundo do trabalho. A aplicação do receituário advindo do Consenso de Washington em simultaneidade com a reorganização da produção reduz drasticamente o parque industrial produtivo (Antunes, 2011). As exigências imediatas do grande capital foram claras: *flexibilização* das relações de produção e trabalho; *desregulamentação* das relações comerciais e financeiras; *privatização* do patrimônio estatal. Nesta última se transferiu vultuosas parcelas da riqueza pública, principalmente nos países periféricos, para o capital privado. Além do mais, a desregulamentação liquidou as medidas de proteção comercial-alfandegárias dos Estados dependentes e entregou ao capital financeiro uma radical liberdade de movimento, que no limite, possibilitou ataques especulativos contra essas economias (Netto, 2022; Antunes & Alves, 2004).

³⁴ Expressão reacionária da luta de classes na maioria dos países da América do Sul. Organizadas em sua maioria nos EUA para garantir o continente americano como sua zona de influência, eram uma resposta aos movimentos revolucionários que tomavam forma ante a inspiração da experiência cubana e no calor da Guerra Fria.

³⁵ No bojo dessa expansão surgiu o fenômeno do Novo Sindicalismo, tendo como seu maior líder o metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva. Para mais informações sobre a luta sindical na América Latina consultar Antunes (2011);

³⁶ Aqui temos, claramente, mais uma expressão da dependência. Se no centro do capital as forças armadas são treinadas para proteger a nação de um inimigo externo, nos países dependentes essas forças são empregadas no controle de “um inimigo interno”, sejam eles guerrilheiros, sindicatos, operários, movimentos estudantis ou camponeses. Esse é mais um ponto da afirmação no qual Marini expressou que o fim da dependência seria mediante a via da Revolução Socialista e não reformista.

A resposta do capital se faz sentir em peso no cotidiano do mundo do trabalho. Como consequência dessa lógica nefasta, a própria classe trabalhadora começa a passar por metamorfose.

Com a retração do binômio taylorismo/fordismo, vem ocorrendo uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista e fordista. Esse proletariado vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital, dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam por meio de empregos formais (Antunes & Alves, 2004, p. 336).

Se essas metamorfoses ocorrem em maior ou menor grau em escala planetária, nos países dependentes ela assume contornos mais drásticos devido à condição da superexploração da força de trabalho. Antunes (2011, p. 39, grifos do autor) é categórico ao demonstrar a situação dramática da classe trabalhadora nos países dependentes.

Dado o enorme contingente de força de trabalho sobrando, o processo de reestruturação em nosso continente apresenta um traço particular, proveniente da *superexploração da força de trabalho* e dos reduzidos níveis salariais, articulados, em alguns ramos produtivos, a um razoável padrão tecnológico. Isso acontece porque os capitais produtivos que atuam na América Latina buscam mesclar a existência de uma força de trabalho "qualificada" para operar com os equipamentos microeletrônicos com padrões de remuneração muito inferiores aos dos países centrais – onde as empresas têm suas sedes –, tudo isso acrescido das formas de desregulamentação, flexibilização e precarização da força de trabalho. A fórmula favorece enormemente a intensificação da característica *superexploração do trabalho*. . . Tal combinação vem sendo fortemente ampliada durante as últimas décadas, quando tornam-se ainda mais intensos o ritmo e a duração das jornadas de trabalho.

Como também afirma Antunes (2018, pp. 33-34), para garantir a sua taxa de lucro, as empresas transferem “. . . aos trabalhadores e trabalhadoras a pressão pela maximização do tempo, pelas altas taxas de produtividade, pela redução dos custos, como os relativos à força de trabalho, além de exigir a ‘flexibilização’ crescente dos contratos de trabalho”. Em decorrência desses novos processos produtivos elencados até aqui, juntamente com o emprego de novas tecnologias, vemos uma acachapante economia de trabalho vivo, ou seja, ato entre humano e natureza, acarretando um crescimento cada vez maior da força de trabalho excedente, o exército industrial de reserva. Todas as novas inovações caminham para a precarização das condições de vida, em última instância, a ordem do capital é a do desemprego e da informalidade (Netto, 2022).

As propostas de flexibilização, desregulamentação e privatização, palavras de ordem do capital, e decorrentes do próprio movimento da globalização, são impostas sob a tutela das

corporações monopolistas, que agora ameaçam extrapolar o controle estatal (Netto, 2022). Neste sentido, podemos ver que na atualidade a situação ainda se mantém, no final de 2022, a Microsoft, uma gigante estadunidense da tecnologia, comprou 4% da controladora da bolsa de valores de Londres (Costa, 2022). Também sobre isso, vemos que a Uber interferiu fortemente na legislação de diversos países para conseguir acelerar a sua expansão. Neste caso, a Uber encontrou-se com ao menos seis líderes mundiais com o intuito de fazer *lobby* para conseguir alterações das legislações locais e, enfim, acomodar os seus serviços que já atuavam à margem da lei (Estadão, 2022). Sobre a influência desses monopólios, é evidente que eles não liquidaram o Estado nacional, mas é transparente a sua tentativa de erodir a sua soberania. A força dessas tentativas, contudo, diverge entre Estados do centro do capital e da periferia (Netto, 2022).

No Brasil, essas mudanças tomam contornos mais drásticos com as reformas do período pós ditadura militar. Se o receituário neoliberal havia dado as caras na América Latina já nos anos anteriores, o caso do Chile de Pinochet é emblemático, ele toma força como política privilegiada de governo brasileiro em decorrência da ascensão de Fernando Collor. Apesar de ter durado pouco (1990-1992), o governo Collor deu início às reformas de abertura da economia brasileira ao capital especulativo estrangeiro, em outras palavras, aprofundava a dependência (Antunes, 2011).

Após sofrer *impeachment* como resposta a uma ampla mobilização social, um breve mandato de Itamar Franco assume e logo cede espaço para Fernando Henrique Cardoso (FHC) que assume por dois mandatos. As reformas neoliberais tomam controle das políticas públicas de vez. Segundo Antunes (2011), o parque industrial estatal brasileiro é quase que inteiramente privatizado. As privatizações abrangem as áreas da siderurgia, telecomunicações, energia elétrica, sistema bancário, entre outros.

Consequentemente, assistiu-se a uma profunda alteração do tripé que sustenta a economia brasileira, formado pelo capital nacional, capital estrangeiro e setor produtivo estatal. Sua política, também sintonizada com o Consenso de Washington aumentou ainda mais a subordinação do país aos interesses financeiros internacionais desorganizando o padrão produtivo estruturado durante o período getulista. (Antunes, 2011, p. 42).

Antunes (2011) atesta que é justamente na esteira das reformas de FHC que combinavam os ideários neoliberais com a reestruturação produtiva do capital que as repercussões na classe trabalhadora se cristalizaram em uma clivagem quase que total do período anterior. Ademais, o modelo empregado por Cardoso só fez adensar, ainda mais, a subordinação brasileira ao capital internacional. Um dado salta aos olhos: ao longo da década

de 1990, 25% de todo o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro foi transferido do setor industrial estatal para a iniciativa privada mediante privatizações, internacionalizando ainda mais o capitalismo no Brasil. Nesse quadro que temos, a reestruturação produtiva, executada em ambientes muitas vezes recessivos, “. . . geraram um processo de desproletarização de importantes contingentes operários, aumentando o desemprego e a precarização da força de trabalho, do qual a indústria automobilística é um exemplo forte” (p. 141). Se no ABC paulista, centro industrial mais importante do país, tinha em 1980 mais de 200 mil metalúrgicos, em 2008 eram apenas 100 mil trabalhadores.

Em vista disto, podemos dizer que é próprio da ideologia³⁷ neoliberal a desqualificação do papel do Estado. A própria defesa do Estado *mínimo* esconde que o Estado permanece máximo para o *capital*. Esse projeto visa liberar o desenvolvimento capitalista de toda e qualquer amarra da democracia, independente se esse projeto seria viável a longo prazo ou encerre a própria destruição da humanidade no processo (Netto, 2022; Mészáros, 2002). O neoliberalismo também se fez sentir para além do debate iminente econômico, ele tomou forma na cultura do capitalismo tardio sob diversos aspectos (Netto, 2022). Desenvolve-se uma cultura anti-estatal, individualizante e sectária. Sua influência, fortemente divulgada pela mídia oligárquica e vinculado à especulação financeira no capitalismo dependente, toma forma na ideologia do empreendedorismo, o *self-made man*, no fim, a luta de todos contra todos.

Tendo isso exposto, podemos finalmente chegar ao nexos do capitalismo dependente no século XXI, *a face da superexploração do trabalhador sob a nova morfologia do trabalho*. De acordo com Antunes (2018; 2008), a partir da década de 1980, ganhou destaque a tese do “. . . fim do trabalho”. Para a referida explicação, com a reestruturação do capital em resposta às crises do século XX e a expansão da tecnologia fabril, a classe trabalhadora aparentava estar destinada à retração. Contudo, o que se nota não é fim do trabalho, mas sim uma nova morfologia deste, com novas formas de expressão de tal categoria, resultando em uma expansão do trabalho assalariado no setor de serviços. Contatou-se “. . . uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário; vivencia-se também um subproletarização

³⁷ Tratamos aqui este conceito pela compreensão marxiana (Marx & Engels, 2007) de como, pela ideologia, são deturpadas as relações entre as ideias e as relações sociais. Eles argumentam que “as representações, os pensamentos, os conceitos – em resumo, os produtos da consciência por eles [os jovens hegelianos] autonomizada – são considerados os autênticos grilhões dos homens.” (p.84). Neste sentido eles apontam que as críticas levantadas pelos jovens contra os velhos hegelianos não era nada mais do que uma crítica da ideia pela ideia. Como resultado, o mundo material continuava intacto. Sendo assim, para tais autores a ideologia seria uma doutrina onde as ideias adquirem autonomia ante a realidade. Segundo Konder (2020, p. 50), a ideologia em Marx e Engels é um fenômeno que “falseia as proporções na visão do conjunto ou deforma o sentido global do movimento de uma totalidade, no entanto respeita a riqueza dos fenômenos que aparecem nos pormenores”.

intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, ‘terceirizado’, que marca a sociedade dual do capitalismo avançado” (Antunes, 2008, p. 61). Aqueles que se mantêm empregados “. . . presenciam a corrosão dos seus direitos sociais e a erosão de suas conquistas históricas . . . depauperando ainda mais os níveis de remuneração” (Antunes, 2018, p. 27).

A síntese desse ataque da burguesia contra o direito dos trabalhadores pode ser encontrada na contrarreforma trabalhista brasileira no ano de 2017 e sob o governo ilegítimo de Michel Temer, que chegou ao poder por intervenção de um Golpe de Estado organizado pela burguesia nacional e por Washington na tentativa de, mesmo após o estelionato eleitoral de Dilma Roussef em aplicar um arrocho nas já pobres e contingenciais políticas de bem-estar no país, garantir de forma mais imediata o aumento e manutenção da sua taxa de lucros. Sob a Lei n. 13.467 de 13 de julho e, também, com a Medida Provisória n. 808, 117 artigos da CLT foram alterados, entre eles, a prevalência do negociado sobre o legislado, a diminuição dos intervalos intrajornadas e o aumento da flexibilização e do trabalho intermitente (Praun & Antunes, 2020).

Ao contrário do que se previra por alguns, o maquinário informacional-digital não destruiu completamente os pontos de trabalho, na verdade, estamos vendo o novo proletário da era digital que, em trabalhos mais ou menos intermitentes, ganham novo impulso com as TICs, que conectam³⁸ por intermédio das novas tecnologias, mas, principalmente, com o celular, as mais distintas modalidades de trabalho. “Em vez do fim do trabalho na era digital, estamos vivenciando o crescimento exponencial do novo proletariado de serviços, uma variante global do que se pode denominar *escravidão digital*” (2018, p. 32, grifo do autor).

Com a expansão da ideologia neoliberal no tecido social, forma-se, então, uma massa de “empreendedores” que são relegados à ideologia da autogestão, da meritocracia e da individualização aguda do trabalho. Um fenômeno conhecido como *uberização*. Entendemos por uberização do trabalho os processos que “. . . resultam de *autogestão subordinada*, em que o trabalhador se submete a uma longa jornada de trabalho, e às formas de assalariamento disfarçado (bonificações e remuneração por produção), passando também a assumir os riscos e os custos do seu trabalho” (Raposo, 2020, p. 514, grifo da autora). Antunes (2020, p. 11) também pontua que esse fenômeno “. . . é um processo no qual as relações de trabalho são

³⁸ Essa conexão entre aqueles que estão distantes também esconde um outro lado sombrio do trabalho mediado por tecnologias digitais. Após críticas públicas de como a gigante estadunidense Amazon tratava a gestão de seus empregados, principalmente, no setor de transportes, vários relatos vieram a mídia de como a multinacional demite os seus trabalhadores mediante o uso de algoritmos e que estes trabalhadores foram notificados por um e-mail automático. Os algoritmos são formas de a gestão das empresas poupar recursos com setores de recursos humanos mediante a automatização desses processos. O trato humano passa a ser friamente substituído por cálculos de computador que, muitas vezes, sequer foram devidamente calibrados (Época, 2021).

crecientemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo, assim, a aparência de ‘prestação de serviços’ e obliterando as relações de assalariamento e de exploração do trabalho”.

Esses instrumentos, além de embaçar a realidade dos vínculos empregatícios entre empresas e trabalhadores, também possibilitam o controle das primeiras sobre os segundos. Por estarem conectados pela internet, a disponibilidade de horários passa a ter um caráter irrestrito e intromissivo. Neste modelo de trabalho, vigora o *zero hour contract*, o contrato de zero hora, os trabalhadores e trabalhadoras ficam à mercê da necessidade de alguma plataforma. Quando recebem a notificação, são remunerados estritamente por ela, não recebendo pelo tempo ocioso à espera da demanda. Sendo assim, o trabalhador destes aplicativos precisa cumprir cargas horárias sobre-humanas para garantir o mínimo de pagamento ao final, submetendo-se, assim, às demandas insaciáveis do capital. Em outras palavras, ao fim, a expansão do trabalho digital, online, está ruindo a divisão entre o tempo de vida dedicado ao trabalho e o tempo de vida fora dele, se apresentando assim, como uma escravidão digital (Antunes, 2020).

A expansão dos serviços precarizados e terceirizados da era informacional-digital revelam a superexploração da força de trabalho pelos “. . . mecanismos de prolongamento da jornada de trabalho, do aumento da produtividade combinada com a intensidade do trabalho, garantindo, assim, a extensão do trabalho excedente sobre o necessário” (Raposo, 2020, pp. 515-516). A autora ainda continua esclarecendo que, por intermédio do trabalho informal ou por conta própria, ocorre um incremento dos mecanismos de exploração da mais-valia sob a superexploração do trabalho. Segundo Abílio (2020), o caos e a precariedade do trabalho e do espaço urbano se cristalizam na figura do trabalhador que, não conseguindo um emprego formal com carteira assinada ou que tenha efetuado essa troca sob a ideologia do empreendedorismo, agora vende sua força de trabalho à aplicativos como Uber, Ifood, entre outros.

Antunes (2018, pp. 36-37) exemplifica essa nova modalidade de trabalho com a própria Uber, que dá nome ao fenômeno.

Trabalhadores e trabalhadoras com seus automóveis, isto é, com seus instrumentos de trabalho, arcam com suas despesas de seguridade, com os gastos de manutenção dos veículos, de alimentação, limpeza etc., enquanto o “aplicativo” – na verdade, uma empresa privada global de assalariamento disfarçado sob a forma de trabalho desregulamentado – apropria-se do mais-valor gerado pelo serviço dos motoristas, sem preocupações com deveres trabalhistas historicamente conquistados pela classe trabalhadora.

Ao encontro do que foi exposto, Antunes (2020), que vem há anos promovendo diversas pesquisas e estudos neste campo, propõe uma hipótese sobre as novas e destrutivas relações de trabalho.

Em plena era do capitalismo de plataforma, plasmado por relações sociais presentes no sistema de metabolismo antissocial do capital, ampliam-se globalmente formas pretéritas de exploração do trabalho, que remetem aos primórdios da Revolução Industrial. O que significa dizer que, em pleno século XXI, estamos vivenciando a recuperação de sistemáticas do trabalho que foram utilizadas durante o que podemos denominar protoforma do capitalismo, isto é, os primórdios do capitalismo (Antunes, 2020, p. 21).

Ademais, pelo fato de a empresa estar isenta de disponibilizar os meios para a realização do trabalho, muitos se endividam no financiamento de veículos e instrumentos de trabalho para que possam exercer a atividade produtiva, dando início a um círculo vicioso, em que a urgência de quitarem as suas dívidas os colocam em situação da inevitabilidade da subordinação (Antunes, 2018). O acesso a esses bens de consumo que são utilizados no trabalho uberizado, na pior das hipóteses, mas, a realidade de milhões de brasileiros e brasileiras, só pode realizar-se mediante a redução do seu fundo de consumo, ou seja, consumir menos alimento ou por meio do seu fundo de vida, trabalhando redobrado, para além da duração e da intensidade normal.

Com o exposto, podemos ver como as objetivações da superexploração do trabalho se encontram claramente expressas no fenômeno da uberização. Com isso não queremos dizer que o referido fenômeno é algo específico da dinâmica socioeconômica de uma nação dependente, mas sim, de que nelas, as possibilidades de alternativas de atividade econômica são reduzidas devido à baixa complexificação da economia, cujos postos de trabalho são destinados às atividades simples e com baixa qualificação da mão de obra, sendo estas também vulneráveis às crises e às baixas econômicas. Contudo, devemos sinalizar um parêntese muito importante para esta realidade. Logicamente que do outro lado do pêndulo há um espaço *restrito* para trabalhadores ultraqualificados no qual temos como exemplo, a indústria dos softwares e as TIC's. No topo dessa pirâmide da nova morfologia do trabalho estão principalmente os trabalhadores que atuam no campo informacional e cognitivo, mas a ampla maioria dos espaços de trabalho compõem a base, sujeitos a qualquer alteração temporal ou espacial nas plantas produtivas (Antunes, 2018). Também sobre esse pêndulo, Marx (2004, p. 24) assevera que “. . . para um salário que sobe tem-se, na maior parte das vezes, um que permanece estacionário, e um que cai”.

Acreditamos que o que foi apresentado até aqui sobre as metamorfoses da sociedade brasileira em unidade com as transformações do mundo do trabalho são elementos fundamentais para apreendermos as determinações do trabalho, enquanto categoria fundante do ser social, subsumido pelo capital. Trabalho abstrato, alienado, como veremos mais adiante.

Mas qual a realidade do jovem trabalhador brasileiro? Por que ele escolheria se lançar ao trabalho em condições tão precárias? Podemos responder isso com outro nexo entre a uberização e a superexploração do trabalho, que é a questão do desemprego, endêmico no capitalismo dependente e poderoso mecanismo de manutenção do controle da burguesia frente ao proletariado. Como base de nossa análise empírica dos dados demográficos da população brasileira, segundo o Instituto Latino-americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE, 2019), em 2018 havia no Brasil 78 milhões de desempregados ou subempregados, ou seja, empregos informais extremamente precarizados. Além disso

Se consultarmos os números que este instituto indica [IBGE], veremos que existem 23,34 milhões de brasileiros que trabalham por conta [sic] própria. Mas investigando mais a fundo, vemos que, desse total, mais de 19 milhões não possui CNPJ e a maior parte sequer faz qualquer tipo de contribuição previdenciária. Fica óbvio, portanto, que, em sua maior parte, esses trabalhadores por conta própria não são pequeno-burgueses que possuem o seu próprio negócio, mas subempregados (ILAESE, 2019, p. 8).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), no Brasil de 2018 havia 11 milhões de jovens entre 15 e 29 anos que não estavam trabalhando e nem estudando. Esse grupo representa 23% da população dentro dessa faixa etária. Ainda dentro desse recorte, eles estão dispostos nas seguintes faixas etárias: de 15 a 17 anos são 770 mil, entre 18 a 24 anos são 6,3 milhões e entre 25 a 29 anos são 3,9 milhões de jovens. Há outros recortes também, o de gênero, onde 6,7 milhões são mulheres enquanto 4,2 milhões são homens e o de raça onde 3,5 milhões são brancos e 7,3 milhões são negros ou pardos (IBGE, 2019).

Dados muito semelhantes são apresentados por um estudo da Organização Mundial do Trabalho (OIT). Apesar da faixa etária levemente diferente, entre 15 e 24 anos, os dados evidenciavam os mesmos 23% da população jovem sem emprego e sem estudos. Um a cada quatro está desempregado e esses são os piores números detectados pela agência desde que começaram a levantar estes dados em 2005 (Chade, 2022).

O Brasil foi duramente atingido pela pandemia, e o desemprego juvenil aumentou de 25,2% no quarto trimestre de 2019 para 30,7% no quarto trimestre de 2020, enquanto a taxa de participação da força de trabalho jovem caiu de 56,6% para 51,8% durante o mesmo período (OIT citada por Chade, 2022, para. 3)

Segundo o mesmo estudo, apesar de haver uma melhora no quadro geral da crise do desemprego da juventude no ano de 2021, o Brasil continua a apresentar taxas de desemprego maiores que o da média mundial (14,9%) e da média da América Latina (20%). Por outra perspectiva dos dados, podemos observar que 34% dos brasileiros nesta idade ou estão

desempregados ou não tem condições sequer de procurar emprego. Na definição da própria agência “. . . a força de trabalho potencial é definida como pessoas não empregadas que expressam interesse de trabalho, mas para as quais as condições existentes limitam sua busca ativa de emprego” (OIT citada por Chade, 2022, para. 11). Pessoas que estão desestimuladas por diversos fatores como. “. . . por exemplo, acreditando que não havia empregos disponíveis, acreditando que não havia nenhum para o qual se qualificariam, ou tendo perdido a esperança de encontrar emprego” (OIT citada por Chade, 2022, para. 12). Em outras palavras, jovens sem trabalho e disponíveis para trabalhar. Há, claramente, uma subutilização da mão de obra dos jovens ao mesmo tempo que também não são oferecidos os meios para a sua capacitação técnica. “E o pior é que, a cada ano, mais 2 milhões de jovens ingressam no mercado de trabalho para engrossar as filas de desempregados” (ILAESE, 2019, p. 90).

O neoliberalismo precisa ainda de aparelhos ideológicos para que haja o máximo de consenso ou aceitação das reformas em prol da recuperação do lucro da burguesia. Se de um lado essas reformas causam desemprego em massa, é necessário então colocar em prática os métodos para nublar as causas desse fenômeno e transferi-lo da esfera político-econômica para a esfera pessoal, onde cada um é responsável pelo seu sucesso. É a meritocracia! No mundo do trabalho uberizado, o empreendedorismo é uma estratégia empregada neste sentido. Se este termo passa a compor o léxico do neoliberalismo prometendo que todo esforço e sacrifício pode ser convertido em riquezas ele também é, caso o apreendemos para além de sua aparência, sinônimo de transferência de riscos e custos junto com a eliminação de garantias, direitos e proteções (Abílio, 2020).

Se levarmos em consideração, portanto, o papel de empresas como a Ifood³⁹, dentro dessa dispersão da ideologia do empreendedorismo, veremos como, por exemplo, segundo a matéria de Levy (2022), a empresa atuava ativamente na criação de perfis falsos em redes sociais e até mesmo infiltraram pessoas em manifestações de entregadores para desmobilizá-los numa tentativa de greve geral. Além disso, também promovem na TV aberta, em horário nobre e em rede nacional, o ideal de que “. . . a maioria [dos entregadores] valoriza o fato de ter flexibilidade de horário e liberdade para compor sua renda” (Ifood citado por Levy, 2022, para. 12).

Corroborando a ideia que trouxemos aqui do papel da ideologia do empreendedorismo para a transferência da responsabilização da pauperização do trabalho, Reis (2019, p. 166)

³⁹ Empresa brasileira que atua no setor de entregas de refeições por intermédio da internet e que possui um longo histórico de desmobilização ativa da luta dos entregadores por reconhecimento de vínculo empregatício e melhores condições de trabalho (Levy, 2022).

argumenta que “. . . a ideologia do empreendedorismo defende que a geração de ocupação e renda depende primariamente da capacidade individual de cada um para identificar oportunidades e criar alternativas para geração de renda disputando espaço no mercado”. Além disso, ele também conclui o papel dela na formação dos jovens.

O empreendedorismo, nas últimas décadas, tem sido difundido em diversos espaços como uma suposta solução para o desemprego. Os trabalhadores de forma geral são bombardeados com notícias, propagandas, cursos e capacitações que os instigam a criar negócios próprios, desenvolver habilidades mais proativas, voltadas para o risco, ousadas e criativas, para se manter a par das novas demandas do mercado de trabalho. Esses discursos ideológicos, embora sejam dirigidos para todos os trabalhadores tem se voltado de forma especial para os jovens (Reis, 2019, p. 166).

Podemos mais uma vez nos valer de dados empíricos que corroboram nossa posição sobre o tema de como, além de não conseguir garantir a satisfação mínima das necessidades da imensa massa de trabalhadores e trabalhadoras jovens e, principalmente os negros, a ideologia do empreendedorismo ainda adensa e evidencia as contradições de classe, o pauperismo e a miséria da dependência.

Segundo uma pesquisa feita em parceria entre a Fundação Arymax, a B3 Social e o Instituto Veredas, o Brasil possui 38 milhões de trabalhadores informais. Esses trabalhadores, segundo os dados, estão dispostos em quatro categorias: informais de subsistência, informais com potencial produtivo, informais por opção e os formais frágeis. A somatória desse grupo apresenta uma totalidade onde todos possuem condições precárias de trabalho, renda imprevisível e sem qualquer garantia trabalhista. Essa soma é maior que a população do Canadá, país do centro do capital, para termos uma comparação. Além disso, os dados ficam ainda mais dramáticos levando em consideração que, segundo um levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV)⁴⁰, no Brasil vivem hoje 27 milhões de trabalhadores e trabalhadoras abaixo da linha da miséria e 12 milhões em total desemprego (Rodrigues, 2022).

Outros números conclusivos também são demonstrados pelo Atlas dos Pequenos Negócios do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Apesar de todo o material ser adaptado de forma a demonstrar os “privilégios” do empreendedorismo e de apontá-lo como a saída para as crises, os dados dizem outra coisa. Segundo o documento, a renda média individual do Microempreendedor Individual (MEI), gira em torno de R\$ 1.348,

⁴⁰ Não podemos deixar de notar, contudo, que a FGV é hoje um dos principais polos nacionais da pulverização da ideologia do empreendedorismo.

comparável ao salário mínimo, mas precarizado. Além disso, 78% deles não possui qualquer outra fonte de renda (SEBRAE, 2022a; SEBRAE, 2022b).

Com base nesses dados, o Estadão veicula uma matéria onde dá destaque para o fato de que, se no Brasil existia 29,8 milhões de “empreendedores”, desses, 90% não tinham nenhum funcionário e metade ganhava somente um salário mínimo (Siqueira, 2022).

Contrariando toda a própria estética de promoção do empreendedorismo, a conclusão dada pelo SEBRAE (2022, p. 8, grifo nosso) é de que,

. . . entre as variáveis associadas à informalidade estariam: níveis de renda mais baixos, menor carga de trabalho semanal e a presença de negócios sem lugar fixo, predominantemente nas ruas. Adicionalmente, entre os donos de negócio informais é marcante a participação de empreendedores com baixa escolaridade, pouco tempo de atuação na atividade, *negócios menores e/ou sem empregados, tocados por jovens* e pessoas que se auto declaram negras.

Tendo isso exposto, podemos agora nos voltar para as perguntas que fizemos. Qual a realidade do jovem trabalhador brasileiro? Por que ele escolheria se lançar ao trabalho em condições tão precárias? Se a cada ano 2 milhões de jovens brasileiros entram no mercado de trabalho, em quais condições eles o fazem? A resposta é na condição de uma

. . . crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural (Antunes & Alves, 2004, p. 339)

Se, como dissemos, alguns postos de trabalho na pirâmide do mercado de trabalho, são melhor remunerados e, portanto, reservados para aqueles profissionais ultraqualificados, é lógico que para o jovem proveniente da classe trabalhadora será necessário investir pesadamente na sua qualificação. Para estes jovens, essa necessidade é imperiosa na maioria dos casos. Com base nisso, o trabalho visa garantir a sua própria reprodução e, muitas vezes, começa na própria adolescência e culmina na responsabilidade de ser a única fonte de renda de toda uma família. Segundo Abrantes e Bulhões (2016), o jovem, ao entrar no mercado de trabalho, apresenta-se a esta realidade para servir de mão de obra em ritmos e modelos de exploração semelhantes ao de um adulto, mas com menor remuneração, sendo cindido do seu momento intelectual e da integração com outras necessidades sociais coletivas presentes nesta etapa do seu desenvolvimento, contrapondo isso, ele tem contato com a própria lógica neoliberal, a lógica de todos contra todos. Se o trabalho é a atividade fundante para esta idade, ele também se apresenta ao jovem pelo desemprego e pela precarização. “À situação de não

integração ao mundo do trabalho do jovem adulto está articulada a sua inclusão em trabalhos precarizados, fundando uma situação existencial marcada pela instabilidade e dependência” (Abrantes & Bulhões, 2016, p. 250). Ademais, valendo-se de Pereira (2019, p. 15), “. . . temos, a partir das definições aqui colocadas, uma compreensão de que a adolescência e a juventude são marcadas, no contexto brasileiro, pela falta da garantia de direitos, que vulnerabiliza o processo de desenvolvimento dos sujeitos”.

Com isso, esperamos ter conseguido, nesta seção, apresentar e articular bem as questões da realidade dependente latino-americana em diversos graus de abstração. Se, de um lado, abordamos por uma perspectiva histórica a questão da geopolítica e da imbricação entre economias nacionais distintas sob a sombra do imperialismo, buscamos de outro lado demonstrar quais fenômenos essa relação engendra e como eles se apresentam na vida do jovem trabalhador. Tendo isso sido concluído, podemos agora empreender uma compreensão sobre a dinâmica do desenvolvimento do jovem, buscando entender os elementos internos que compõem tal processo para que, então, ao fim desta pesquisa, possamos responder a sua questão elementar: quais as possíveis implicações do capitalismo dependente no desenvolvimento do psiquismo do jovem proveniente da classe trabalhadora, levando sempre em consideração a sua concreta situação social de desenvolvimento, no que tange à nova morfologia de trabalho?

4 O desenvolvimento do psiquismo e as particularidades da juventude

A unilateralidade e o equívoco do ponto de vista tradicional dos fatos que afetam o desenvolvimento das funções mentais superiores consistem principal e primariamente na incapacidade de abordar esses fatos como parte do desenvolvimento histórico, na limitação de considerá-los apenas processos e formações naturais, misturando e não distinguindo o processo natural do cultural, o essencial do histórico, o biológico do social na abordagem do desenvolvimento mental da criança; em síntese: uma compreensão básica incorreta sobre a natureza do fenômeno em estudo.
(Vigotski, 1931/2021a, pp. 2-3)

Sejamos resolutamente modernos. Se o real está em movimento, então que nosso pensamento também se ponha em movimento e seja pensamento desse movimento. Se o real é contraditório, então que o pensamento seja pensamento consciente da contradição.
(Lefebvre, 1991, p. 174)

O desenvolvimento humano tem sido objeto de estudo da psicologia por muito tempo e por diversas teorias diferentes. A despeito de todas as importantes contribuições para tal tema na história da psicologia, iremos, nesta pesquisa, focar principalmente nos autores Lev Vigotski (1896-1934), Alexei Leontiev (1903-1979) e Daniil Elkonin (1904-1984), além de alguns de seus continuadores. Partindo destes autores, concebemos o desenvolvimento humano pelos fundamentos da PHC, corrente da psicologia soviética que entende o desenvolvimento psíquico como resultado da apropriação de signos culturais, em outras palavras, um caráter iminente social do psiquismo. Como dito anteriormente, para essa corrente psicológica, o psiquismo humano *é* social, um contraste significativo de outras abordagens que entendem o psiquismo com tendo *uma camada* social e, muitas vezes, essa relação entre o social e o biológico não são de natureza dialética.

Nesta seção, objetivamos apresentar os fundamentos da PHC sobre o desenvolvimento do psiquismo assim como a periodização desse fenômeno em marcos gerais. Sobre a periodização, iremos traçar algumas sínteses sobre as idades até culminar na juventude, principal objeto de estudo dessa pesquisa. O estudo da juventude vem a ser, para nós, o principal ponto de concatenação das linhas gerais deste trabalho, o desenvolvimento humano e a organização do trabalho sob o capitalismo dependente.

Tendo o materialismo histórico-dialético como princípio metodológico, a PHC apresenta o homem como “. . . um ser social cujo desenvolvimento condiciona-se pela atividade que o vincula à natureza, um ser que a princípio não dispõe de propriedades que lhe assegurem, por si mesmas, a conquista daquilo que o caracteriza como ser humano (Martins, 2016, p.14). Em suas investigações sobre o comportamento humano, Vigotski (1931/2021a; 1927/2004b) percebeu que parte da psicologia de sua época tem como base de estudos o comportamento animal, partindo deste segundo para explicar o primeiro. Seguindo os pressupostos metodológicos de Marx e Engels⁴¹, Vigotski afirma que o mais simples não pode explicar o mais complexo, em outras palavras, devemos recorrer ao estudo do comportamento humano tomando o humano como a raiz deste estudo. Se, em última instância, podemos reduzir o comportamento animal ao estímulo-resposta, no homem temos um salto dialético que nos conduz a uma mudança qualitativa radical: a “. . . adaptação e desenvolvimento histórico do homem difere da adaptação e do desenvolvimento dos animais porque os processos de desenvolvimento mental do homem são parte de todo o processo histórico da humanidade” (Vigotski (1931/2021a p. 75). Partindo desta conclusão ele chega a uma outra, o próprio método de investigação empregado na psicologia até aquela época não era capaz de apreender a dinâmica histórica do psiquismo humano, sendo necessário, então, uma mudança no próprio método de investigação. “Estudar alguma coisa historicamente significa estudá-la em movimento. Esse é precisamente o requerimento básico do método dialético” (Vigotski, 1931/2021a, p. 83).

Durante todo o trabalho de Vigotski, podemos notar a ênfase sistemática do papel da cultura na criação de formas especiais de comportamento. Para Vigotski (1931/2021a), a cultura modifica o comportamento humano em sua totalidade, este ganha novos contornos conforme a criança vai sendo inserida em expressões culturais diferentes e mais complexas, criando novas superestruturas nos sistemas do comportamento humano. “No processo do desenvolvimento histórico, o homem social muda os métodos e os instrumentos de seu comportamento, transforma os instintos e as funções naturais, e desenvolve e cria novas formas de comportamento – especificamente culturais” (p. 35). Essa nova compreensão do comportamento humano é fundamental para entendermos o desenvolvimento infantil sem reducionismos biológicos e unilateralidades⁴², influentes na época de Vigotski e ainda

⁴¹ Vigotski cita em diversos escritos a famosa afirmação marxiana de que “a anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco. Por outro lado, os indícios de formas superiores nas espécies animais inferiores só podem ser compreendidos quando a própria forma superior já é conhecida”. (Marx, 2011, p. 58)

⁴² Dentro dessa perspectiva, que Vigotski (1934/2009, p.5) denominou de “decomposição das totalidades psicológicas complexas em elementos”, ocorre uma atomização dos elementos presentes no desenvolvimento

presentes. Como resultado dessa abordagem das funções mentais superiores, ocorria a descrição de fenômenos psicológicos complexos em detrimento de uma explicação genética desses. Deixa-se de explicar historicamente o processo de aparecimento e transformação dessas funções para se adotar análises superficiais, quantitativas, mecânicas e cronológicas do desenvolvimento com um enfoque naturalista, tendência também observada por Elkonin (2012).

Vigotski (1931/2021a) destaca que, tanto a psicologia subjetiva quanto a psicologia objetiva têm em comum a tendência de dar destaque aos processos naturais (de ordem puramente biológica) no estudo das funções psicológicas superiores, ou seja, reduzir processos complexos em elementares e ignorar as especificidades do desenvolvimento do comportamento cultural. Neste caso, estudavam a criança em abstrato, apartada do seu ambiente social e das relações ali presentes.

Diferentemente das funções mentais inferiores, conquistadas ao longo da história do desenvolvimento filogenético da espécie, as funções mentais superiores e, especificamente humanas, abrangem dois grupos *distintos*, mas intrinsecamente *relacionados*. Os primeiros “. . . são os processos de domínio dos instrumentos externos no desenvolvimento cultural e no pensamento: a linguagem, a escrita, a aritmética, o desenho” (Vigotski, 1931/2021a, p. 27). Já os segundos correspondem aos “. . . processos de desenvolvimento das funções mentais superiores especiais não delimitadas e não determinadas com nenhum grau de precisão e denominadas, na psicologia tradicional, de atenção voluntária, memória lógica, formação de conceitos etc.” (Vigotski, 1931/2021a, p. 27). Ambos, em conjunto, correspondem àquilo que chamamos de “. . . processo de desenvolvimento das formas superiores do comportamento infantil” (Vigotski, 1931/2021a, p. 27). Ele ainda pontua que essas duas linhas essencialmente distintas do desenvolvimento psicológico da criança devem ser sempre diferenciadas. A identificação que ambas são o mesmo fenômeno é a fonte dos principais equívocos da psicologia infantil.

Se deixarmos de lado o problema da ontogênese e do desenvolvimento, o comportamento de um adulto culto e moderno será o resultado de dois processos de desenvolvimento mental diferentes. Por um lado, está o processo de evolução biológica das espécies animais levando ao aparecimento da espécie *Homo sapiens*; por outro, está o processo de desenvolvimento histórico por meio do qual o homem primitivo, primordial, tornou-se culto. Ambos os processos – os

infantil, perde-se de vista a relação desses elementos, seus movimentos contraditórios, em síntese, perde-se a unicidade. Contrapondo esse método de análise, Vigotski sugere a uma decomposição dessa totalidade psicológica em *unidades*. “Subentendemos por unidade um produto da análise que, diferente dos elementos, possui todas as propriedades que são inerentes ao todo e, concomitantemente, são partes vivas e indecomponíveis dessa unidade” (p. 8).

desenvolvimentos biológico e cultural do comportamento – estão representados na filogênese separadamente como linhas independentes e autônomas de desenvolvimento, abrangendo os fundamentos de disciplinas mentais autônomas e separadas (Vigotski, 1931/2021a, p. 28).

A essência de toda dificuldade na compreensão do desenvolvimento das funções mentais superiores da criança reside no fato de que ambas as linhas se imbricam na ontogênese (Vigotski, 1931/2021a).

Segundo Tuleski e Eidt (2016), não é difícil compreender, a partir disto, o motivo de que Vigotski sempre retorna ao estudo da filogênese para elucidar o estudo da ontogênese. É sempre necessário partir de onde parou o desenvolvimento natural e começou o cultural para compreender o percurso do desenvolvimento histórico da humanidade, do homem primitivo ao cultural. Em outras palavras, é compreender o salto ontológico mediante o trabalho, fundamento do ser social. No que tange ao desenvolvimento, a tarefa da psicologia infantil é entendê-lo como um sistema de atividades síntese da simultaneidade dos órgãos naturais e artificiais, em unidade dialética. Mas qual a origem desses órgãos da cultura no sistema de atividade humano? A resposta já foi dada nesta pesquisa: o emprego de instrumentos. Da mesma forma que o uso de instrumentos foi essencial para o surgimento do homem moderno, é por meio desse tipo de atividade instrumental que ocorre a interiorização de novos comportamentos, socialmente mediados. Se o comportamento rudimentar dos animais é governado pelos seus instintos em resposta aos estímulos do meio, a atividade superior do homem cria um estímulo-signo artificial, mantendo a base geral do comportamento em ambos os casos, a *sinalização* (Vigotski, 1931/2021b).

Mas o comportamento humano se distingue exatamente porque ele cria um estímulo-signo artificial, em particular a grandiosa sinalização da fala, e desse modo controla a atividade de sinalização dos hemisférios cerebrais. Se a atividade básica e mais geral dos hemisférios cerebrais dos animais e do homem é a sinalização, então a atividade básica e mais geral do homem que o diferencia dos animais é em primeiro lugar, do ponto de vista da psicologia, a *significação*, isto é, a criação e a utilização de signos. Usamos essa palavra no seu sentido mais literal e com um significado preciso. Significação é a criação e o uso de signos, isto é, sinais artificiais (Vigotski, 1931/2021b, p. 107, grifo do autor).

Facci (2004) sinaliza que o estudo do desenvolvimento deve ser empreendido de forma a superar o idealismo. É imprescindível então estudar a afetividade e o intelecto em unidade, evitando abordar o desenvolvimento como um mero processo adaptativo da criança ao meio que a circunda. Superar esse idealismo, portanto, implica estudar a relação entre a criança e a sociedade a partir das necessidades dos homens. Recorremos a Vigotski (1931/2021b, p. 108), novamente, para depreendermos que

. . . cada estágio específico no controle das forças da natureza corresponde necessariamente a certo estágio no controle do comportamento, na sujeição dos processos mentais à vontade humana. A adaptação ativa do homem ao ambiente, a mudança da natureza pelo homem, não pode se basear na sinalização, refletindo passivamente as conexões naturais de todos os tipos de agente. Ela requer o encerramento ativo das conexões que não poderia ocorrer sob a condição de um tipo puramente natural de comportamento, isto é, do comportamento baseado na associação natural dos agentes. O homem introduz o estímulo artificial, atribui significação ao comportamento e, com os signos, atuando externamente, cria novas conexões no cérebro. Assumindo esse pressuposto, tentaremos introduzir em nossa pesquisa um novo princípio regulatório do comportamento, um novo conceito sobre os determinantes da reação humana que consiste no fato de que o homem cria as conexões no cérebro a partir do exterior, ele controla o cérebro e, através dele, seu próprio corpo.

Cabe a pergunta, como surgem novos comportamentos? A própria vida social cria a necessidade de o indivíduo adaptar-se, ativamente, às necessidades sociais. Além disso, também cria os sistemas de sinalização complexos, os meios de comunicação que irão regular e guiar o desenvolvimento de novas conexões cerebrais. Em última instância, não é natureza que deve ser considerada, em primeiro lugar, um fator determinante para o comportamento humano, mas sim, a sociedade. Aqui reside a ideia geral do desenvolvimento humano (Vigotski 1931/2021b).

Vigotski (1934/2009, p. 11) afirma que “. . . a função da linguagem é a comunicativa. A linguagem é, antes de tudo, um meio de comunicação social, enunciação e compreensão”. Ele também alega que a comunicação “. . . estabelecida com base em compreensão racional e na intenção de transmitir ideias e vivências, exige necessariamente um sistema de meios cujo protótipo foi, é e continuará sendo a linguagem humana, que surgiu da necessidade de comunicação no processo de trabalho” (p. 11). Podemos depreender com isso o caráter iminentemente ativo da linguagem e do seu papel de transmissão dos signos, fundamental então para aquisição de novos comportamentos. Assim, segundo Leontiev (2021), a linguagem cumpre o papel de transmissão, não apenas de instruções para o uso e fabrico de instrumentos de trabalho, mas, também, na criação de signos na história humana. Há, então, uma similaridade entre o signo e as ferramentas, em ambos os casos, cumpre-se uma função instrumental. Contudo, se no primeiro caso dirige-se para a conduta do próprio homem, seu processo psíquico ou até mesmo as outras pessoas, no segundo caso dirige-se a objetos na natureza, modificando-os em prol de suas necessidades.

Tendo isso exposto, aqui esclarecemos “. . . a lei principal de desenvolvimento das funções psíquicas superiores ou culturais, denominada lei da internalização, cujo fator determinante está posto nas relações sociais de produção” (Tuleski & Eidt, 2016, p. 44).

Podemos entender, com isso, como atividades antes externas, reguladas por signos externos, passam a ser internalizadas e a serem reguladas internamente por signos já internalizados. Agora, precisamos nos dedicar à compreensão da categoria de atividade, pois é a partir dela que poderemos entender a complexa relação da criança com o meio social em que ela vive.

4.1 A estrutura da atividade e o seu papel no desenvolvimento do psiquismo

Segundo Elkonin (2012), uma das principais descobertas da psicologia soviética nos anos 1930 foi a introdução da categoria de atividade para a pesquisa e compreensão do psiquismo humano. Por atividade, entendemos uma

. . . forma de relação viva através da qual se estabelece um vínculo real entre a pessoa e o mundo que a rodeia. Por meio da atividade o indivíduo atua sobre a natureza, sobre as coisas e sobre as pessoas. Na atividade, o indivíduo desenvolve e realiza suas propriedades internas, intervém como sujeito em relação às coisas e como personalidade em relação às pessoas. Por seu turno, ao experimentar as influências recíprocas, descobre assim as propriedades verdadeiras, objetivas e essenciais das pessoas, das coisas, da natureza e da sociedade (Petrovski, 1985, p. 142-143).

Neste sentido, podemos entender que a vida nada mais é que um sistema de atividades que se sucedem. “É na atividade que ocorre a transformação do objeto em sua forma subjetiva, em imagem; além disso, na atividade se realiza também a transformação da atividade em seus resultados positivos, em seus produtos” (Leontiev, 2021, p. 103). Como dito anteriormente, a atividade humana é, por essência, consciente e é justamente ela que determina, nas diversas esferas da sua manifestação, a “. . . formação de capacidades, motivos, finalidades, sentidos, sentimentos etc., enfim, engendra um conjunto de processos pelos quais o indivíduo adquire existência psicológica” (Martins, 2004, p. 84). As próprias funções psíquicas superiores se desenvolvem em função de atividades que as requeiram, como destaca Martins (2011). Essas funções só terão significativo desenvolvimento quando ocuparem lugar dentro da estrutura da atividade, isto é, de estarem presentes em um processo em que essa função seja necessária.

Leontiev (2017) escreve que não podemos tomar qualquer processo humano como uma atividade, pois para que o seja, é necessário que em sua relação com o mundo seja satisfeita uma necessidade especial. Para que um processo possa ser reconhecido como atividade ele deve ser “. . . caracterizado por aquilo a que o processo, como um todo, se dirige (seu objeto), coincidindo sempre com o objetivo que estimula o sujeito a executar esta atividade, isto é, o motivo” (p. 68). O objeto da atividade é justamente o seu motivo afetivo, podendo ele ser

material ou ideal, dado pela percepção ou existente apenas na imaginação, o que importa de fato é que, por trás dele, *sempre* há uma necessidade à qual ele sempre responde. Em última instância, o conceito de atividade está sempre relacionado ao conceito de motivo⁴³ (Leontiev, 2021).

Segundo Leontiev (2021) em relação à estrutura geral da atividade podemos apontar os componentes mais gerais desta como sendo um *ato* ou *ação*. Por ação, entendemos processos que estão subordinados a um objetivo consciente e em conexão com o motivo da relação da qual ele faz parte. Se o motivo está estritamente relacionado com a atividade, o objetivo é conexo ao conceito de ação. Objeto de uma ação é, simplesmente, o seu alvo reconhecido. “As ações que realizam a atividade são despertadas pelo motivo, mas são orientadas a um objetivo” (p. 124). A forma pela qual a atividade em geral se objetiva na realidade é por um conjunto de ações particulares. Na atividade de trabalho, por exemplo, só existe em *ações* de trabalho.

Isso pode ser expresso de outra forma: quando diante de nós se desenrola um processo concreto, externo ou interno, do ponto de vista de sua relação com o motivo, ele aparece como atividade da pessoa; quando está subordinado ao objetivo, ele aparece como ação ou conjunto, cadeia de ações (Leontiev, 2021, p. 125).

Ainda segundo Leontiev (2021), outro ponto importante sobre o estabelecimento de objetivos é o que concerne à sua concretização. A despeito de que na consciência do indivíduo o objetivo pode aparecer como algo abstrato, isolado de alguma situação objetiva, a ação não pode abstrair-se das condições objetivo-objetais. A ação, afora o seu aspecto intencional, o que será alcançado em determinada situação, também tem um caráter operacional, ou seja, de como isso será alcançado. Esse caráter operacional não é determinado pelo objetivo em si, mas pelas condições objetivo-objetais para que o mesmo seja alcançado. Se a ação que se realiza responde à uma tarefa, a tarefa é o objetivo dado em determinadas condições. “Por isso, a ação tem uma qualidade especial, que a ‘formula’ de modo especial, e justamente os modos pelos quais ela se realiza. Eu denomino *operações* os modos de realização” (p. 127, grifos do autor).

Se com frequência os termos ação e operação não se distinguem, faz-se necessário no contexto da análise psicológica da atividade, uma distinção: a ação está relacionada com objetivos, as operações com as condições. “Suponhamos que o objetivo permaneça o mesmo, mas as condições nas quais ele é dado se alterem: nesse caso, altera-se precisamente e apenas a composição operacional da ação” (Leontiev, 2021, p. 128). Complementarmente a isto,

⁴³ “Não existe atividade sem motivo; atividade ‘não motivada’ não é uma atividade desprovida de motivo, mas uma atividade com motivo subjetivo e objetivamente oculto” (Leontiev, 2021, p. 123).

conforme apontam Tuleski e Eidt (2016), uma determinada ação pode ser empreendida por meio de várias operações distintas, ou seja, várias formas diferentes. Não obstante, segundo as autoras, uma ação também pode vir a se converter em operação e o inverso também. Se na prática de uma ação a sua estrutura for radicalmente alterada e aquele ato passe a ser objetivado sem mediação consciente, ele se torna uma operação. Já “. . . a operação converte-se em ação quando determinados comportamentos, que antes eram realizados pela criança sem intencionalidade ou consciência, mas com mediação dos adultos, sofrem mudanças em suas características” (p. 48). O que antes era uma ação irrefletida, agora passa a ser intencional, o que era mecânico agora é ação.

Há, porém, uma outra relação de conversão, agora entre atividade e ação em que, dentro de dada dinâmica em que o motivo da atividade seja substituído pelo objeto da ação, essa pode tomar a forma de uma atividade. É exatamente dentro desse movimento que surgem novas atividades e relações com o mundo dentro do sistema de atividades do indivíduo (Leontiev, 2017, 2021). “Esse processo é precisamente a base psicológica concreta sobre a qual ocorrem mudanças na atividade principal e, conseqüentemente, as transições de um estágio do desenvolvimento para o outro.” (Leontiev, 2017, p. 69).

Para explicar esse mecanismo psicológico, é necessário, primeiro, entendermos o processo de criação de motivos. Podemos afirmar que, segundo Leontiev (2017), existem dois tipos de motivos. Os motivos *apenas compreensíveis* e os motivos *realmente eficazes*. A partir disto, podemos dizer que apenas “. . . motivos compreensíveis tornam-se eficazes em certas condições, e é assim que os novos motivos surgem e, por conseguinte, novos tipos de atividade” (p. 70). E como ocorre essa transformação?

É uma questão de o resultado da ação ser mais significativo, em certas condições, que o motivo que realmente a induziu. A criança começa fazendo conscienciosamente suas lições de casa porque ela quer sair rapidamente para brincar. No fim, isto leva a muito mais; ela não apenas obterá a oportunidade de brincar, mas também a de obter uma boa nota. Ocorre uma nova objetivação de suas necessidades, o que significa que elas são compreendidas em um nível mais alto (Leontiev, 2017, pp. 70-71).

Em vista disto, motivos realmente eficazes se apresentam como mais constantes e duram mais tempo, não dependendo de situações imediatas e causais. “Quando ambos os motivos atuam simultaneamente, formam uma espécie de sistema único no qual cada um deles tem um papel: os motivos realmente eficazes dão . . . um sentido determinado, enquanto os motivos apenas compreensíveis estimulam a ação imediata” (Tuleski & Eidt, 2016, p. 49). As autoras ainda seguem dizendo que a compreensão desta natureza dinâmica da atividade e do modo

como ocorrem essas conversões entre esses elementos de sua estrutura é de fundamental importância para a psicologia que estuda o desenvolvimento. Se, como dissemos, é por intermédio da atividade que o homem atua em relação com a realidade que o circunda, então, com essa compreensão do seu dinamismo, podemos apreender que não há uma única forma de relação, mas que, em cada momento da vida do homem, esta relação é particular e irrepetível.

Segundo Leontiev (2017), durante o desenvolvimento de uma criança o lugar que ela ocupa nos sistemas de relações humanas se altera devido a condições objetivas e influências concretas de sua vida. Verifica-se, em decorrência dessas mudanças, que impulsionam o surgimento de novas atividades e, em função disto, mudanças qualitativas em seu psiquismo. Essas mudanças qualitativas, para serem melhor apreendidas, são organizadas em estágios em face da própria configuração interna do desenvolvimento. Essa periodização do desenvolvimento deve ter como seu fundamento, então, não as características externas, fenotípicas, mas sim buscar na sua própria essência interna. Para Vigotski

. . . a verdadeira tarefa é investigar o que se esconde por trás desses indícios [externos], o que os condiciona, ou seja, o próprio processo de desenvolvimento infantil com suas leis internas. Em relação ao problema da periodização do desenvolvimento infantil, isso significa que devemos abandonar todas as tentativas de classificar as idades por sintomas [externos] e passar, como fizeram outras ciências em seu tempo, a uma periodização baseada na essência interna do desenvolvimento (Vygotski, 1934/2006, p. 253).

Se devemos buscar a essência do desenvolvimento em suas mudanças internas, são nestas mudanças que podemos ter uma base sólida para determinar os principais períodos da formação da personalidade, chamamos esses períodos de idades.

Essas mudanças no psiquismo da criança durante o seu desenvolvimento e que tomam a forma de períodos são decorrentes das transformações de sua atividade dominante, também chamada de atividade guia ou principal. A vida, segundo Leontiev (1959/2004, 2017), não pode ser considerada meramente uma soma de diferentes atividades. Alguns tipos são mais dominantes em determinada época ou situação social em que a criança está inserida. Essas atividades que se destacam do conjunto das outras têm, particularmente, maior importância no ulterior desenvolvimento da personalidade. Esta atividade não é aquela que aparece mais vezes em determinada etapa do desenvolvimento ou à qual a criança dispõe maior parte do seu tempo. Mas sim, aquela “. . . cujo desenvolvimento condiciona as principais mudanças nos processos psíquicos da criança e as particularidades psicológicas da sua personalidade num dado estágio do seu desenvolvimento” (p. 312). Em outros termos, ela precisa comportar três características: 1) é aquela sob a qual aparecem no interior de sua própria estrutura novos tipos de atividades;

2) na qual se formam e se diferenciam novos processos psíquicos particulares (neoformações), contudo, não necessariamente que todos os novos processos psíquicos são engendrados pela atividade dominante, mas sim por outras atividades geneticamente ligadas à ela; 3) é aquela de que dependem mais especificamente as mudanças psicológicas basilares da personalidade .

Elkonin (2012) elenca as atividades principais de cada um dos períodos, além disso, ele também hipotetiza que, analisando os diversos estudos sobre o tema, podemos ter em um plano mais geral, dois grandes grupos de atividade que se intercalam. O primeiro grupo seria daquelas atividades de “. . . orientação intensiva nos sentidos fundamentais da atividade humana e pela aquisição dos objetivos, motivos, e normas de relação humanas, isto é, atividades pertinentes ao sistema de ‘criança-adulto social⁴⁴’” (p. 167). Já o segundo grupo corresponde àquelas “. . . atividades com as quais a criança adquire ambos, modos de ação com objetos socialmente desenvolvidos e os padrões que distinguem os vários aspectos desses objetos, ou seja, essas são atividades no sistema ‘criança-objeto social⁴⁵’” (p. 167). Destarte, podemos obter a seguinte série: primeiro ano de vida: comunicação emocional direta (1º grupo); primeira infância: atividade objetual manipulatória (2º grupo); idade pré-escolar: jogo de papéis (1º grupo); idade escolar: atividade de estudo (2º grupo); adolescência inicial: comunicação íntima pessoal (1º grupo); adolescência: atividade profissional de estudo (2º grupo).

Segundo Facci (2004), a etapa final do desenvolvimento termina somente quando o indivíduo se torna um trabalhador, assumindo um novo papel na sociedade.

Se até aqui temos a organização da periodização do desenvolvimento infantil, como ocorre a passagem de uma etapa para outra? Veremos agora como se dão as mudanças na hierarquia das atividades durante o desenvolvimento do psiquismo, assim como abordaremos os conceitos de situação social de desenvolvimento e neoformação.

4.2 O processo de transição entre as atividades dominantes

Para entendermos como ocorre o processo de transição em cada período do desenvolvimento é necessário apreender o desenvolvimento em sua historicidade e

⁴⁴ Sistema de atividade no qual, na relação entre criança e adultos, este segundo parece como um “balizador de certos tipos de atividade . . . como o realizador de certas tarefas”. (Elkonin, 2012, p. 161). É justamente neste sistema que ocorre a apropriação pela criança da “necessidade de um processo especial de aprender os objetivos e motivos da atividade humana e as normas das relações humanas às quais as pessoas se conformam enquanto agem” (p. 161).

⁴⁵ Sistema de atividade no qual, na relação entre criança e objeto, por mediação com um adulto, são apropriados “modos de ação socialmente desenvolvidos com esses objetos não são dados imediatamente como propriedades físicas dos objetos” (Elkonin, 2012, p. 160)

contradições. Tendo isto em vista, devemos entendê-lo não como um processo linear ou evolutivo, mas sim, revolucionário. O primeiro passo para isso é elucidarmos um conceito fundamental para esta pesquisa. É justamente nele que podemos fazer as sínteses complexas do nosso objetivo. Portanto, começaremos pela situação social de desenvolvimento.

Vigotski (Vygotski, 1934/2006) indica que no estudo do desenvolvimento humano não podemos recorrer a uma importação mecânica do conceito de meio/ambiente da mesma forma que ele é empregado na biologia quando esta trata da evolução dos animais. Essa confusão foi, por muito tempo, um grande problema para a psicologia infantil. Nesta abordagem do conceito, ele assume uma relação de dualidade, acaba por ter um caráter externo ao indivíduo, sendo “. . . um conjunto de condições objetivas, independentes, sem relação com ele, a não ser pelo simples fato de que sua existência tem influência sobre a criança” (p. 264). Vigotski propõe então o conceito de *situação social de desenvolvimento*.

A situação social de desenvolvimento é o ponto de partida para todas as mudanças dinâmicas que ocorrem no desenvolvimento durante o período de cada idade. *Ela determina plena e completamente as formas e a trajetória que permitem à criança adquirir novas propriedades de personalidade, pois a realidade social é a verdadeira fonte do desenvolvimento, a possibilidade de o social tornar-se individual.* Portanto, a primeira questão que devemos resolver, ao estudar a dinâmica de qualquer idade, é esclarecer a situação social do desenvolvimento (Vygotski, 1934/2006, p. 264, grifo nosso).

Esta proposição é, por sua vez, essencial, como também aponta Elkonin (2012). Buscarmos na dinâmica social a gênese do desenvolvimento é fundamental para superarmos qualquer noção naturalista do desenvolvimento. Como exemplo, ele cita a situação que em determinadas sociedades a própria atividade de jogo de papéis inexistente, e o seu próprio surgimento no processo de desenvolvimento é condicionado pelo nível de desenvolvimento de cada sociedade bem como o papel que a criança desempenha nela. Podemos ver com base em materiais antropológicos e etnológicos que, em eras primevas, a criança tinha uma ligação com a sociedade direta e imediata e constituía, ainda, uma parte orgânica das forças produtivas, tendo sua participação limitada apenas pelas suas capacidades físicas. Com os meios de produção atingindo novos patamares tecnológicos e as próprias relações sociais se complexificando, a relação entre criança e sociedade passou a ser mediada pela educação e normas de criação. Esse é o grau de influência que determinada situação social desempenha no desenvolvimento humano.

A situação social de desenvolvimento é o que regula todo o modo de vida do indivíduo e a sua existência social, mas esta, contudo, só é determinada pelas relações entre o sujeito e o

meio que o cerca, ou seja, não é uma relação passiva entre os polos. A própria relação entre indivíduo e meio passa a ser modificada ao passo que vão surgindo neoformações na estrutura de sua consciência. Ao término de determinado período do desenvolvimento a própria criança é totalmente diferente do que era no seu início e, após essa mudança radical da própria personalidade, a situação social de desenvolvimento também se reestrutura (Vygotski, 1934/2006). Se partimos do fato de que, em cada período do desenvolvimento há uma atividade dominante na qual se formam e se diferenciam novos processos psíquicos particulares (neoformações) e do qual dependem mais especificamente as mudanças psicológicas basilares da personalidade, podemos compreender porque ocorrem essas reestruturações da personalidade e, concomitantemente, da situação social de desenvolvimento.

Isto exposto, buscaremos agora tratar de como é impossível compreender a totalidade complexa da periodização e da constituição das atividades dominantes se não apreendermos que estas são produto e, ao mesmo tempo, processo “. . . entre o alcançado pela criança em cada etapa e sua situação social de desenvolvimento” (Tuleski & Eidt, 2016, p. 52). Segundo Vygotski, (1934/2006), neste sentido, em cada período da idade não ocorre o desenvolvimento de aspectos isolados da personalidade da criança, esta modifica-se em sua estrutura interna como um todo engendrada pelas leis que regulam este todo e determinam o papel de cada uma das partes. Consequentemente, em cada período do desenvolvimento temos uma formação central, uma *neoformação*. Vygotski (1934/2006, pp. 254-255) esclarece o conceito.

Entendemos por neoformações o novo tipo de estrutura da personalidade e de sua atividade, as mudanças psíquicas e sociais que se produzem pela primeira vez em cada idade e determinam, no aspecto mais importante e fundamental, a consciência da criança, sua relação com o meio, sua vida interna e externa, todo o curso de seu desenvolvimento em um período dado.

Para Tuleski e Eidt (2016) as neoformações ou sínteses complexas das funções psíquicas são uma estrutura que emerge da própria situação social de desenvolvimento na qual a criança está inserida e, por conseguinte, exige da criança determinadas reações. Essas exigências colocam em movimento funções psíquicas que ainda não estão completamente desenvolvidas e, uma vez mobilizadas, precisam atender às exigências sociais do meio. “Nesse processo se produz e modifica-se a atividade infantil, que reconfigura em novos patamares as funções psíquicas, instituindo formas cada vez mais independentes entre elas” (p. 54). Deste modo, ocorrem períodos de viragem no processo de desenvolvimento. Há, então, um cenário no qual os ganhos no comportamento da criança, provenientes dessas funções que foram mobilizadas para atender àquela situação social de desenvolvimento, exigirão mudanças na

própria situação social de desenvolvimento para acompanhar esta nova criança (Vygotski, 1934/2006). É justamente aqui que está o cerne do processo de transição entre atividades dominantes.

De acordo com Leontiev (2017), a criança começa a se dar conta de que, em determinados momentos do seu desenvolvimento, o lugar que ela está ocupando na totalidade das relações humanas não corresponde às suas capacidades já conquistadas. Surge, então, “. . . uma contradição explícita entre o modo de vida da criança e suas potencialidades, as quais já superaram este modo de vida. De acordo com isso, sua atividade é reorganizada e ela passa, assim, a um novo estágio no desenvolvimento” (p. 66). Neste contexto, a atividade que antes era dominante e que se traduzia como a principal forma de desenvolvimento (mas não a única) começa a perder sentido na medida em que as capacidades da criança aumentam. Essa autoafirmação da criança que começa a considerar as atividades de crianças mais velhas cada vez mais interessantes implica que, frequentemente, seu comportamento assume formas que infringem a disciplina. Neste momento ocorrem as crises do desenvolvimento, conceito que abordaremos de forma mais detalhada posteriormente.

Ainda segundo Leontiev (2017), a própria mudança do tipo da atividade principal e a transição entre os estágios de desenvolvimento da criança de um para outro são expressão de uma necessidade interior nova, e ocorre engendrada por uma situação social de desenvolvimento que põe novas tarefas correspondentes às suas potencialidades em transformação. Ademais, essa transição para uma nova atividade não pode ser confundida com a transição entre os motivos compreensíveis e os realmente eficazes. Neste novo tipo de transição, caracteriza-se na situação em que “. . . o lugar que a criança pode ocupar apenas no próximo e mais elevado estágio de desenvolvimento, em vez do lugar que ela realmente ocupa na esfera de relações” (p. 71). Em resumo, a atividade que antes desempenhava o papel principal começa a se desprender e assumir um papel secundário, mas nunca deixando de existir. A nova atividade principal irá, portanto, assumir o papel de destaque no sistema de atividades e com isso, irá inaugurar uma nova etapa do desenvolvimento. A reestruturação da situação social de desenvolvimento constituirá, também, o conteúdo principal das idades críticas.

Ainda sobre a transição entre períodos, Facci (2004, p. 73) afirma que “. . . a transição de uma etapa de desenvolvimento infantil para outra é caracterizada por crises. Estas surgem no limite entre duas idades e assinalam o fim de uma etapa precedente de desenvolvimento e o começo da seguinte”. Podemos notar, então, que em determinados períodos ocorrem mudanças mais lentas e graduais, quase imperceptíveis, que vão se acumulando até certo limite e manifestam-se, posteriormente, como uma formação qualitativamente nova, enquanto que, ao

fim de uma idade estável, podemos verificar claramente enormes mudanças e rupturas. Estes períodos críticos são acompanhados por episódios mais ou menos agudos de conflitos da criança com as pessoas a sua volta. Além disso, podemos notar que ocorre uma dificuldade de educar a criança pois o sistema pedagógico utilizado não consegue acompanhar as rápidas mudanças na sua personalidade (Vygotski, 1934/2006).

O processo de desenvolvimento encerra em seu interior não apenas a criação, mas a extinção e a redução. Neste sentido, a extinção do velho se concentra nas idades críticas, mas não que não haja momentos criadores. Para Vygotski (1934/2006, p. 259), “. . . o nascimento do novo no desenvolvimento significa irremediavelmente a desaparecimento do velho. A passagem a uma nova idade culmina sempre com o ocaso da anterior”. Além disso, ele complementa dizendo que “. . . o desenvolvimento não interrompe jamais sua obra criadora e até nos momentos críticos se produzem processos construtivos” (p. 259).

Leontiev (2017) também corrobora a perspectiva de que as crises estão sempre associadas às mudanças de estágios do desenvolvimento, sendo sempre momentos de saltos qualitativos, afirmando também, que elas indicam que essas transições possuem uma necessidade interior própria. Todavia, ele pondera que “. . . não são as crises que são inevitáveis, mas o momento crítico, a ruptura, as mudanças qualitativas no desenvolvimento (p. 67). A crise seria, então, a prova de que o momento crítico ou uma mudança não aconteceu no momento correto, sendo assim, não ocorreriam crises caso o desenvolvimento seja racionalmente controlado e não tome forma espontaneamente.

Com base em tudo que foi exposto Vygotski (1934/2006) propõe, então, uma periodização das etapas do desenvolvimento psicológico, constituída pelas seguintes idades com a alternância entre os períodos estáveis e os críticos: crise pós-natal; primeiro ano de vida (2 meses a 1 ano); crise do 1º ano; primeira infância (1 ano a 3 anos); crise dos três anos; idade pré-escolar (3 anos a 7 anos); crise dos sete anos; idade escolar (8 anos a 12 anos); crise dos 13 anos; puberdade (14 anos a 18 anos); e crise dos 17 anos.

A divisão proposta por Vigotski não pode ser entendida por critérios cronológicos inflexíveis. Devemos nos ater sempre a relação entre a situação social de desenvolvimento “. . . que coloca a criança em atividade e as transformações alcançadas que geram as neoformações, considerando as características culturais e de classe social e demais especificidades” (Tuleski & Eidt, 2016, p. 55). Em síntese, como apontam as autoras, podemos estabelecer três teses sobre a caracterização da configuração interna do processo de desenvolvimento ou estrutura da idade em cada período da infância. É justamente por essa concepção de desenvolvimento que

podemos entender a dinamicidade do desenvolvimento infantil e entende-la como uma unidade entre o indivíduo e a sociedade, fundamental para explicar os períodos de crise.

A primeira tese consiste no fato de que, apesar de toda a complexidade do processo de desenvolvimento em cada uma das idades, de sua multiplicidade e dos processos parciais que o integram, este constitui um todo único e com estrutura determinada. “As leis que regem a formação deste todo ou as leis estruturais de cada idade determinam a estrutura e o curso de cada processo do desenvolvimento em particular que formam parte do todo” (Vygotski, 1934/2006, p. 262). Chama-se essas estruturas de formações globais. Estas não são compostas pela soma de todas as partes isoladas, mas sim por si mesmas que determinam todas as outras. Sendo assim, em cada etapa teremos uma formação global que irá guiar os processos de todas as outras funções e, portanto, toda a personalidade. A segunda tese está baseada em que esta nova formação não é estática ou imutável, mas sim que está presente na relação dinâmica entre a personalidade da criança e o seu meio social, ou seja, está fundada em sua situação social de desenvolvimento (Tuleski & Eidt, 2016). Já a terceira tese concerne em averiguar como influi a estrutura modificada da consciência da criança na reconstrução de sua vida, já que a criança que modificou sua personalidade já é outra criança, sua existência social se diferencia essencialmente de crianças de menor idade. Em outras palavras, se há uma modificação radical da criança, é natural que ocorra uma modificação radical de todo seu sistema de relação com o mundo à sua volta, devendo ocorrer, portanto, uma desintegração da sua situação social de desenvolvimento e a constituição de uma nova, sendo essa, o conteúdo das idades críticas.

Até aqui tivemos um quadro geral do desenvolvimento do psiquismo. Abordamos seus principais conceitos e categorias e buscamos apresentar a dialética do desenvolvimento bem como a sua natureza social. Com isso, podemos ir para a próxima etapa. Devido ao caráter desta pesquisa, não nos deteremos sobre cada um dos períodos do desenvolvimento. Iremos, portanto, abordar de forma mais sistemática a juventude, esta sim, nosso objeto central.

4.3 Juventude e trabalho

Nesta subseção iremos abordar o período do desenvolvimento humano chamado de juventude, que é o período inicial da idade adulta. Como vimos, a atividade dominante encontra-se em unidade dialética com um conjunto de outras atividades que compõem um todo dinâmico e a predominância de algumas delas em determinada idade não elide as mediações das outras. Esta constatação dialética do sistema de atividade se torna cada vez mais

fundamental para a análise psicológica à medida que a situação social de desenvolvimento se complexifica dentro da totalidade das relações engendradas pelo gênero humano (Tolstij, 1989).

No caso do jovem adulto, Abrantes e Bulhões (2016, p. 242) afirmam que, com “. . . as multideterminações e o intricado de experiências de que participam os indivíduos, fica cada vez mais fugidia e problemática a identificação de uma atividade dominantes que oriente o desenvolvimento psíquico”. Partindo disto, podemos notar a dificuldade em se estabelecer o período da juventude e principalmente a sua distinção da adolescência. Essa opinião também é compartilhada por Pereira (2019), que explica que adolescência e juventude são dois termos que, cotidianamente, são usados para se referirem a um mesmo período que corresponde a etapa intermediária entre a infância e a idade adulta.

Contudo, se queremos realmente apreender a atitude da juventude perante o mundo, devemos nos ater em sua relação com o trabalho, ou seja, “. . . sua luta por autonomia e pela possibilidade de realização de uma atividade socialmente produtiva” (Abrantes & Bulhões, 2016, p. 242). Neste sentido, para identificarmos a atividade dominante que possibilite ao jovem uma práxis⁴⁶ consciente, “. . . é pressupor a unidade contraditória entre a *atividade de estudo profissionalizante* e a *atividade produtiva*, destacando que a predominância de uma delas ocorre pela determinação da posição que o jovem ocupa em relação aos meios de produção” (p. 242, grifos dos autores).

Ao se tomar como princípio orientador da atividade humana todo o seu aspecto teleológico, como abordado durante toda esta pesquisa, podemos compreender que o desenvolvimento do indivíduo adulto implica a superação da consciência em si, da prática utilitária, para uma práxis consciente de mundo. Isso pressupõe, contudo, a apropriação pelo sujeito de sistemas conceituais, teóricos, um posicionamento político em relação ao mundo, bem como ter relativa consciência das consequências de seus atos e interpretações de contradições. Em síntese, “. . . o jovem, ao projetar seu futuro no mundo e nele agir, realiza um ato político de objetivação da realidade, mas, no entanto, não necessariamente ele tem consciência de si”. (Abrantes & Bulhões, 2016, p. 245).

Assim como os conceitos, a própria juventude é transformada no movimento da realidade. Sendo assim, o conceito de juventude não tem um significado universalmente determinado. Se, por um lado, as vezes ela aparece como um grupo social com características intrínsecas, sob uma determinação biologicista, com destaque para questões hormonais, por outro lado é vista como um conceito-processo, em movimento constante (Trancoso & Oliveira,

⁴⁶ De forma geral, tomada aqui no mesmo sentido de atividade.

2014). Os autores alertam que apesar da polissemia da compreensão da juventude, a necessidade de os “. . . jovens possuírem, como qualquer outro grupo social, biografias originais não retira a necessidade de estarem inseridos em processos de socialização que possibilitem se tornarem sujeitos, o que implica a capacidade de articular um projeto de vida” (p. 145). Neste ponto, a transmissão geracional se faz importantíssima, pois somente os grupos juvenis não são um espaço suficiente para a completa vivência da vida pública.

A própria juventude, assim como a infância, não é um fenômeno perene. Ela é determinada pelo desenvolvimento da sociedade e sob as condições de produções por ela gerada.

A juventude (isto é, a continuação do crescimento depois da puberdade) não é, de forma alguma, uma característica humana universal: no caso das nações ou grupos sociais vivendo sob condições desfavoráveis, o crescimento e o desenvolvimento cessam na puberdade. Assim, a juventude não tem sido um fenômeno eterno; antes, ela se constitui numa aquisição tardia da humanidade – na verdade, uma que surge quase exclusivamente com a época histórica (Blonsky, 1934, p. 326 citado por Elkonin, 2012, p. 152).

Com isso, já podemos depreender um fato incontestável. A juventude não é um período determinantemente biológico, mas sim, cultural. Logo, para a sua identificação dentro da periodização do desenvolvimento, não podemos recorrer a marcadores biológicos, mas sim à sua situação social de desenvolvimento. Dentro dessa perspectiva histórica, a própria juventude já foi vista, no século XX, como a vanguarda da “revolução dos costumes” (Netto, 2022). Já foi encarada como a encarnação da perfeição humana no que tange ao desenvolvimento da tecnologia e na explosão da era informacional, devido a sua plasticidade e a capacidade de adaptar-se às inovações diárias (Tolstij, 1989).

De acordo com Trancoso e Oliveira (2014), a juventude não pode ser considerada a mesma coisa que a adolescência. A juventude, mais especificamente, é o momento em que se inaugura o envolvimento do sujeito em questões sociais e políticas da sociedade, já encaminhando-se para a fase adulta, de fato. Contudo, esses dois períodos, adolescência e juventude, se imbricam em pelo menos um momento, a parte final da primeira e o começo da segunda. Essa afirmação é corroborada por Tolstij (1989) que introduz um novo conceito para delimitar esta transição: a fase juvenil, entendida como a segunda fase do trânsito de desenvolvimento da personalidade entre a infância e a juventude. Se na adolescência a primeira fase de transição tende claramente mais para a infância (mas não só), a fase juvenil, segunda fase da transição, está mais próxima da juventude. Desta forma, temos a hierarquia desses

períodos como a) infância; b) adolescência (primeira fase de transição); c) fase juvenil (segunda fase de transição) e, por fim, d) a juventude.

Acreditamos que a linha que separa a adolescência da fase juvenil seja de uma forma ou de outra o início da vida autônoma . . . pois essas mudanças na vida do indivíduo exercem influência decisiva em toda a estrutura da personalidade, em sua autoconsciência (Tolstij, 1989, p. 155).

O autor ainda pontua que, enquanto o adolescente vivencia mais da vida escolar, o jovem já dirige mais de suas atividades para afazeres da vida adulta, como o trabalho, os direitos eleitorais e etc. Contudo, na sociedade capitalista essas imbricações podem assumir contornos ainda mais nublados. Como afirmam Leal e Mascagna (2016, p. 224), “. . . na sociedade contemporânea, a adolescência é percebida como um período entre a infância e a idade adulta”. Deste modo, o marco fundamental deste período é a escolha da profissão, pois implica na perspectiva de futuro e realização pessoal. Este processo de escolha se dá de diferentes formas, a depender das condições materiais que o adolescente tem acesso, *bem como a classe social no qual está inserido*. Para Leal e Mascagna (2016, p. 255), “. . . se o adolescente pertence às camadas populares, a ele a entrada no mundo de trabalho pode acontecer ainda bastante cedo”. Isso significa que também há a possibilidade de que essa atividade ocorra em paralelo aos estudos *ou até mesmo substituindo-o*. Já nas camadas mais abastadas da sociedade, a entrada no mercado de trabalho pode vir apenas a se realizar após um longo período de preparo. Sendo assim, pode-se dizer até que, devido à situação social de desenvolvimento em que este se encontra, há um prolongamento da adolescência para as classes mais altas, enquanto que para a classe trabalhadora há uma entrada precoce no mercado de trabalho.

Essa dificuldade de distinção perpassa inclusive a legislação brasileira. Segundo a Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), considera-se adolescente a pessoa entre 12 e 18 anos de idade, enquanto que na Política Nacional da Juventude (CONJUVE, 2006) a pessoa jovem tem entre 15 e 24 ou 29 anos. Dito isso, fica evidente a complexidade sobre a discussão a respeito da demarcação do fim da adolescência e do início da juventude. Isso não significa, contudo, que devemos abandonar uma categorização concisa do tema. É fundamental a apreensão desses momentos do desenvolvimento qualitativamente distintos para que se tenha o estabelecimento de um *ethos* de grupo, o reconhecimento de diferenças geracionais e a definição de expectativas com um certo grau de padronização (Trancoso & Oliveira, 2014). Segundo Abrantes e Bulhões (2016), da mesma forma que a periodização do desenvolvimento não pode ser entendida como uma sucessão de idades definidas por elementos biológicos, “. . . também não é possível desconsiderar a questão das idades quando se trata de pensar os

momentos do desenvolvimento individual” (p. 246). A idade é, então, o que pode nos oferecer a evidência empírica *inicial* para a análise das relações da pessoa com o mundo. Na análise psicológica das idades, portanto, partimos do imediato, a idade cronológica e, pelo movimento do pensamento, tendo como orientação a superação da forma aparente, podemos chegar na essência da idade.

Assim, para efeitos desta reflexão, consideramos a juventude associada ao início da idade adulta, não se confundindo com o momento da adolescência. Portanto iremos trabalhar com o conceito de época adulta que comporta o período da juventude inicial, e para isso buscamos apoio para demarcar esse período no ECA, que delimita a adolescência até a maioridade legal de 18 anos (Abrantes & Bulhões, 2016, p. 246).

Abrantes e Bulhões (2016) tomam como base a hipótese de periodização de Elkonin (2012) em que o autor separa a adolescência em dois períodos: o inicial, entre 10 e 14 anos, e o da adolescência propriamente dita, entre 14 e 18 anos. Neste sentido, também tomaremos o período da juventude como correspondente à faixa etária entre 18 e 24 anos. Nesta idade é quando, de forma geral, o indivíduo entra em uma fase de formação profissional, seja exercendo diretamente uma atividade produtiva ou em uma instituição educativa, o que irá depender de sua situação concreta. Segundo Tolstij (1989, p. 173), “. . . na juventude a estrutura da atividade humana torna-se muito complicada, adquire muitos níveis e aspectos e, o que é essencial, varia substancialmente em função da situação social concreta de desenvolvimento da personalidade”.

Sendo assim, tão importante quanto a idade, devemos compreender a própria atividade do jovem perante o mundo e suas possibilidades de se desenvolver estão relacionadas à “. . . sua relação com o trabalho, ou seja, sua luta por autonomia e pela possibilidade de realização de uma atividade socialmente produtiva” (Abrantes & Bulhões, 2016, p. 247).

Nas classes populares a autonomia do jovem acaba por entrar em contato com a sua necessidade no mercado de trabalho. Como falamos previamente, para o jovem trabalhador o mercado de trabalho passa a ser sua principal fonte de subsistência, além de ser pela venda de sua força de trabalho que consegue ter qualquer condição de se profissionalizar. O trabalho é sua principal forma de reprodução e, em muitos casos, de compor a renda de toda uma família ou até ser a única renda. Para outros, todavia, abre-se a oportunidade de sistematizar os seus estudos profissionalizantes, qualificar e almejar, futuramente, vagas de trabalho ultraqualificados em setores da economia mais seletos, ou seja, estará mais voltado para a atividade de estudos e não ao trabalho imediatamente. Temos aqui, então, que a atividade dominante da juventude se constitui em uma unidade contraditória entre a atividade de estudo profissionalizante e a atividade produtiva. A predominância de uma sobre a outra é baseada na

posição que determinado jovem tem em relação aos meios de produção (Abrantes & Bulhões, 2016). Nesta pesquisa, temos como recorte o jovem da classe trabalhadora, então procuraremos nos focar mais na sua relação com o trabalho imediato.

O trabalho é uma atividade, mas nem toda atividade humana pode ser reduzida ao trabalho. Podemos evidenciar essa assertiva ao retomarmos, por exemplo, nas atividades dominantes em períodos do desenvolvimento mais primários. Não podemos equalizar a atividade de estudo no período da idade escolar com o trabalho de um mineiro, por exemplo. Em ambos os casos, há uma relação ativa com a realidade, em ambos os casos ocorre o desenvolvimento da personalidade mediante o emprego de instrumentos e signos, ocorre a apropriação de saberes e de relações sociais, mas não podem nos reduzir ao mesmo fenômeno. Para Martins e Eidt (2010), apesar de não serem sinônimos, não podem ser objetivamente apreendidos senão pela unidade interna essencial que estabelecem entre si. “A atividade humana engendra o trabalho que, por sua vez, transforma-a historicamente” (p. 681). Mas por que essa distinção é tão importante agora? Como lembram as autoras, é justamente na idade adulta, da qual a juventude faz parte, que ambas as categorias se interseccionam. Por uma questão lógica, podemos apenas fazer notar que, se ambas as categorias fossem a mesma, não poderia ter nenhum tipo de relação entre elas.

Tendo isto como sendo o núcleo central deste período conhecido como juventude, podemos nos basear em Tolstij (1989) para delimitarmos o seu fim mais ou menos por volta dos trinta anos. É nesta idade que “. . . o homem costuma estabelecer-se na vida adulta de forma mais ou menos firme: encontra e domina uma profissão, organiza a vida familiar, define-se no campo social” (p. 172). De forma geral, é aqui então que sua personalidade adquire uma certa estabilidade, podendo por si mesmo destacar o seu “eu” do mundo e, quando reflete sobre si, reconhece-se.

Como dito anteriormente é na juventude que a atividade do homem se torna mais complexa e diversificada como um todo, em outras palavras, continua sendo o principal determinante do desenvolvimento do seu psiquismo. As diferenças entre as particularidades da sua situação social de desenvolvimento nas mais diversas esferas da vida também demandam uma análise específica sobre cada uma delas. Se o que vimos até aqui sobre o desenvolvimento humano expressa a qualidade ideal deste, na realidade o mesmo se encontra incapaz de alcançar suas máximas possibilidades. Se o trabalho, enquanto atividade dominante da juventude, não se apresenta para a pessoa jovem como uma fonte de desenvolvimento das máximas possibilidades do seu psiquismo, mas sim como um ambiente hostil e marcado pela

superexploração do trabalhador, quais são as suas implicações para a juventude? Procuraremos responder a isso agora.

5 As consequências da dependência para o desenvolvimento do jovem trabalhador

Certa feita, percorri Manchester em companhia de um desses burgueses e falei-lhe da má arquitetura, da insalubridade, das condições horríveis dos bairros operários e disse-lhe que jamais vira uma cidade construída em piores condições. Ele me escutou com tranquilidade e, na esquina em que nos separamos, declarou, antes de nos despedirmos: “E, apesar disso, aqui se ganha um bom dinheiro”.
(Engels, 2010, p. 308).

A coletivização, a unificação do trabalho físico e intelectual, uma mudança nas relações entre os sexos, a abolição da separação entre desenvolvimento físico e intelectual, esses são os aspectos fundamentais da transformação do homem, tema de nossa presente discussão.
(Vigotski, 1930, p. 7).

Aqui culmina a exposição da nossa pesquisa. Nesta sessão, buscaremos elaborar sínteses sobre todos os elementos aqui abordados. Se por um lado buscamos na historicidade a gênese dos fenômenos de nossa materialidade social, do outro, buscamos na historicidade a gênese dos fenômenos psicológicos. Agora, em nossa síntese, precisamos, mais do que fazer uma combinação dos elementos abordados, estabelecer uma associação entre as categorias levantadas. Precisamos apreender a própria dialética deste movimento. Em suma, não podemos ver a juventude sob a dependência como o fim da história, mas sim entendê-la em seu vir a ser. Baseando-nos uma vez mais em Vigotski (1931/2021a, p. 83), “. . . estudar alguma coisa historicamente significa estudá-la em movimento. Esse é precisamente o requerimento básico do método dialético”.

Neste sentido, objetivamos realizar um movimento em que, para entender a total complexidade da universalidade que, por sua vez, se concretiza na singularidade, devemos atentar para as mediações sociais, ou seja, as particularidades. As implicações dessa metodologia é a superação de enfoques duais e dicotômicos na relação indivíduo-sociedade. Se tomarmos como princípio que o particular expressa a universalidade e condiciona a singularidade, é justamente nessa particularidade que reside a possibilidade de elucidar a concretização de um polo em outro. Destarte, quanto mais elementos da particularidade conseguirmos desvelar, maior e de melhor qualidade será a compreensão de nosso objeto (Pasqualine & Martins, 2015). É justamente aqui que reside a nossa pesquisa.

Levando em consideração a dialética singular-particular-universal podemos notar que, ao tomarmos o trabalho como gênese da humanização na filogênese e, portanto, protoforma de todas as outras atividades propriamente humanas, o temos em sua universalidade, encerrando aqui, dentro de sua genericidade, todas as suas possibilidades de ser. Contudo, o trabalho ao ser mediado pela sociedade do capital, perde até certo ponto suas capacidades totais de emancipação do gênero humano e assume, assim, em uma esfera particular de sua existência, um caráter alienado e degenerado. Ao ser reproduzido pelo homem como atividade necessária para a sua própria sobrevivência, é engendrador de adoecimento. Nas palavras de Marx (2004, p. 83, grifo do autor)

O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (*Fremdheit*) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste.

Partindo disto, em relação aos jovens que adentram no mundo do trabalho atual, de acordo com Rios (2015, p.90), “. . . a configuração temporal da periodização, como também o seu conteúdo, depende das circunstâncias concretas de vida existentes em cada sociedade e do momento histórico”. Desta forma, na sociedade dependente, ocorre uma cisão na atividade principal do desenvolvimento do jovem proveniente da classe trabalhadora, pois, este se insere no mercado de trabalho, ou seja, no mundo do trabalho produtivo de forma precarizada, exercendo atividades comuns aos adultos e recebendo menos. Além disso, faz com que o jovem se distancie de seu processo intelectual e de sua complexidade, ou seja, da sua atividade dominante de estudo profissionalizante, limitando-se apenas à atividade produtiva (Abrantes & Bulhões, 2016). Novamente, gostaríamos de salientar que essa condição não é uma exclusividade da realidade dependente. Expomos aqui apenas que, em relação ao centro do capital, na periferia, tem-se uma maior acentuação da exploração do trabalho sob a superexploração, condição essa, de acordo com Marini (2017b), a condição *sine qua non* da dependência. Com a reestruturação produtiva pós crise do capital em 1970 ocorreu, em nível mundial, uma corrosão da qualidade de vida do trabalhador mediante um ataque direto aos seus direitos conquistados. Essa corrosão se fez sentir mais forte na América Latina devido a sua condição subordinada na divisão internacional do trabalho.

A questão do desempregado, ou melhor, do exército industrial de reserva, é central na economia dependente pois é com ele que a burguesia consegue nivelar os salários abaixo do seu valor normal. Marx (2004, p. 24) já observava em sua juventude que

A procura por homens regula necessariamente a produção de homens assim como de qualquer outra mercadoria. Se a oferta é muito maior que a procura, então uma parte dos trabalhadores cai na situação de miséria ou na morte pela fome . . . O trabalhador não tem apenas que lutar pelos seus meios de vida físicos, ele tem de lutar pela aquisição de trabalho, isto é, pela possibilidade, pelos meios de poder efetivar sua atividade.

Além disso, o autor destaca que

Se a riqueza da sociedade estiver em declínio, então o trabalhador sofre ao máximo, pois: ainda que a classe trabalhadora não possa ganhar tanto quanto a [classe] dos proprietários na situação próspera da sociedade, *nenhuma sofre tão cruelmente com o seu declínio como a classe dos trabalhadores* (Marx, 2004, p. 25, grifo do autor).

Para Marx (2004), sob o capital, o trabalhador se torna mais pobre na proporção em que produz riquezas. Não tendo nenhum controle dos meios de produção, faz-se necessário que este venda sua força de trabalho em troca do salário, valor que garante sua subsistência. O trabalho subsumido ao capital, “. . . não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria.” (p. 80). À vista disso,

Este fato nada mais exprime, senão: o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa (*sachlich*), é a *objetivação* (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desefetivação* (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto* e *servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento* (*Entfremdung*), como *alienação* (*Entäusserung*) (Marx, 2004, p. 80, grifos do autor).

O tema da alienação, após ser reformulado por Marx (2004) e ter ganho uma dimensão crítica na ontologia do trabalho, pode ser entendido como, segundo Mészáros (2016), uma consequência da transformação de tudo em mercadoria no processo de produção capitalista, como vimos. O ser humano é convertido em “coisa” de modo a também ser inserido no mercado como mercadoria. Além disso, a alienação engendra a fragmentação do tecido social mediante a busca de indivíduos cada vez mais isolados e individualistas na realização de seus próprios objetivos transformando em virtude o seu egocentrismo.

Acreditamos ter conseguido, até aqui, apresentar e continuar a defender a tese da centralidade do trabalho na constituição do psiquismo do homem, ou, no caso, do jovem que vive as relações capitalistas num país dependente. O trabalho é o fundamento do ser social, a maior expressão de tudo que é humano. Contudo, qual é a realidade do trabalho sob o capital? Expusemos até aqui como o resultado do trabalho acabou por ser objetivado como mercadoria, alienada ao trabalhador. O produto do trabalho deixa de ser uma objetivação da vitalidade do trabalhador no objeto de trabalho. Se antes o trabalho representava a produção de valores de uso para responder a uma necessidade vital, agora passou a ser a produção de mercadorias, valores de troca, entidades que ganham aspectos independentes em relação àquele que o produziu.

Contudo, qual a consequência da alienação na personalidade? Entendemos que a formação da consciência depende da apropriação, durante toda a vida do indivíduo, do conjunto da riqueza produzida pelo gênero humano, apresentando, assim, uma unidade entre o singular e o universal. A apropriação dessas objetivações da humanidade é o que garante ao indivíduo sua própria objetivação enquanto pessoa, “. . . temos então que a personalidade representa uma objetivação da individualidade, o estilo pessoal que lhe configura e, como tal revela-se a continuidade na mudança permanente do processo de individualização” (Martins, 2004, p. 86).

Leontiev (2004) assevera que sob a sociedade de classes e sob a divisão social do trabalho a relação entre o significado e o sentido não coincidem necessariamente. Esta cisão acarreta em uma mudança na estrutura interna da consciência, pois nela “. . . o trabalhador aparta-se de seu próprio trabalho e a sua atividade vai deixando de ser para ele o que ela é de fato” (Martins, 2004, p. 89).

Por este processo, pode ir se estabelecendo uma absoluta discordância entre o resultado objetivo da atividade e o seu motivo, acompanhada consequentemente do descompasso entre seu conteúdo objetivo e seu conteúdo subjetivo, descaracterizador dos mais elementares sentimentos humanos. Esta ruptura se traduz psicologicamente na *desintegração da unidade da consciência*, outrora garantida pela compatibilidade entre significados sociais e sentido pessoal, dando origem ao aparecimento de uma relação de *alienação* entre eles (Martins, 2004, p. 89, grifo nosso).

O que não adentra o campo da consciência pela relação inadequada com a realidade são exatamente as bases objetivas das ações e da atividade. “Essa inadequação outra coisa não é senão a expressão da ilusão ideológica que cria a falsa consciência, à qual a maioria dos homens não consegue opor resistência” (Martins, 2004, p. 92). Ainda segundo a autora, essa desarticulação entre os motivos e a atividade e, também, a inexistência da unidade da

personalidade propicia as condições internas para que o indivíduo viva fragmentariamente em consonância com os seus motivos *apenas compreensíveis* em detrimento dos motivos *realmente eficazes*.

De acordo com Martins (2004), numa condição sob relações sociais de dominação burguesa, os processos de apropriação e objetivação são alienados e, portanto, alienantes. A particularidade vem a tornar-se o eixo principal pelo qual o homem singulariza a sua existência, mas não no sentido de mediação com a universalidade, mas sim com primazia. Essa particularidade alienante embota e limita a possibilidade de total desenvolvimento da consciência. Depura-se daí que, sob estas condições, os indivíduos têm dificuldades extremas em assumir o papel de sujeito de desenvolvimento de suas capacidades individuais. Se a personalidade não pode manifestar-se de forma efetiva em razão de suas necessidades e aspirações, então não pode também apresentar-se como livre e verdadeira manifestação da individualidade. “. . . por este processo se funda o hiato entre motivos e finalidades, uma vez que a individualidade e conseqüentemente a personalidade, encontrando-se condicionadas pelo valor de troca, põem-se ao nível de mercadoria, o que significa sua própria negação” (p. 96). Ocorre um empobrecimento da própria individualidade humana sob a alienação do trabalho, que “. . . abarca tanto sua expressão no âmbito do trabalho social quanto no âmbito da vida pessoal, uma vez que a ordem de relações políticas e econômicas subordina a si o próprio desenvolvimento do psiquismo (p. 97). Em síntese, deixam de ser autores e passam a ser coautores de suas vidas.

Temos aqui, portanto, uma das facetas da superexploração do trabalho objetivada na nova morfologia do trabalho do século XXI enquanto situação social de desenvolvimento apresentada à juventude. Ademais, se em momentos de crise, como disse Marx, o trabalhador é o que mais sente o adensamento de sua exploração, qual a realidade do trabalhador brasileiro nos momentos de crise? Quem é chamado a trabalhar mais, a sacrificar-se mais para que as taxas de lucros voltem a crescer? Quem no Brasil, na deriva das crises cíclicas do capital, é intimado a trabalhar sem reclamar⁴⁷? Quem é *ensinado* que não há outra alternativa para a realidade posta? A classe dos trabalhadores.

Marx (2010, p. 156) é categórico ao afirmar que a classe trabalhadora não sentirá “. . . a necessidade e a capacidade de realizar a emancipação universal, até que seja forçada a isso por sua situação imediata, pela necessidade material e por seus próprios grilhões”. Devido à

⁴⁷ Tomamos por referência aqui pela antológica frase dita pelo presidente ilegítimo Michel Temer em seu primeiro discurso como presidente interino na qual instigava a classe trabalhadora a trabalhar mais sem se rebelar pela perda iminente dos seus direitos: “Não fale em crise, trabalhe” (TVUOL, 2016)

incapacidade de absorção do jovem às forças produtivas e a inexistência de políticas de pleno emprego em um país dependente, ao jovem é retirado o direito de experimentar os seus “grilhões” de forma plena. Isso acirra e expõe uma contradição para classe trabalhadora que seria a da impossibilidade de vivência, até mesmo de exploração no seu *strictu sensu*, dificultando a elevação de sua consciência individual e imediata para uma consciência de classe, com potencialidades revolucionárias, de transformação da ordem vigente (Abrantes & Bulhões, 2017).

Como dissemos anteriormente, com a reestruturação produtiva do trabalho ocorre uma economia do trabalho vivo. Isso, contudo, não significa que o descenso deste acarreta a sua extinção no processo de valorização do capital, pelo contrário, cada vez mais o metabolismo entre trabalho vivo (ato humano) e trabalho morto (trabalho objetificado como capital, o maquinário) é empregado na extração de mais-valor. Segundo Mészáros (2016, p. 133), a própria dinâmica de concorrência do capital traz em seu bojo “. . . uma racionalização do processo de produção – no sentido de decompor processos complexos nos seus elementos mais simples, de modo que possam ser facilmente executados mediante a produção em larga escala competitivamente vantajosa –, independentemente de suas consequências humanas”. Disto decorre que há um alastramento do maquinário industrial e da mecanização do trabalho humano. Para o trabalhador isso se traduz, segundo Marx (2004, p. 26), que ele não encontra satisfação humana no seu trabalho pois se encontra “. . . corpórea e espiritualmente reduzido à máquina – e de um homem [é reduzido] a uma atividade abstrata e uma barriga”.

Neste sentido, “. . . todos os espaços possíveis se tornam potencialmente geradores de mais-valor” (Antunes, 2018, p. 35). O autor pondera que o trabalho estável proveniente das épocas taylorista-fordista se retraiu na mesma proporção em que aumentaram as mais diversas modalidades de informalidade do trabalho: terceirizados, cooperativismo, empreendedorismo, trabalho voluntário e o trabalho intermitente. Evidencia-se, então, que a classe trabalhadora hoje, em sua totalidade, não se restringe apenas a trabalhadores manuais, classicamente idealizados no chão de fábrica, mas sim àqueles que vendem sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário em sua totalidade. À medida que a precarização do trabalho aumenta, também se aumenta a proporção de jovens que encontraram nessas modalidades de trabalho o assalariamento disfarçado. Mais do que isso, os jovens são, hoje, as principais vítimas dessa dinâmica.

Segundo Antunes (2018), ao chegarem à idade que podem finalmente exercer uma atividade produtiva e que apresente utilidade para sociedade, o jovem se depara com a realidade do mundo do trabalho. Mesmo jovens que sejam ultraqualificados ou até mesmo pós-

graduados, se deparam com o desemprego ou suas alternativas – subemprego e precarização. A possibilidade para muitos jovens da classe trabalhadora que precisam do trabalho para sua subsistência e da família passa a ser no já denominado mercado de serviços digitais. Nesta lógica, segundo o referido autor, “. . . os novos proletários dos serviços se encontrarão entre uma realidade triste e outra trágica: oscilarão entre o desemprego completo e, na melhor das hipóteses, a disponibilidade para tentar obter o *privilégio da servidão*” (p. 45, grifo nosso).

Aqui temos uma síntese que salta aos olhos com os dados que trouxemos até aqui. A precarização do trabalho ganha as marcas da superexploração em nações dependentes. Um trabalhador do Ifood, por exemplo, financia, sob a autocracia dos juros e do sistema financeiro, sua moto para ter o seu meio de trabalho. Para conseguir um valor que relativamente cubra seus gastos com seu veículo (depreciação, combustível, manutenção, etc.) e também que garanta sua subsistência, ele precisa fazer mais entregas em menos tempo, expondo-se ao risco de acidentes e a infrações no trânsito⁴⁸ (*aumento da intensidade do trabalho*); No mesmo sentido de maximizar os seus ganhos, acaba por estender suas jornadas de trabalho ao máximo⁴⁹ (*prolongamento da jornada de trabalho*); devido ao pagamento das taxas aos entregadores serem baixas⁵⁰ e, geralmente, não acompanharem as flutuações do preço de outros componentes do trabalho (gasolina), ao fim do período trabalhado a remuneração não equivale ao mínimo para a sua reprodução enquanto trabalhador (*pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor*); Ao fim do mês, tendo todas as despesas da reprodução da sua vida, se encontra endividado, com anos de parcela de seu financiamento da motocicleta ou de seu celular para se conectar ao aplicativo, ele não se pode dar ao luxo de ganhar menos (*hiato entre o pagamento da força de trabalho e o elemento histórico-moral da força de trabalho*). Eis, então, onde podemos apreender a superexploração do trabalho sendo objetivada na realidade pela nova morfologia do trabalho.

Essa visão também é corroborada por Raposo (2020, pp. 515-516) quando esta afirma que a expansão dos serviços precarizados e terceirizados da era informacional-digital revelam a superexploração da força de trabalho pelos “. . . mecanismos de prolongamento da jornada de trabalho, do aumento da produtividade combinada com a intensidade do trabalho, garantindo, assim, a extensão do trabalho excedente sobre o necessário”.

⁴⁸ Segundo levantamento do Mova-se (2022), o aumento dos serviços de *delivery* está relacionado com o aumento de acidentes de trânsito sendo que em 57,2% dos acidentes envolvendo motociclistas, acaba em óbito.

⁴⁹ Segundo pesquisa com entregadores do Ifood, 61% trabalha 7 dias por semana; 47% fazem mais de 10h/dia e 17% trabalham mais de 12h/dia (LEVY, 2022).

⁵⁰ Segundo a própria Ifood, após o reajuste das taxas o valor de pagamento médio mensal é de R\$ 3.020 brutos, sem descontar o combustível, a depreciação e a manutenção do veículo (Nicoceci, 2022). Esse valor, mesmo sendo bruto, ainda está 2 vezes abaixo do SMN no mês de dezembro de 2022.

Segundo Abrantes e Bulhões (2016), não é apenas em termos econômicos que ocorre a subsunção do trabalhador, ou melhor, só por essa via seria mais difícil. Para os autores, ocorre um processo de conformação por mediação da educação. Neste sentido, para Rummert e Ventura (2007), a integração subalterna do Brasil ao capitalismo mundial também resultou em profundas reformas políticas de cunho neoliberal a partir dos anos 1990. Essas reformas visavam a liberalização da economia brasileira e a redução da participação e controle do Estado como determinado pela Constituição de 1988. Além de impor a perda da soberania do Estado, essas políticas também engendraram algumas mudanças no currículo escolar e, também, os seus novos objetivos. Em outros termos, na tentativa infrutífera de superar as consequências da dependência, submete-se ainda mais à subalternidade.

Mas, como dissemos, se o desemprego estrutural impossibilita que os jovens “. . . sintam os seus grilhões”, não podemos contar só com a experiência cotidiana da exploração do trabalho para se alcançar a consciência de classe. A educação desempenha um papel fundamental na apropriação e elaboração de conceitos científicos que engendram uma compreensão crítica da realidade, indo para além da aparência dos fenômenos e conseguindo apreender, em pensamento, a sua essência.

Deve-se evidenciar novamente que a neoliberalização das políticas brasileiras também alcançou a educação básica e, principalmente, a profissionalizante. Os discursos liberais de empreendedorismo e meritocracia, bem como a individualização das responsabilidades e dos processos de trabalho são o principal conteúdo da educação voltada para jovens trabalhadores (Rummert & Ventura, 2007). A ideologia da autogestão, característica fundamental da uberização, já se apresenta no próprio processo educativo, arquitetando não apenas um ensino mecânico, alienante e incapaz de desenvolver o psiquismo dos estudantes, mas também passa a engendrar a (re)construção da subalternidade ao capital e sua lógica. Possibilita, portanto, no plano da atividade de trabalho, novas formas de exploração e flexibilização do trabalho, acarretando o adensamento do desgaste físico e psicológico dos trabalhadores bem como a sua desorganização enquanto classe social.

Rummert e Ventura (2007) demonstram como as dimensões das reformas neoliberais dos anos 1990, que desestruturaram e sucatearam as políticas públicas e mecanismos de intervenção do Estado vão para além do campo econômico, produtivo, mas também às várias camadas da organização social brasileira, como as profundas alterações na educação, na qual a ideologia do estado mínimo também esteve e se faz presente. Se estabelece, pois, uma centralização das decisões e a descentralização das responsabilidades de execução. As consequências dos instrumentos legais estabelecidos nesse ataque à uma educação pública e de

qualidade se desvelam em políticas pulverizadas e compensatórias. É dentro deste panorama que se situam as políticas da educação profissionalizante de jovens trabalhadores. A educação deixa de projetar uma qualidade emancipadora para ser meramente utilitarista, “. . . posição que nos coloca predominantemente ligados às atividades econômicas neuromusculares, as quais necessitam de pouco investimento em educação” (p. 41). Em outros termos, ao tipo de trabalho predominante em uma economia dependente.

Rummert, Algebaile e Ventura (2013) asseveram que a totalidade do capital se configura em essência “. . . uma potência expropriadora que fundamenta a subordinação permanente, intensa e extensa da força de trabalho” (p. 735). Essa totalidade, contudo, não é homogênea, sendo construída paulatinamente sobre processos históricos e híbridos, perpassados por contradições. É nesse cenário, como já evidenciado anteriormente, que deve ser apreendida a educação brasileira. Em outras palavras, a educação só pode ser compreendida à luz da economia política.

Não obstante, Rummert et al. (2013) identificam que na conjuntura atual ocorre a impossibilidade de acesso universal ao conhecimento científico e tecnológico nos programas voltados para a formação profissional de jovens trabalhadores. De forma geral, constatam que apesar de períodos de crescimento econômico, a ordem vigente estimula apenas o imprescindível para uma mão de obra minimamente qualificada, resultando assim, em baixos salários e na resposta às demandas urgentes do capital. A educação perde seu papel transformador e de possibilidade de apropriação de conhecimentos sistematicamente elaborados pela humanidade para ser um meio de garantir meramente a reprodução de comportamentos tendo em vista a empregabilidade mínima dos trabalhadores. Competências como gestão, autonomia, iniciativa e solução de problemas, passam a ser mais importantes que conhecimentos tecnológicos e científicos.

Esse panorama pode ser entendido como um reflexo da baixa complexidade produtiva de um país de economia dependente. Por não ser capaz de desenvolver e complexificar seu parque industrial, os postos de trabalho disponíveis são para atividades simples e com baixa remuneração. É a desertificação neoliberal dos empregos altamente qualificados e o êxodo para o setor de serviços e a sua precarização aguda.

As demandas do capital para redução dos custos de produção e aumentos dos lucros, bem como a integração crescente do Brasil em uma função subalterna ao imperialismo, possibilitam novas formas de pulverização da ideologia dominante, como explicam Rummert et al. (2013, p. 719)

Torna-se, agora, necessário intervir com novas perspectivas, tanto sobre os diferentes aspectos da formação humana quanto, em particular, sobre a questão educacional, para simultaneamente fazer frente à superprodução acompanhada de expressiva redução da força de trabalho diretamente empregada, a drástica e sempre buscada redução dos custos do trabalho, bem como para aprofundar e intensificar as estratégias de controle social em situações de agudas formas de expropriação.

Ao analisar diversos programas voltados para a educação de jovens e adultos, Rummert e Ventura (2007) são categóricas em dizer que estes não cumprem o papel de possibilitar uma visão crítica de realidade ou qualificar profundamente a mão de obra, passam a ser, como dito anteriormente, apenas uma ferramenta de propagação da ideologia dominante como também uma forma de apaziguar um possível descontentamento das massas. Estes programas se inscrevem na lógica de manutenção da ordem como uma forma de garantir aos pobres uma efêmera “inclusão social”. “Trata-se de uma concepção de educação para jovens e adultos trabalhadores restrita às necessidades do modelo societário do capital, que nos coloca, predominantemente, como consumidores e não como produtores de tecnologia” (p. 41).

A correlação que se dá entre a apropriação das objetivações humano-genéricas e o desenvolvimento da consciência é fundamental para entendermos a constituição do sujeito bem como sua forma de agir no mundo. O baixo acesso à apropriação pela classe trabalhadora dos conhecimentos historicamente elaborados pela humanidade levam a “. . . corrupção e a distorção da personalidade humana, assim como sua sujeição a um desenvolvimento inadequado, unilateral, no interior mesmo de todas essas diferentes variantes tipológicas humanas” (Vigotski, 1930, p. 2). Leontiev (2004) é categórico ao afirmar que para uma classe – a dominante – estão destinadas as possibilidades infinitas do desenvolvimento histórico da humanidade. Com isso são capazes de avançarem nos caminhos do progresso. À outra classe, a subordinada, são impostas concepções cognitivas que buscam perpetuar a dominação de uma sobre a outra, percalços para que estas não lutem em busca da liberdade, justiça e igualdade.

A divisão do trabalho e a exploração implacável de mais-valia são, segundo Vigotski (1930), determinantes para a impossibilidade do livre e omnilateral desenvolvimento do potencial humano. Estes se encontram alienados daquilo que produzem enquanto humanidade e, não podendo se apropriar das riquezas historicamente construídas, estão condenados ao embotamento psíquico e a mutilação de sua personalidade. Esse modo de produção, bem como de todas as relações sociais que ele põe em movimento, terão consequências desastrosas não somente no desgaste físico e psíquico do trabalhador, mas também na sua própria percepção crítica da realidade, dificultando a sua mobilização enquanto sujeito revolucionário e, portanto, como classe revolucionária.

6 Considerações finais

*E com o bucho mais cheio comecei a pensar
Que eu me organizando posso desorganizar
Que eu desorganizando posso me organizar
Que eu me organizando posso desorganizar
(Nação Zumbi, Da lama ao caos)*

*(¡Vamos caminando!)
Aquí se respira lucha
(¡Vamos caminando!)
Yo canto porque se escucha
Vamos dibujando el camino
(Vozes de um só coração)
Aquí estamos de pie
¡Que viva la América!
No puedes comprar mi vida...
(Calle 13, Latinoamérica)*

Com base no que foi exposto ao longo da pesquisa, podemos ter claramente a compreensão de que o trabalho, mais do que uma atividade fundamental para o salto do ser natural para o ser social é, também, de fundamental importância para o desenvolvimento e objetivação da personalidade do sujeito pela apropriação das objetivações humano-genéricas construídas historicamente pela humanidade. O trabalho foi, é, e sempre será o que há de mais fundante no ser social. É por ele que houve o salto ontológico e a construção de toda a história da humanidade.

Além disso, podemos ver que na juventude a sua atividade dominante está direcionada ao trabalho, seja pelo estudo profissionalizante como, também, pela própria atividade produtiva. O trabalho vem a ser, então, a principal forma de contato deste jovem com a realidade e, portanto, de vital importância para o pleno desenvolvimento do seu psiquismo. Retomamos, mais uma vez, o objetivo desta pesquisa: *fazer uma investigação das possíveis implicações do capitalismo dependente no desenvolvimento do psiquismo do jovem proveniente da classe trabalhadora, levando em consideração a sua concreta situação social de desenvolvimento no que tange à nova morfologia de trabalho*. Com isto exposto, podemos ponderar sobre os dados aqui evidenciados.

A juventude tem na realidade dependente um grande obstáculo para a sua objetivação enquanto sujeitos autônomos e com uma prática consciente de si. Com base no que foi exposto, podemos notar que a realidade brasileira apresenta particularidades em sua forma de organização social levando em consideração a relação com países dito desenvolvidos. Essas

peculiaridades acabam por delinear a situação social de desenvolvimento e passam a estar intimamente relacionadas no processo de desenvolvimento humano. Devido ao recorte necessário para este trabalho, optamos por falar de uma idade específica, a juventude. Julgamos que com tudo que foi evidenciado *podemos concluir que devido a integração subalterna do Brasil na trama do imperialismo mundial, o período da juventude não pode transcorrer de forma omnilateral, em suas máximas potencialidades, tendo suas contradições e deformações acentuadas na dinâmica da precariedade, do desemprego e da educação degenerada, expressões objetivadas da dependência que influem sobre sua situação social de desenvolvimento*. Se, por um lado, ele é submetido à condição de superexploração do seu trabalho, por outro a ele é negado o acesso a quaisquer políticas de Estado que visem transformar as suas condições materiais. Essas políticas são debilmente pulverizadas no sentido de aplacar os ânimos da classe trabalhadora.

Salientamos aqui, também, a importância do papel da educação sob o capital para a formação da conformação deste jovem, *dificultando as reais possibilidades de instrumentalização do sujeito e de sua capacidade de interpretar criticamente a sociedade*. Na sociedade de caráter dependente, tanto a educação como o mundo do trabalho apresentam profundas deformações dentro da sociedade do capital. A juventude, portanto, contraditoriamente, não pode alçar suas máximas capacidades sobre o desenvolvimento, pois, dentro da lógica imposta sobre ela engendram, também, alienação, sofrimento e a corrupção do humano. Em suma, devido as relações de produções serem completamente submetidas às demandas do capital, em alguns casos, não se permite sequer que o jovem experiencie a precarização do ensino ou do trabalho mediante o amplo quadro de desemprego e a total ausência de políticas para reverter esta situação. A nova morfologia do trabalho nasce, então, em resposta às crises do capitalismo, empurrando milhões de trabalhadores e trabalhadoras para o universo do trabalho digital onde são submetidos à servidão como única alternativa ao desemprego estrutural.

A Psicologia histórico-cultural, ao contrário de muitas teorias que possuem uma abordagem individualizante ou biologizantes do ser humano, declara em suas mais profundas bases, a qualidade social e histórica do psiquismo. Abrem-se possibilidades de apreender a indelével dinâmica entre o social e o subjetivo, seus nexos, multideterminações e contradições. Apresenta em sua práxis, mais do que a potencialidade de explicar os fenômenos tais quais eles se apresentam, mas também por concebe-los como processos, passíveis de serem transformados. Acreditamos também que a Teoria Marxista da Dependência pode nos fornecer um substrato teórico fundamental para apreendermos as dinâmicas do capital na realidade

dependente pois, assim como a PHC, parte do método materialista histórico-dialético. Como sabemos, para toda pesquisa baseada no marxismo, voltamos ao capitalismo como a principal fonte de todos os problemas que permeiam a atividade humana em sua totalidade.

Para nós, consideramos isso válido, contudo, não suficiente em muitos casos. A nossa pesquisa também tinha como sentido desvelar maiores elementos da particularidade de nossa sociedade para conseguirmos um melhor entendimento de como a ordem do capital influi sobre a situação social de desenvolvimento do jovem trabalhador, participando assim, do seu sistema de atividades. Não somos idealistas ao ponto de considerar a juventude tendo problemas apenas como efeito da cultura de massas despolitizante, mas sim, de que na própria atividade do jovem, seja no estudo ou no trabalho, encontram-se elementos que delimitam negativamente a sua potencialidade como um ser de infinitas possibilidades culturais dentro da totalidade da riqueza produzida pelo homem, mas alienada deste indivíduo da classe trabalhadora pela propriedade privada dos meios de produção. Em qualquer pesquisa psicológica, determinar e enriquecer a compreensão dos elementos que determinam a situação social de desenvolvimento se faz essencial. Tivemos esse objetivo aqui, e esperamos tê-lo alcançado com certa satisfação.

Para além disso, é na tentativa de interpretação das possíveis consequências do capitalismo dependente na formação de consciência do indivíduo brasileiro, que se pode pensar em modos de superação da exploração imanente a este sistema. Ademais, é pensando nas particularidades da organização socioeconômica brasileira que se pode pensar uma Psicologia concreta do sujeito brasileiro. Outrossim, conforme disse Vigotski (1930, p. 5), “. . . a fonte da degradação da personalidade das pessoas, na forma capitalista de produção, também contém, em si mesma, o potencial para um infinito crescimento da personalidade humana”. A indústria, o trabalho e a educação não estão parados no tempo, engessados e estagnados na sua deturpação. Pode-se dizer que, talvez, a maior contribuição do materialismo histórico-dialético é o entendimento de que a práxis humana, ao se projetar enquanto revolucionária, enquanto atividade consciente, é capaz de mover as engrenagens da história.

Como afirma Mulinari (2020), têm-se no Brasil hoje, na compreensão das alas de esquerda, uma teoria do apassivamento da classe trabalhadora, entendendo esta como totalmente passiva aos ataques do capital. Contudo, como aponta o autor, desde 2012 ocorre um acentuamento da quantidade de greves em todo o país e nas mais diversas categorias culminando que, em 2016, houveram 2.093 greves. Esse número relevante, contudo, tem se estabilizado desde 2012 acima de 2.000 greves/ano (Dieese, 2017). Ele só iria encontrar profunda retração no período iniciado com a pandemia de Covid-19. Mesmo durante este período, a “classe desorganizada” dos trabalhadores de aplicativos conseguiu articular uma

greve com 98% de adesão (Rocha, 2020), demonstrando que, assim como o advento do infoproletariado trouxe novas particularidade ao trabalho pois, uma vez que é mediado pela internet acaba por distanciar os agentes deste, o trabalhador pôde se organizar pela internet também, demonstrando que até este espaço virtual está sendo disputado pela classe trabalhadora.

Lênin (1902/2020) afirma que a classe trabalhadora consegue ter consciência de sua exploração na própria dinâmica do trabalho, mas não consegue, por si só, chegar à compreensão essencial da sua condição de oprimido. Isto significa que ela compreende que é explorada, mas não tem a total dimensão sobre isso, não consegue se organizar para a superação da situação. Aqui se desvela o nexo entre a precária instrumentalização do jovem trabalhador e a construção de sua subalternidade. Vale ressaltar então a importância do papel da mediação de produções científicas, artísticas e filosóficas para a radicalização da luta de classes, da intervenção “. . . intencional e organizada no intuito de auxiliar a superação das representações gerais limitadas ao imediatamente experienciado, pautando-se na apreensão dos fenômenos em suas múltiplas determinações” (Abrantes & Bulhões, p. 258).

A educação, ao viabilizar a apropriação do conhecimento científico e a ampliação das possibilidades de ser ativo no mundo, pode ser sim, um instrumento de luta em prol da classe trabalhadora. Mas para tal, deve-se evidenciar que a mesma também pode, contraditoriamente, impor novos grilhões e amarras. A educação, assim como o poder político e a fábrica, deve ter sua hegemonia disputada por aqueles que vivem do trabalho. É o caminho para a superação do processo de construção da opressão para a construção de um novo humano (Vigotski, 1930).

Se a atividade vital do homem, o trabalho, deixa de ser controlada sob a propriedade privada, esta pode adquirir “. . . o caráter do ser humano enquanto um ser genérico” (Mészáros, 2016, p. 131). Assim sendo, o trabalho enquanto atividade vital e social se “. . . manifestará diretamente, sem a mediação alienante da divisão do trabalho. Do jeito que as coisas estão, contudo, a divisão do trabalho faz com que as condições e as energias da vida se tornem independentes do ser humano e o governem” (Mészáros, 2016, p. 131). Mas para alcançarmos, enquanto sociedade, o fim do capital e a emancipação do trabalho precisamos de um elevado nível da autoconsciência da classe trabalhadora o que, por sua vez, implica

para além do conhecimento sobre si, o estabelecimento e o sistema de relações sociais no qual se insere o indivíduo. Pressupõe o conhecimento sobre si em suas intersecções com o mundo circundante, pelo qual o indivíduo se reconhece na realidade mais ampla na mesma medida em que a reconhece em si. (Martins, 2004, p. 95)

Para conseguirmos romper com a particularidade alienada é demandado uma relação consciente com a genericidade humana, pois, é dentro desta via que o jovem, no particular e o ser humano, no geral, poderá estabelecer relações vivas e conscientes com as diferentes maneiras que ele produz e reproduz a sua vida (Martins, 2004). Em síntese, “. . . o pleno desenvolvimento da personalidade humana implica necessariamente uma transformação radical das relações sociais determinadas pela alienação” (pp. 95-96).

Essa práxis revolucionária, contudo, não nasce espontaneamente no cotidiano, nem também é papel exclusivo da educação. Com isso queremos dizer que para a superação do capitalismo dependente e do capitalismo enquanto modo de produção global e organizado, há a necessidade histórica da unidade da classe trabalhadora em seus mais diversos campos de luta de hegemonia, sejam eles a escola, a fábrica, os coletivos populares ou os partidos revolucionários. Somente na unidade do proletariado e no seu reconhecimento enquanto classe, pode haver a destruição do capital e a sua emancipação.

Referências

- ABÍLIO, L. C. (2020, 08 de janeiro). Colapso ou atualidade do empreendimento colonial. *Le monde diplomatique Brasil*. Recuperado de <https://diplomatie.org.br/colapso-ou-atualidade-do-empreendimento-colonial/#:~:text=Trata%2Dse%20da%20crescente%20elimina%C3%A7%C3%A3o,%C3%A9%20a%20remunera%C3%A7%C3%A3o%20pelo%20trabalho..>
- ABRANTES, A. A., & BULHÕES, L. (2016). Idade adulta e o desenvolvimento psíquico na sociedade de classes: juventude e trabalho. In: L. M. MARTINS, A. A. ABRANTES & M. G. D. FACCI (Orgs.). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice*. (pp. 241-265), Campinas, SP: Autores associados.
- ANTUNES, R. (2008). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, SP: Cortez.
- ANTUNES, R. (2009). *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, SP: Boitempo.
- ANTUNES, R. (2011). *O continente do labor*. São Paulo, SP: Boitempo.
- ANTUNES, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo, SP: Boitempo.
- ANTUNES, R. (2020). Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. In: R. Antunes (Org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. (pp. 11-22), São Paulo, SP: Boitempo.
- ANTUNES, R. & ALVES, G. (2004). As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação & sociedade*, 25(87), pp. 335-351.
- BOTTOMORE, T. (2012). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- CHADE, J. (2022, 11 de agosto). Um em cada quatro jovens brasileiros não trabalha nem estuda, diz OIT. *UOL*. Recuperado de <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/08/11/um-a-cada-quarto-jovens-brasileiros-nao-trabalha-e-nem-estuda-diz-oit.htm>
- CONJUVE (Conselho Nacional de Juventude). (2006). Política Nacional de Juventude: Diretrizes e perspectivas. [versão digital]. Recuperado de https://www.prattein.com.br/home/images/stories/Juventude/Politica_Nacional_de_Juventude.pdf.
- COSTA, G. B. (2022, 12 de dezembro). Microsoft compra 4% da bolsa de Londres por US\$ 2 bilhões. *CNN Brasil*. Recuperado de <https://www.cnnbrasil.com.br/business/microsoft-compra-4-das-acoes-do-london-stock-exchange-group/>.
- DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos). (2009). As razões para a jornada de trabalho ser de 40 horas. [versão digital]. Recuperado de <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2009/notatec85ArgumentosReduzirJornada.pdf>.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos). (2010). *Salário mínimo: instrumento de combate à desigualdade* [versão digital]. Recuperado de <https://www.dieese.org.br/livro/2010/SMinstrumentoCombateDesigualdade.pdf>.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos). (2017). *Balanco das greves de 2016*. Recuperado de <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2016/estPesq84balancogreves2016.pdf>.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos). (2022). *Salário mínimo nominal e necessário*. Recuperado de <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#1994>.

ELKONIN, D. (1987). Sobre el problema de la periodización del desarrollo psíquico en la infancia. In: DAVIDOV, V; SHUARE, M. (Orgs.). *La psicología evolutiva y pedagógica en la URSS (antología)*. (pp. 104-124), Moscou: Progresso.

ELKONIN, D. (2012). Enfrentando o problema dos estágios no desenvolvimento mental das crianças (M. L. Bissoto, trad.). *Educar em Revista*, 43, pp. 149-172.

ENGELS, F. (2010). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo, SP: Boitempo.

ENGELS, F. (2020). Sobre o papel do trabalho na hominização do macaco. In: F. ENGELS. *Dialética da natureza*. (pp. 337-341), São Paulo, SP: Boitempo.

ENGELS, F. (2009, 02 de outubro). Carta para Joseph Bloch. *Marxists Internet Archive*. Recuperado de: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm#tr1>.

EPOCA (2021, 28 de junho). Motoristas da Amazon são demitidos por meio de algoritmos. *Época Negócios*. Recuperado de <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2021/06/motoristas-da-amazon-sao-demitidos-por-meio-de-algoritmos.html>.

ESTADÃO (2022, 11 de julho). Uber Files: Documentos vazados mostram como a empresa interferiu em leis locais. *Estadão*. Recuperado de <https://www.estadao.com.br/link/empresas/uber-files-documentos-vazados-mostram-como-a-empresa-interferiu-em-leis-locais/>.

Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069 (1990, 13 de julho). Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm

FACCI, M. G. D. (2004). A periodização do desenvolvimento psicológico individual na perspectiva de Leontiev, Elkonin e Vigostski. *Cadernos CEDES*, 24(62), pp. 64-81.

FRANK, A. G. (2021). *O desenvolvimento do subdesenvolvimento*. (F. L. Neves, trad.). Recuperado de <https://aterraeredonda.com.br/o-desenvolvimento-do-subdesenvolvimento/>.

HEGEL, G. W. F. (2003). *Fenomenologia do espírito*. 2a edição. Petrópolis, RJ: Vozes.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). (2019). Fora da escola e longe do mercado de trabalho. *Retratos*, 18, pp. 22-25.

ILAESE (Instituto Latino-americano de Estudos Socioeconômicos). (2019). *Trabalho & exploração: O mapa da exploração dos trabalhadores no Brasil*. Recuperado de <http://ilaese.org.br/anuario-estatistico-ilaese-trabalho-e-exploracao-2019-2/>.

KONDER, L. (2020). *A questão da ideologia*. São Paulo, SP: Expressão popular.

KATZ, C. (2020). *Teoria Marxista da Dependência 50 anos depois*. São Paulo, SP: Expressão popular.

LEAL, Z. F. R. G. (2016). *Adolescência, educação escolar e constituição da consciência: um estudo sobre a perspectiva da psicologia histórico-cultural*. Maringá, PR: Eduem.

LEAL, Z. F.R. G. & MASCAGNA, G. C. (2016) Adolescência: trabalho, educação e formação omnilateral. In: L. M. MARTINS, A. A. ABRANTES & M. G. D. FACCI (Orgs.). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice*. (pp. 241-265), Campinas, SP: Autores associados.

LEFEBRVE, H. (1991). *Lógica formal, lógica dialética*. 5ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

LENIN, V. I. (2012). *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo, SP: Expressão popular.

LÊNIN, V. I. (2020). *O que fazer?*. São Paulo, SP: Boitempo.

LESSA, S. (2007). *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez.

LEONTIEV, A. N. (2004). *O desenvolvimento do psiquismo*. São Paulo, SP: Centauro.

LEONTIEV, A. N. (2017). Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil. In: L. S. VIGOTSKI, A. R. LURIA & A. N. LEONTIEV. (Orgs.), *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. (pp. 59-83), 16a ed. São Paulo, SP: Ícone.

LEONTIEV, A. N. (2021). *Atividade, consciência, personalidade*. Bauru, SP: Mireveja.

LEVY, C. (2022, 04 de abril). A máquina oculta de propaganda do iFood. *Pública*. Recuperado de <https://apublica.org/2022/04/a-maquina-oculta-de-propaganda-do-ifood/>.

LUCE, M. S. (2012). A superexploração da força de trabalho no Brasil. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 1(32), pp. 119-141.

LUCE, M. S. (2018). *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão crítica*. São Paulo, SP: Expressão Popular.

LUKÁCS, G. (2013). *Para uma ontologia do ser social*, 2. São Paulo, SP: Boitempo.

LURIA, A. R. (1979). Curso de Psicologia geral. Volume I. Introdução evolucionista à Psicologia. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira S.A.

MAGALHÃES, G. M. & MARTINS, L. M. (2020). Onze teses sobre a relação entre psicologia educacional e pedagogia escolar. *Educação em questão*, 58(55), pp. 1-21.

MARINI, R. M. (2017a). *Subdesenvolvimento e revolução*. 6a ed. Florianópolis, SC: Insular.

MARINI, R. M. (2017b). Dialética da dependência. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, 9(3), pp. 325-356.

MARINI, R. M. (2000). As razões do neodesenvolvimentismo (resposta a Fernando Henrique Cardoso e José Serra. In: SADER, E. (Org.). *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. (pp. 167-241), Petrópolis, RJ: Vozes.

MARTINS, L. M. (2004). A natureza histórico-social da personalidade. *Cadernos Cedes*, 24(62), pp. 82-99.

MARTINS, L. M. (2011). *O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica*. (Tese de Livre-Docência, Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista). Recuperado de https://formacaodocente.files.wordpress.com/2012/09/martins_ligia_-_o_desenvolvimento_do_psiquismo_e_a_educacao_escolar.pdf.

MARTINS, L. M. (2016). Psicologia Histórico-Cultural, Pedagogia Histórico-Crítica e desenvolvimento humano. In: L. M. MARTINS, A. A. ABRANTES & M. G. D. FACCI (Orgs.). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice*. (pp. 13-34), Campinas, SP: Autores associados.

MARTINS, L. M. & EIDT, N. M. (2010). Trabalho e atividade: categorias de análise na psicologia histórico-cultural do desenvolvimento. *Psicologia em estudo*, 15(4), pp. 675-683.

MARX, K. (2004). *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo, SP: Boitempo.

MARX, K. (2007). Ad Feuerbach (1845). In: MARX, K. & ENGELS, F. (Orgs.). *A ideologia alemã*. (pp. 533 – 535), São Paulo, SP: Boitempo.

MARX, K. (2011). *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo, SP: Boitempo.

MARX, K. (2017). *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo, SP: Boitempo.

MARX, K. & ENGELS, F. (2007). *A ideologia alemã*. São Paulo, SP: Boitempo.

MÉSZÁROS, I. (2002). *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo, SP: Boitempo.

MÉSZÁROS, I. (2016). *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo, SP: Boitempo.

Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. (2001). *Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde*. Brasília, DF: Ministério da Saúde do Brasil.

MOVA-SE (2022). *Aumento dos serviços de delivery e os acidentes de trânsito*. Recuperado de: <https://mova-seforum.com.br/mobilidade/aumento-dos-servicos-de-delivery-e-os-acidentes-de-transito/>.

MULINARI, M. (2020). Greves de massa ou apassivamento da classe trabalhadora. *Argumentum*, 12(1), pp. 162-175.

NETO, C. M., GLÓRIA, P. & NEVES, W. A. (2022). Origem e dispersão do gênero *Homo*. In: NEVES, W. A., RANGEL JR, M. J. & MURRIETA, R. S. (Orgs.), *Assim caminhou a humanidade*. (pp. 146-240), 4ª ed, São Paulo, SP: Palas Athena.

NETTO, J. P. (2022). Uma face contemporânea da barbárie. *Revista Novos Rumos*, 50(1).

NORDHAUSEN, M. Y. & FILHO, P. C. O. (2022). Nós, primas. In: NEVES, W. A., RANGEL JR, M. J. & MURRIETA, R. S. (Orgs.), *Assim caminhou a humanidade*. (pp 14-46), 4ª ed, São Paulo, SP: Palas Athena.

OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO. (2021). *Frequências de Notificações – CAT*. Recuperado de <https://smartlabbr.org/sst/localidade/0?dimensao=frequenciaAcidentes>.

OLIVEIRA, F. A. F. (2020). “*Em que mundo eles vivem?*” *Capitalismo, educação e constituição da adolescência na era virtual*. (Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá). Recuperado de <http://sites.uem.br/ppi/arquivos-para-links/teses-e-dissertacoes/2020/flavio-augusto>.

OSORIO, J. (2009). Dependência e superexploração. In: MARTINS, C. E., VALENCIA, A. D. (Orgs.), *A América Latina e os desafios da globalização. Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. (pp. 167-187), São Paulo, SP: Boitempo.

PASQUALINE, J. C. & MARTINS, L. M. (2015). Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a Psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), pp. 362-371.

PRAUN, L. & ANTUNES, R. (2020). A demolição dos direitos do trabalho na era do capitalismo informacional-digital. In: Antunes, R. (Org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. (pp. 179-192), São Paulo, SP: Boitempo.

PEREIRA, A. P. (2019). Adolescência e juventude: contribuições e desafios de escritos soviéticos para a análise da realidade brasileira. *Revista Obutchénie*, 3(3), pp. 1-25.

PETROVSKI, A. (1985). *Psicología general: manual didáctico para los institutos de pedagogia*. Moscou: Editora progresso.

PINO, A. (2005). *As marcas do humano: às origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski*. São Paulo, SP: Cortez.

RAPOSO, C. T. M. (2020). A Escravidão Digital e a superexploração do trabalho: consequências para a classe trabalhadora. *Revista Katálysis*, 23(3), pp. 510-518.

REIS, L. H. F. (2019). *Juventude LTDA.: a ideologia do empreendedorismo na formação dos jovens do século XXI*. (Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina). Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/211371#:~:text=Identificamos%20nessa%20pesquisa%20que%20a,daqueles%20que%20vivem%20do%20trabalho.>

RIOS, C. F. M. (2015). *O trabalho como atividade principal na vida adulta: contribuições ao estudo da periodização sob o enfoque da psicologia histórico-cultural*. (Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná). Recuperado de <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/41850?show=full>.

ROCHA, R. (2020, 24 de junho). 98% dos entregadores de aplicativos aderem à greve e até clientes vão apoiar. *CUT*. Recuperado de <https://www.cut.org.br/noticias/98-dos-entregadores-de-aplicativos-aderem-a-greve-e-ate-clientes-vaio-apoiar-eef9>.

RODRIGUES, H. (2022, 22 de junho). Brasil tem 38 milhões de trabalhadores informais, mais que a população do Canadá. *Revista Forum*. Recuperado de <https://revistaforum.com.br/economia/2022/6/22/brasil-tem-38-milhes-de-trabalhadores-informais-mais-que-populao-do-canada-119129.html>.

RUMMERT, S. M., ALGEBAILLE, E. & VENTURA, J. (2013). Educação da classe trabalhadora brasileira: expressão do desenvolvimento desigual e combinado. *Revista Brasileira de Educação*, 18(54), pp. 717-738.

RUMMERT, S. M., & VENTURA, J. P. (2007). Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade - considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. *Educar em Revista*, (29), pp. 29-45.

SANTOS, T. (2021). *Evolução histórica do Brasil: Da Colônia à crise da “Nova República”*. São Paulo, SP: Expressão Popular.

SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). (2022a). Atlas dos Pequenos Negócios - Versão resumida [versão digital]. Recuperado de https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Sebrae%2050+50/Not%C3%ADcias/PR_ESSKIT%2050%20ANOS.pdf.

SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). (2022b). Atlas dos Pequenos Negócios – Infográfico [versão digital]. Recuperado de [https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Sebrae%2050+50/Not%C3%ADcias/atlas-sebrae-jun-2022%20\(3\).pdf](https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Sebrae%2050+50/Not%C3%ADcias/atlas-sebrae-jun-2022%20(3).pdf).

SHUARE, M. (2017). *A Psicologia soviética: meu olhar*. São Paulo, SP: Terracota.

SIQUEIRA, F. (2022, 14 de agosto). Quase 90% dos empreendedores não têm funcionários e metade ganha só um salário mínimo. *Estadão*. Recuperado de <https://www.estadao.com.br/pme/empreendedor-solo-sebrae-mei-negocios/#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20levantamento,um%20a%20dois%20sal%C3%A1rios%20m%C3%ADnimos.>

SIRGADO, A. P. (2000). O social e o cultural na obra de Vigotski. *Educação & Sociedade*, v. 21, n. 71, pp. 45-78.

TEIXEIRA, A. L. A. (2020). Mais-Valia ou Mais-Valor?. *Economia Ensaios*, 34(2), 225-244.

TOLSTIJ, A. (1989). La juventud. In: A. Tolstij. *El hombre y la edad*. (pp. 151-174), Moscou: Editorial Progreso.

TRANCOSO, A. E. R. & OLIVEIRA, A. A. S. (2014). Produção social, histórica e cultural do conceito de juventude heterogêneas potencializa ação políticas. *Psicologia e Sociedade*, 26(1), pp. 137-147.

TULESKI, S. C. & EIDT, N. M. (2016). A periodização do desenvolvimento psíquico: Atividade dominante e a formação das funções psíquicas superiores. In: L. M. MARTINS, A. A. ABRANTES & M. G. D. FACCI (Orgs.). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice*. (pp. 35-61), Campinas, SP: Autores associados

TVUOL, (2016, 12 de maio). "Não fale em crise, trabalhe. Queria espalhar essa frase", diz Temer. *TVUOL*. Recuperado de: <https://tvuol.uol.com.br/video/nao-fale-em-crise-trabalhe-queria-espalhar-essa-frase-diz-temer-04024E9B3060D8C15326?cmpid=fb-uolnot>.

VIGOTSKI, L. S. (1930) *A transformação socialista do homem*. Recuperado de <https://gaeppe.unir.br/uploads/57575757/A%20Transformacao%20Socialista%20do%20Homem%20-%20Lev%20Vigotski.pdf>.

VIGOTSKI, L. S. (2004a). A consciência como problema da psicologia do comportamento. In: L. S. Vigotski, *Teoria e método em Psicologia*. (pp. 55-85). São Paulo, SP: Martins Fontes.

VIGOTSKI, L. S. (2004b). O significado histórico da crise da psicologia: uma investigação metodológica. In: L. S. Vigotski, *Teoria e método em Psicologia*. (pp. 55-85). São Paulo, SP: Martins Fontes.

VIGOTSKI, L. S. (2009). *A construção do pensamento e da linguagem*. 2a ed. São Paulo, SP: Martins fontes.

VIGOTSKI, L. S. (2021a). A questão do desenvolvimento das funções mentais superiores. In: L. S. Vigotski, *História do desenvolvimento das funções mentais superiores*. São Paulo, SP: WMF Martins fontes.

VIGOTSKI, L. S. (2021b). O método de investigação. In: L. S. Vigotski, *História do desenvolvimento das funções mentais superiores*. São Paulo, SP: WMF Martins fontes.

VYGOTSKI, L. S. (2000). *Obras escogidas III: Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores*. Vol. 3, 2a. ed. Madrid: Visor.

VYGOTSKI, L. S. (2006). *Obras escogidas IV: Psicología infantil*. Vol. 4, 2a. ed. Madrid: Machado Libros.